

MARIA CLARA FONSECA

**BIBLIOTECA PÚBLICA:
DA EXTENSÃO À AÇÃO CULTURAL COMO PRÁTICA DE CIDADANIA**

Campinas
2005

MARIA CLARA FONSECA

**BIBLIOTECA PÚBLICA:
DA EXTENSÃO À AÇÃO CULTURAL COMO PRÁTICA DE CIDADANIA**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima
Gonçalves Moreira Tálamo

Campinas
2005

MARIA CLARA FONSECA

**" BIBLIOTECA PÚBLICA: DA EXTENSÃO À AÇÃO CULTURAL COMO PRÁTICA DE
CIDADANIA"**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Linha de Pesquisa: Produção e Disseminação da Informação

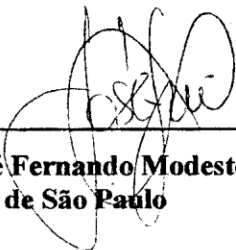
Área de Concentração: Administração da Informação

Campinas, 13 de Fevereiro de 2006

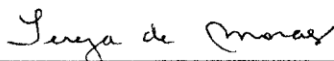
Banca Examinadora:



Prof. Dr^a. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo (orientadora)
PUC - Campinas



Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva
Universidade de São Paulo



Prof. Dr^a. Tereza de Moraes
PUC - Campinas

A Deus que me concedeu a oportunidade de realização deste trabalho, me iluminando e protegendo durante a caminhada.

A minha mãe pelo apoio e incentivo.

A minha filha Marina pelo carinho e compreensão.

Ao Samuel pela paciência e companheirismo

A minha sobrinha Lorena pela acolhida e atenção

AGRADECIMENTOS

Ao Centro Universitário do Planalto de Araxá, na pessoa da Magnífica Reitora Profª Maria Auxiliadora Ribeiro

À Prefeitura Municipal de Araxá, nas pessoas do Sr. Prefeito, Antônio Leonardo Lemos Oliveira e da Secretária Municipal de Educação Profª Marlene Borges Pereira

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Pessoas e instituições que pontuaram a minha caminhada profissional. Nominá-las é dividir o mérito deste trabalho.

Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia” extensivo às bibliotecárias e funcionários

Biblioteca Central do UNIARAXÁ extensivo à equipe de trabalho

Agência da Previdência Social: Vanessa Corrêa de Faria

Núcleo de Práticas Jurídicas do UNIARAXÁ

Profº Dr. Eduardo Luzia França

Dr. Olavo Drummond

Patrícia Drummond

Elizabeth Afonso de Oliveira

Maria Lúcia Franco Idaló

Rodrigo Antônio de Faria

Pedro Leonardo Dumont Oliveira

Ivana Lodi Guimarães

Corina Maria Lemos

Íris Lopes da Costa Avelar

Patrícia Portela

Rita de Blasiis

Luciene Ribeiro de Paiva

Sofia Tannus Malki

Gabriel Aguiar Scarpelini

Aline Abadia Campos

Lázara do Rosário Carneiro

Colegas do Curso de Mestrado - PPGCI-PUC-Campinas

Profª Dra. Tereza de Moraes

Profº Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

Profº Dr. José Fernando Modesto da Silva

Orientadora Profª Dra. Maria de Fátima Gonçalves

Moreira Tálamo

Transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação.

G. Wersig & U. Neveling

RESUMO

FONSECA, Maria Clara. **Biblioteca Pública**: da extensão à ação cultural como prática de cidadania. 2005. 150 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP, Campinas, 2006.

Registram-se, inicialmente, as concepções e os papéis que a biblioteca pública desempenhou a partir de meados do século XIX, fazendo-se uma revisão da literatura para mostrar a evolução desses papéis e a coexistência dos mesmos, assim como o surgimento do processo extensionista, no início do século XX, e sua diversificação. O conceito de biblioteca pública ação cultural liga-se ao da ação extensionista, marco teórico desta dissertação, cujo conceito, expresso por Paulo Freire, Victor Flusser, Luiz Milanese e José Teixeira Coelho Neto, fundamenta a proposta. Fazem-se alguns registros de experiências extensionistas com características de ação cultural, utilizando-se uma metodologia baseada no diálogo, participação e conscientização. Relata-se uma experiência de extensão bibliotecária realizada em Araxá, MG, através da Unidade Móvel da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”, que serviu como estudo de caso à proposta de transformação de uma biblioteca pública tradicional em uma biblioteca como instrumento de ação cultural. Foram responsáveis pela experiência algumas entidades parceiras que se propuseram a estabelecer e ampliar o contato direto com as comunidades de bairros, num trabalho de extensão integrado e interdisciplinar. Ressalta-se a parceria com o Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ, através do Núcleo de Práticas Jurídicas e da Agência da Previdência Social. A avaliação da experiência é feita a partir da observação do seu desdobramento, da opinião e depoimento dos entrevistados: pessoas da comunidade, profissionais liberais, funcionários, professores, estagiários e todos que estiveram envolvidos com o processo. Nas conclusões finais faz-se uma reflexão em torno dos seguintes pontos de vista: o da biblioteca como instituição, que foi o foco do trabalho; o da pesquisa, que se desenvolveu e que aprofundou o conhecimento teórico sobre o conceito de ação cultural, e, finalmente, o ponto de vista da autora, do seu envolvimento pessoal com a experiência: um aprendizado teórico/prático importante para o seu aperfeiçoamento profissional, bem como uma contribuição à Ciência da Informação e à Biblioteconomia para o estudo de um modelo de extensão bibliotecária com novas tendências de comunicação e integração dos grupos sociais que residem em locais distantes do centro urbano e que, na grande maioria, são desprovidos de recursos e serviços de informação essenciais ao exercício pleno da cidadania.

Palavras-Chave: biblioteca pública, serviço de extensão, ação cultural, cidadania

ABSTRACT

FONSECA, Maria Clara. **Public Library**: from extension to cultural action as citizenship practice. 2005. 150 p. Máster degree in Information Science of Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP, Campinas, 2006.

The conceptions and the roles that the public library has played since the mid-nineteenth century are described. A revision of literature is made to show the evolution of these roles and their coexistence, as well as the advent of expansion process in the early twentieth century, and its diversification. The concept of public library as cultural action is linked to the extension process and theoretical framework of this paper, whose concept, expressed by Paulo Freire, Victor Flusser, Luiz Milanese and José Teixeira Coelho Neto, supports our thesis. Some records of extension experiments with characteristics of cultural action are made, using a methodology based on dialogue, participation and general awareness raising. An experiment of library extension carried out in Araxá, Minas Gerais, through the Mobile Unit of the "Viriato Correia" Public Library is described, which was used as a case study for the proposal of transformation of a public library as an instrument of cultural action. Some partner institutions, which took the initiative of making contact with the peripheral communities, were responsible for the experiment, an integrated, interdisciplinary task. The partnership with the *Centro Universitário do Planalto de Araxá* (University Centre of Planalto de Araxá), through the Centre of Judicial Practice and the Social Security Agency was fundamental. The evaluation of the experiment is made from the observation of its development, the opinion and personal accounts of the interviewees: people from the community, professionals, civil servants, teachers, trainees, and all of those who got involved in this process. Finally, a reflection on the following points is made: the library as an institution, which was the focus of this work; the research developed, which deepened the theoretical knowledge about cultural action, and finally, the author's own stand point, her personal involvement in the experiment. As far as the author is concerned it was an important theoretical / practical learning process for her professional improvement, as well as a contribution to Science of the Information and to librarianship as a study of a model of library extension with new communication trends, and the integration of social groups who live far away from the urban centres and who, in the majority, do not have access to information services, essential to the full exercise of citizenship.

Key words: public library, extension service, cultural action, citizenship

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização de Araxá – MG.....	88
Figura 2 - Modelo escolhido para adaptação do veículo	103
Figura 3 - Planta Baixa do ônibus.....	104
Figura 4 - Etapas de adaptação do ônibus.....	105
Figura 5 - Consulta ao acervo	107
Figura 6 - Atividades de incentivo à leitura no Campus do UNIARAXÁ	139
Figura 7 - Serviço de Informação Utilitária na Biblioteca Móvel	164
Figura 8 - Ciclo do processo de interação informacional	167
Figura 9 - Representação da cultura informacional	172
Gráfico 1 - Evolução dos índices de leitura -2001-2004	111
Gráfico 2 - Preferências literárias X Tipos de literaturas	112
Quadro 1 - Autores e os conceitos de ação cultural.....	78
Quadro 2 - Vantagens do trabalho em parceria	156
Quadro 3 - Ações de revitalização e aperfeiçoamento do serviço itinerante.....	161
Quadro 4 - Atendimento realizado pelos alunos-jun./jul. 2001	165
Quadro 5 - Síntese das principais necessidades de informação	166

LISTA DE TABELAS

1 - Empréstimos de Livros X Número de Habitantes.....	110
2 – Estatística de Preferência Literária - 2004	111
3 – Distribuição de Entrevistados por Sexo	114
4 – Distribuição dos Entrevistados, segundo ocupação.....	115
5 – Rede de Ensino	117
6 – Nível de Escolaridade	117
7 – Frequência de Leitura	119
8 – Preferências Literárias	120
9 – Forma de Acesso à Leitura.....	121
10 – Local de Empréstimo do Material	122
11 – Grau de Importância do Serviço.....	123
12 – Conceito Atribuído ao Acervo.....	124
13 – Quantidade de Livros Permitidos para o Empréstimo	125
14 – Ritmo de leitura no período de empréstimo	125
15 – Conceito de serviço de atendimento	126
16 – Incentivo da escola no uso da biblioteca móvel	127
17 – Membros da família que utilizam a biblioteca móvel.....	128
18 – Ritmo de leitura após a implantação do serviço	128
19 – Nível de escolaridade do responsável da família.....	129
20 – Pessoas da família que freqüentam a biblioteca móvel.....	130
21 – Quantidade de pessoas da família que realizam empréstimos.....	130
22 – Quantidade de livros lidos.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIA – Associação Comercial e Industrial de Araxá
BI-*online* – Banco de Informações *online*
CAC – Centro de Atendimento ao Cidadão
CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CL SESC – Centro de Lazer do SESC
DOI – Diário Oficial Informatizado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INL – Instituto Nacional do Livro
IOB – Informações Objetivas
JURI – Jurisprudência
LIS – Legislação Informatizada Saraiva
LTR – Legislação Trabalhista
MATE – Matérias em Tramitação
NJMG – Normas Jurídicas de Minas Gerais
NJUR – Normas Jurídicas
ONG's – Organizações não governamentais
PROCONS – Órgãos de proteção e defesa dos consumidores
PRODASEN – Centro de Informação e Processamento de Dados do Senado Federal
SAJ – Serviço de Assistência Judiciária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Assistência às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SICON – Sistema de Informação do Congresso Nacional
SINE – Sistema Nacional de Emprego
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
TSM – Tribunal Superior Militar
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIARAXÁ – Centro Universitário do Planalto de Araxá

SUMÁRIO

RESUMO	07
1 INTRODUÇÃO	14
2 EVOLUÇÃO E TENDÊNCIA DA BIBLIOTECA NA CONTEMPORANEIDADE	18
2.1 O Conceito de Biblioteca Pública	22
2.2 As Bibliotecas Públicas na Europa e nos Estados Unidos no Século XIX.....	24
2.3 As Diferentes Concepções da Biblioteca Pública	25
2.4 A Biblioteca Pública no Brasil.....	29
3 CIDADANIA E ESPAÇOS PÚBLICOS	37
3.1 Educação e Informação para a Cidadania.....	39
3.2 Biblioteca Pública: espaço de informação	43
4 A PRÁTICA EXTENSIONISTA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	53
4.1 O Serviço de Extensão.....	55
4.2 A Extensão Bibliotecária no Brasil	57
5 AS CONCEPÇÕES DE AÇÃO CULTURAL	65
5.1 A Ação Cultural segundo Paulo Freire.....	65
5.2 A Ação Cultural segundo Victor Flusser.....	68
5.3 A Ação Cultural segundo Luiz Milanesi.	72
5.4 A Ação Cultural segundo José Teixeira Coelho Neto.....	75
5.5 As Práticas Culturais nas Capitais do Brasil.....	78
6 BREVE HISTÓRIA DE ARAXÁ	88
6.1 A Casa do Poeta: sede definitiva da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”	97
6.1.1 A Trajetória da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”	98
6.1.2 As Experiências de Extensão da Biblioteca Municipal de Araxá	101
6.1.3 A Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras”	102
6.1.3.1 Objetivos	105
6.1.3.2 Funcionamento	106
6.1.3.3 A Utilização do Serviço no período de 2001 a 2004	108
6.1.3.4 O Usuário: preferências e satisfação	113
6.1.3.5 A Política de Dinamização do Serviço de Extensão.....	132
7 A BIBLIOTECA MÓVEL NO BALANÇO SOCIAL DO UNIARAXÁ.....	135
7.1 A Dinâmica Cultural da Biblioteca	136
7.2 O Programa de Incentivo à Leitura: a biblioteca vai à escola	138
7.3 O Acesso à Justiça e à Cidadania	140

7.4 A Informação Jurídica	144
7.5 As Fontes de Informação Jurídica	148
7.6 A Biblioteca Móvel como Alternativa de Acesso à Informação Previdenciária e Jurídica	152
7.7 As Etapas de Revitalização do Serviço de Assistência Judiciária - Itinerante	159
7.7.1 O PROCON na Biblioteca Móvel	160
8 A NECESSIDADE DO USUÁRIO E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO	162
9 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL “VIRIATO CORREIA” COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO CULTURAL.....	167
10 CONCLUSÃO	174
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública Municipal de Araxá, numa ação para ampliar o seu raio de atendimento, implantou, no ano de 2000, a extensão bibliotecária, nos bairros da periferia, através de uma unidade móvel de biblioteca.

Com o crescimento da população nas áreas periféricas da cidade, o acesso à leitura e à informação tornou-se difícil, devido à distância, ao baixo poder aquisitivo da população, à falta de bibliotecas comunitárias nos bairros e à inexistência e ou precariedade de bibliotecas escolares.

O desenvolvimento das atividades de extensão é uma importante estratégia de atuação das Bibliotecas Públicas junto à comunidade, permitindo o cumprimento de sua missão como instituição social e democrática.

A unidade móvel de biblioteca é uma das modalidades do serviço de extensão, facilitando o acesso à leitura e à informação à população carente que habita às áreas mais afastadas dos centros urbanos.

A experiência de implantação de unidades móveis, em várias localidades contatadas, mostram coincidências das informações prestadas quanto ao elevado número de usuários inscritos e à grande quantidade de empréstimos realizados, na sua maioria, ao público infanto-juvenil. Em Araxá - MG, este fato se confirma, sendo possível ser constatado através dos dados estatísticos e do resultado de uma pesquisa de campo, realizada em 2003, que motivaram a autora a buscar novas possibilidades de utilização desse equipamento cultural, numa perspectiva de atender a um público diferenciado pelas suas necessidades de informação, na maioria das vezes, não registradas convencionalmente em livros, manuais, etc, mas obtidas de forma oral.

Diante da constatação de que o acesso à leitura exerce um importante papel na formação e informação do cidadão, o presente estudo pretende mostrar que, além desse direito fundamental, a população brasileira carece de outras necessidades básicas que podem ser amenizadas, otimizando os equipamentos culturais e realizando parcerias com entidades públicas e privadas.

Ao longo da história, a biblioteca pública exerceu sucessivas funções: a)- a biblioteca enquanto serviço, b)- a biblioteca enquanto instituição democrática, c)- a biblioteca enquanto centro de informação para a comunidade. É a partir desta última que se constrói o marco teórico da biblioteca enquanto equipamento de ação cultural.

O objetivo que se pretende atingir com a presente pesquisa é oferecer uma contribuição para a reflexão sobre a biblioteca pública e suas novas tendências de comunicação com a comunidade e, através de um trabalho alternativo de extensão, transformá-la num espaço de ação cultural.

Alguns fatores contribuíram para a realização do trabalho. Primeiro, as motivações das práticas desenvolvidas na Biblioteca Pública Municipal de Araxá, em especial na sua unidade móvel. Segundo, o fascínio de conhecer novas idéias de dinamização e transformação da biblioteca pública em um espaço capaz de interagir com a comunidade, influenciando a decisão de, inclusive, fazer o confronto entre a prática exercida em Araxá com a teoria dos especialistas do assunto, confronto que se considerou, realmente, um desafio para a construção do trabalho.

A metodologia adotada está baseada no estudo de caso e análise de conceitos de ação cultural, emitidos por Paulo Freire, Victor Flusser, Luiz Milanese, José Teixeira Coelho Neto, possibilitando a fundamentação do marco teórico, especialmente com os dois primeiros autores.

O primeiro capítulo enfatiza a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais das sociedades antigas e medievais, restrita a uma minoria que tinha o privilégio de ler e escrever. Em 1644, surge uma das primeiras conceituações sobre a biblioteca, relevante para entendê-la em sua forma atual. Gabriel Naudé apresenta a biblioteca como uma instituição necessariamente pública e universal; mesmo sendo de propriedade privada, deveria abrir-se ao público e não constituir um lugar de retiro e exercício de prazeres materiais para uma minoria. Na sequência, abordam-se as diferentes concepções que se fizeram da biblioteca pública a partir de meados do século XIX, quando foi institucionalizada, caracterizando os sucessivos papéis que foi chamada a desempenhar pela exigência da sociedade e pelos avanços da biblioteconomia.

No Brasil, a Biblioteca Pública foi criada por uma iniciativa não governamental e em cada período da história reflete as tendências políticas marcadas da época. Os ideais que inspiraram a Semana da Arte Moderna mudaram o curso da história da biblioteca pública brasileira com a implantação, em 1926, da Biblioteca Pública Mário de Andrade, a qual tornou-se um marco da nossa cultura e modelo para a América Latina.

No segundo capítulo, aborda-se o conceito de cidadania, associando-o ao exercício dos direitos civis, políticos e sociais que garantem ao indivíduo participar, integrar e interagir na sociedade. Recorre-se ao Manifesto da Unesco (1994) para Bibliotecas Públicas, o qual proclama a liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos como valores fundamentais e que só serão alcançados através de cidadãos bem informados, capazes de exercerem seus direitos democráticos e terem papel ativo na sociedade. Participação construtiva e desenvolvimento da democracia dependem tanto da educação adequada como do livre e irrestrito acesso ao conhecimento, pensamento, cultura e informação. Neste contexto, a biblioteca pública é um ambiente de aprendizagem, portanto um espaço de/para Educação

que, em função das interações, poderá ser de educação formal ou não-formal. O usuário é um aprendiz, pois continuamente “aprende a aprender” enquanto usa a informação.

A ação extensionista da biblioteca pública, focalizada no terceiro capítulo, tem suas origens no início do século XX, evidenciando-se as mudanças no gerenciamento da Biblioteca como um sistema de informação e comunicação, com o objetivo de atingir públicos maiores específicos, e ampliar a sua ação educativa e comunicológica.

No quarto capítulo, estuda-se a nova dimensão da biblioteca pública nas últimas décadas, especialmente a de 80, com enfoque na ação da biblioteca pública brasileira. De um repertório de livros, a biblioteca alça à condição de sistema de informação. O conceito de biblioteca pública – ação cultural liga-se ao da ação extensionista e representam os dois conceitos os pontos de referência do marco teórico deste trabalho. Destacam-se os pensamentos de Paulo Freire e especialmente de Victor Flusser, que defende o conceito de ação cultural e sua aplicação na transformação da biblioteca. Analisam-se, ainda, os pensamentos de Milanesi e Coelho Neto, que refletem uma tendência de mudança da instituição.

No quinto capítulo, fazem-se alguns registros de experiências extensionistas com características de ação cultural, empreendidas em Araxá – MG, e, por fim, apresenta-se a conclusão da presente pesquisa.

2 EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Araújo (2002), o compartilhamento de costumes, comportamentos e valores acontece através do processo de comunicação, gerando registros gráficos, sonoros e visuais que são fundamentais para a transmissão do patrimônio cultural às outras gerações, como também às outras sociedades e à preservação do mesmo.

Ao referir-se à criação de bibliotecas, o autor diz que tal ação aconteceu através das concepções e práticas de preservação e organização de documentos, na grande maioria constituídos por registros gráficos. Sendo assim, esta instituição firmou-se como a memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais das sociedades antigas e medievais. Da função de preservar, a biblioteca depara-se com o aumento acelerado da produção cultural, passando a exercer a função de organizar e disseminar os registros gráficos, visuais e sonoros.

Para Milanesi (1988, p.16), “a história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um contexto mais amplo: a própria história do homem”.

Gates (1972) menciona que, em Nínive, os arqueólogos encontraram cerca de 22 mil placas, que estavam ali desde o século VII a.C., considerando ser esta a biblioteca que pertencia ao Rei Assurbanipal a mais antiga de que se tem notícia. Entretanto a biblioteca mais célebre e grandiosa da Antigüidade foi a de Alexandria, século IV a.C. Essas primeiras bibliotecas em palácios e templos estavam a serviço dos sacerdotes e reis, que eram os poucos privilegiados que sabiam ler e escrever.

Comenta-se que:

a biblioteca tem sido, desde o seu aparecimento, eminentemente conservadora e minoritária. Sua principal missão foi manter ordenados os poucos livros que se produziam e se incorporavam a ela para que fosse possível transmitir, de geração a geração, o acervo cultural da humanidade. Também eram poucos os leitores, pois só um reduzido número de pessoas estavam capacitadas para lê-los e compreender o seu conteúdo. (ESCOLAR¹ (sic) *apud* ARAGÃO, 1988, p. 39)

Com o aparecimento da impressão e, conseqüentemente, do livro impresso, as bibliotecas deixaram de ser tesouros para se tornarem serviços, e os livros perderam o seu valor material para se tornarem material de consumo. Com a Revolução Francesa o livro é tirado das mãos dos nobres e colocado à disposição da maioria. A Revolução Industrial também ajudou a mudança da biblioteca/museu que deixou de ser a única alternativa, passando a existir a biblioteca/serviço, oferecido ao público. A nova biblioteca tinha uma determinada função educativa, beneficiando todas as pessoas sem distinção de sexo, idade, cor, raça ou religião.

De acordo com Coelho Neto (1997), em 1644, surge uma das primeiras conceituações sobre a biblioteca, relevante para entendê-la em sua forma atual, sob a responsabilidade do bibliotecário francês Gabriel Naudé. Em *Advis pour dresser une bibliothèque* (Conselhos para formar uma biblioteca), publicado, Naudé expõe os princípios de uma grande “ordem bibliográfica” que, em sua opinião, permitia tornar o saber acessível e partilhado com o objetivo de organizar uma razão política. A biblioteca é apresentada como uma instituição necessariamente pública e universal. Pública no sentido de aberta a todos e universal por conter todos os autores que tivessem escrito sobre a diversidade dos assuntos interessantes ao ser humano. Sua concepção se opõe aos três modelos principais que, na primeira metade do século XVII, ordenavam as relações entre os indivíduos e os livros.

¹ ESCOLAR SOBRINHO, Hipólito. *História de las bibliotecas*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1985.

Na proposta apresentada por Naudé, sua biblioteca, mesmo sendo de propriedade privada, deveria abrir-se ao público e não constituir um lugar de retiro e exercício de prazeres materiais para uma minoria. Se não era exatamente pública, em todo caso a biblioteca devia abrir-se aos pesquisadores em busca de conhecimento puro e aos homens de Estado a procura de caminhos e justificativas para seus programas políticos. Contrário à pregação jesuítica, na biblioteca não deveriam ser admitidos apenas os livros cristãos, com o expurgo das obras heréticas e profanas; o único critério de admissão dos livros era a utilidade que poderiam ter.

Naudé entendia que o caráter universal da biblioteca tinha claros limites: não sendo possível colecionar todos os livros do mundo e sendo, portanto, imperioso aceitar uma visão parcial do saber, a opção era admitir, na biblioteca, o maior número possível de catálogos que dissessem, ao interessado, onde poderia encontrar a obra buscada se ela não existisse naquele lugar.

O modelo de biblioteca de Naudé distanciava-se da idéia tradicional das coleções de opiniões das autoridades reconhecidas, apresentando-se como “instrumento bibliotecário”. Sua biblioteca propunha um método crítico baseado na produção de bibliografias com recenseamento das referências e na identificação das falsificações, o que permitia a operação fundamental da *verificação*. Esse instrumento deu origem ao surgimento de um novo paradigma do saber, que propunha a realização de um inventário do conhecimento acumulado. Inicialmente, esse paradigma foi e continua a ser uma pedra de toque do ensino universitário, vez que permite conhecer o atual estado do conhecimento nas diversas áreas do saber. A insistência no paradigma bibliotecário tem levado, quase exclusivamente, a um sistema de reprodução do conhecimento que tolhe a criatividade científica num índice alarmante se houvesse, nesse paradigma, espaço para o alarme intelectual.

A proposta de Naudé era perfeitamente contemporânea e seu objetivo era contrabalançar, e mesmo anular, o poder da Igreja que, por meio da Bíblia interpretada por uma casta com poder de monopólio nesse domínio, apresentava-se como fonte exclusiva de “conselhos” políticos para os soberanos. Naudé esposava um projeto político que, em suas palavras, procurava substituir a autoridade espiritual da Igreja pela *máquina cultural* que era a biblioteca.

Na contemporaneidade, em especial na contemporaneidade brasileira, o modelo de máquina cultural de Naudé não superou o modelo jesuítico que determinava o que os outros deveriam ler e nem foi favorecido nas épocas ditatoriais. Talvez só atinja sua plena maturidade como verdadeira máquina cultural quando a informação do mundo tornar extremamente ampliado e, praticamente incontrolado, o acesso direto do interessado a todas as fontes de informação disponíveis. Dessa forma, a biblioteca só se realizará plenamente como máquina cultural quando deixar de existir como tal.

A idéia atual de biblioteca é a de um espaço que não privilegia mais o livro como objeto de uma coleção e desse faz apenas um instrumento de cultura a mais ao lado de outros suportes da informação. Se a biblioteca moderna e a pré-moderna eram o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados. Este novo formato de biblioteca é, sem dúvida, o da biblioteca pública generalista e não o da biblioteca de pesquisa e que, ampla e necessariamente, ainda é um espaço de informação e reflexão.

2.1 O Conceito de Biblioteca Pública

De acordo com Moraes (1983, p.15), “em termos de antigüidade, as bibliotecas públicas podem ser comparadas com o mundo. Sua existência consta no tempo de Roma, proliferando na Renascença. Mas somente no século XIX é que elas se desenvolveram.”

O conceito de biblioteca originou-se da junção de fatos históricos marcados pelo humanismo renascentista, a invenção da imprensa, permitindo a reprodução em grande escala dos produtos intelectuais da época e da reforma protestante, momento em que os ideólogos da reforma pleiteavam uma educação para todos, aumentando significativamente o número de alfabetizados nos países onde se estabeleceu.

Na Europa, no princípio do século XVII, a educação escolar começava a ser estendida às classes populares. Através desta expansão educacional, as bibliotecas públicas passaram a ser vistas como instrumentos de apoio pedagógico à educação escolar.

Após o século XVIII, com as declarações da Revolução Francesa de obrigatoriedade da instrução elementar, a biblioteca pública é assimilada integralmente pela escola uma vez que, nesse período, abrir a biblioteca a todos passa a significar colocar a mesma a serviço da educação escolar. Até esse período as bibliotecas públicas eram mantidas através do mecenato de alguns nobres e burgueses, instituições religiosas e educacionais. Só por volta de 1850 na Europa, a leitura passa a ser considerada uma atividade de interesse social, que o poder público progressivamente passaria a assumir, fazendo parte das preocupações e da competência do Estado. De acordo com essa opção de subordinação, a biblioteca pública caminha também para compor o aparelho educacional e cultural do Estado.

Moraes (1983, p.16) considera que a biblioteca pública teria surgido na Inglaterra em 1850, quando nos EUA e na Inglaterra são promulgadas leis que autorizam o emprego de uma

parcela de impostos na construção e manutenção de bibliotecas públicas. Assim, sob a regulamentação do Estado, as bibliotecas públicas, junto com as escolas, desenvolveram-se visando à alfabetização. O contexto social da época era o da Revolução Industrial e da Revolução Liberal.

Segundo (Nogueira² *apud* ARAÚJO, 2002, p.16) naquela época, a ideologia que vigorava era a liberdade e igualdade como direitos de todos os cidadãos, dando suporte ao surgimento de movimentos de massa, que exigiam a democratização. Por outro lado, as inovações tecnológicas dos instrumentos de trabalhos exigiam a necessidade de melhor qualificação da mão-de-obra, fortalecendo a pressão da massa que reivindicava melhoria do nível de instrução dos trabalhadores.

Moraes (1983, p.11) considera que, uma vez necessária ao ensino formal para a classe trabalhadora, a biblioteca pública tornou-se uma colaboradora da educação, surgindo em decorrência das transformações provocadas pela revolução industrial as quais exigiram força de trabalho qualificada (alfabetização, e aprendizagem industrial).

Diante das condições impostas, o governo inglês implantou bibliotecas públicas como mais um recurso para facilitar uma maior especialização da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, atender à pressão da massa, no sentido da universalização da educação. Desta forma, a biblioteca pública constitui mais um mecanismo para resgatar e controlar os movimentos da massa trabalhadora.

Na metade do século passado, as idéias democráticas e o choque das ideologias políticas passam a refletir nas bibliotecas. Neste período, o espírito filantrópico do burguês rico, em relação ao trabalhador, estava tomado pelo sentimento da falta de “pão espiritual” em

² NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 205-12, set. 1983.

que vivia o trabalhador, constituindo um modelo de propaganda cujo *slogan* era: “Abrir uma biblioteca é como fechar uma prisão”. (MORAES, 1983, p. 15). Este período foi marcado pelas chamadas bibliotecas populares. A população parecia consciente da necessidade de instruir o operário, evitando, ao mesmo tempo, que ele se corrompesse com leituras perigosas.

2.2 As Bibliotecas Públicas na Europa e nos Estados Unidos no Século XIX

Numa sociedade onde a elite humanitária se preocupava com a melhoria do nível de instrução da classe operária, abriam-se bibliotecas públicas, por toda parte, na Europa, cheias de livros de vulgarização científica, romances históricos clássicos, considerados como de boa leitura, manuais de instrução técnica e profissional. As bibliotecas eram munidas de obras escolhidas, “ao alcance do povo”, que a classe intelectual julgara destinada a instruir ou divertir os operários.

Para Moraes (1983, p.16) a sociedade estava consciente de que havia uma necessidade de melhoria no nível de instrução do operário, mas, ao mesmo tempo, existia a preocupação dessa classe se corromper com leituras perigosas. Daí o fato de selecionar os livros os quais julgavam “ao alcance do povo” tanto para distrair como para aumentar o conhecimento.

Em meados do século passado, na América, onde não houve uma aristocracia tradicional, como na Europa, o problema foi encarado de forma diversa. Paralelamente ao movimento europeu das bibliotecas populares, desenvolveu-se nos Estados Unidos um movimento bibliotecário, não encabeçado por uma elite humanitária, mas organizado espontaneamente pelo povo. A sua criação não partia de uma aristocracia almejando socorrer um proletariado ignorante, mas do próprio povo, que sentia necessidade de instruir-se, de adquirir uma cultura por meio da qual poderia subir socialmente. Assim como as escolas, as

bibliotecas americanas surgiram não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leitura, persuadido de que adquiriria um instrumento indispensável para a luta pela vida.

Diferentemente das bibliotecas européias, as bibliotecas americanas não eram doadas por uma classe como uma esmola a outra classe menos favorecida. Nasceram de uma necessidade básica de sobrevivência como o serviço de águas e esgotos ou a luz elétrica em todas as casas. Longe da existência da mentalidade bibliotecária humanista, as bibliotecas populares, na América, tomavam um impulso extraordinário, enquanto na Europa fracassavam.

2.3 As Diferentes Concepções da Biblioteca Pública

Almeida Júnior (2003, p. 66) cita os autores Mueller, Nogueira, Serrai, entre outros, quando os mesmos atestam que o surgimento da Biblioteca Pública foi um marco histórico, ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra em meados do século XIX. Apresentando características diferenciadas das bibliotecas do passado, a biblioteca pública era mantida na sua totalidade pelo Estado; com funções específicas, objetivando atender a todos da sociedade sem qualquer distinção.

Entre os pesquisadores existe divergência sobre motivos que levaram ao surgimento da biblioteca pública. Há determinados autores que afirmam que o que motivou o surgimento da biblioteca pública foi a necessidade de mão-de-obra qualificada exigida pela Revolução Industrial. Outros defendem que o motivo principal foi o aparecimento da reivindicação popular por acesso à educação gratuita, durante a Revolução Francesa.

Na opinião de Wada (1985, p.16) a biblioteca pública foi decorrência de uma atitude meramente filantrópica, pois a classe dominante percebia nas bibliotecas um meio de

amenizar os problemas sociais. Dessa forma, foram impostas ao povo, ao contrário de ser uma demanda popular. A Biblioteca Pública surgiu como meio de aperfeiçoamento dos trabalhadores que se encontravam fora do ensino formal, frente ao desenvolvimento industrial, que exigia mão-de-obra qualificada.

Outros autores defendem que o motivo principal para o aparecimento da biblioteca pública foi a reivindicação da população ao Estado, na época da Revolução Francesa, para oferecer condições de acesso de seus filhos à educação. Dentro desse contexto, encontra-se a abertura de bibliotecas que dariam suporte pedagógico para as ações educacionais. Essas bibliotecas seriam construídas, estruturadas e mantidas pelo Estado. Seu surgimento, portanto, dar-se-ia, exclusivamente, por demandas da sociedade. A partir desse momento os Estados Unidos e a Inglaterra sentiram-se pressionados a atender as reivindicações da população.

Nogueira e outros fazem menção às duas condições, considerando-as como motivadoras para o surgimento da biblioteca pública. Defendem que tanto a Revolução Industrial, gerando a necessidade de mão-de-obra qualificada, como a Revolução Francesa, que fundamenta pressões por maior democratização da educação, devem ser consideradas não isoladamente, mas participando de maneiras concomitantes no surgimento das bibliotecas públicas. (ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p. 67)

De acordo com a reflexão de Almeida Júnior (2003, p.67), a biblioteca pública está imersa nas transformações, nas mudanças e alterações daquela época e, dessa forma, deveria continuar participando de cada cenário histórico, cenários estes dinâmicos e em constante mutação. A biblioteca pública deve ser reflexo e causa das transformações da sociedade, deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais num processo contínuo.

No trajeto da sua história, a biblioteca pública preocupa-se com a preservação, esquecendo a disseminação. O mais importante era o guardar, o manter e o armazenar. Sem qualquer pretensão de desmerecer tal função, Almeida Júnior (2003, p.68) justifica a importância da conservação dos materiais existentes nas bibliotecas públicas, vez que os mesmos devem ser utilizados pelo maior número possível de usuários, considerando-se que no Brasil as verbas destinadas para ampliar e manter o acervo das bibliotecas públicas são escassas ou na grande maioria inexistentes. Porém o autor ressalta que a preocupação com a preservação não pode ser superior à da disseminação, sob o risco de nos atermos a uma concepção ultrapassada de biblioteca pública.

O autor destaca a existência de quatro funções da biblioteca pública, acumuladas desde seu surgimento em 1850, nos Estados Unidos e na Inglaterra, e presentes até hoje:

1ª) A Função Educacional

Desde a sua origem esteve ligada à educação, através das reivindicações da população, por acesso à educação, mantendo-se até os dias atuais. Sendo entendida desde os primórdios como suporte, complemento e apoio educacional, orientou sua função primeiro para a educação formal. Existem discussões que defendem que o atendimento à educação formal deve ser exercida pela biblioteca escolar, mas a inexistência e precariedade desse espaço, na escola, obriga a biblioteca pública a fazer as suas vezes, quando deveria na verdade norteá sua função educacional para a educação informal, para a educação continuada.

2ª) A Função Cultural

Surge no início deste século, sendo agregada à função educacional. Desde a inclusão da cultura entre as funções exercidas pela Biblioteca Pública, a mesma sempre foi entendida como sinônimo de erudição. A biblioteca deveria proporcionar à população meios para que as pessoas pudessem ampliar sua inteligência, através de materiais, em especial o livro,

considerado de “lastro”. A preocupação era, e ainda é, levar as pessoas à leitura dos “bons” livros, entendidos esses a partir de conceitos dos próprios bibliotecários e de análise de críticos.

3ª) A Função recreacional ou de lazer

A biblioteca pública é entendida como um espaço que deve oferecer entretenimento através da leitura, promovendo-a e intensificando o empréstimo de livros. Ao lado do atendimento ao aluno, essa é a função mais conhecida da biblioteca pública. A imagem da biblioteca é de um lugar onde apenas os livros são guardados e o bibliotecário um mero guardião do acervo.

4ª) Função Informacional

No final dos anos 60 e início dos 70 deste século, acrescenta-se às outras funções – a informacional. Tal função é fruto de um interesse da própria biblioteca: lutar por uma fatia maior do orçamento destinado aos equipamentos culturais. Para conseguirem obter verbas para a manutenção dos espaços culturais nos Estados Unidos, tais espaços teriam que se apresentar como úteis e importantes socialmente. As bibliotecas americanas copiariam um serviço oferecido na Inglaterra para atender aos problemas surgidos no pós-guerra. Foram instituídos, logo após a IIª Guerra Mundial, na Inglaterra, escritórios de atendimento à população (*Citizen Advice Bureau*) que, como relata Nice Figueiredo, visavam “[...] auxiliar as pessoas com problemas pessoais e sociais originados do estado de guerra que envolvia o país”. (FIGUEIREDO, 1986, p.108). Os bibliotecários americanos trouxeram a idéia básica desses escritórios e a implementaram nas bibliotecas com o nome de Centros Referenciais. A partir daí novos outros termos foram introduzidos ao vocabulário bibliotecário como: “informação utilitária” “informação comunitária”, “informação social”, “informação para o cotidiano” e “informação para a cidadania”.

2.4 A Biblioteca Pública no Brasil

Até a chegada da família real portuguesa, em 1808, as únicas bibliotecas que existiam na Colônia eram as dos conventos. Algumas delas, como as da Ordem Beneditina, bastante ricas. As dos jesuítas dispersaram-se após a expulsão dos padres da Companhia, ordenada por Pombal. Como na Europa da Idade Média, foi o convento que nos ensinou a ler e a estudar. Fora do mundo religioso, esses livros não circulavam e, como na Idade Média, fora dos conventos não havia livros, com exceção de alguns letrados ricos, formados em Coimbra, que traziam à terra algumas obras.

De acordo com Suaiden (2000, p. 52), durante o período colonial os jesuítas fizeram grande esforço para facilitar o acesso à palavra escrita, mas foram esforços isolados, pois a educação e a cultura não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder e o acesso à informação, no Brasil, sempre foi definido pelo poder aquisitivo.

Com a vinda do Príncipe Regente de Lisboa, vem a célebre coleção de Diogo Barbosa Machado, a qual serviu de ponto de partida para a Biblioteca Nacional. Mas nem mesmo a chegada da Biblioteca Nacional e da Imprensa Real representaram indicadores efetivos do acesso à informação e da disponibilidade de informação para toda a sociedade. Historicamente, o primeiro documento com o objetivo de facilitar o acesso ao livro refere-se ao projeto encaminhado por Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco ao governador da Capitania da Bahia, no dia 5 de fevereiro de 1811, possibilitando ao Conde dos Anjos a fundação da primeira biblioteca pública na cidade de São Salvador de Todos os Santos.

Vilaça (1985, p.84) faz referência à criação da primeira biblioteca pública no Brasil como uma iniciativa não governamental e sim particular, a qual receberia o apoio da comunidade. Para o autor, esse espírito iluminista que orientou a formação de nossa primeira

biblioteca demonstra que biblioteca e comunidade, dentro das tradições da cultura brasileira, não são termos dicotômicos.

Segundo Araújo (2002, p. 17–18), embora a fundação da biblioteca pública no Brasil tenha sido um marco na história das bibliotecas públicas brasileiras, a mesma não era compatível com as necessidades e interesses da maior parte da população brasileira da época. Na realidade, a implantação da biblioteca pública na Bahia e em outras localidades não atendia à grande maioria (analfabeta e escravista) da população brasileira. O que motivou o surgimento da biblioteca pública no Brasil foi o objetivo liberal de “educação para todos”, estimulando a criação de “bibliotecas para todos”. Entre o objetivo e a prática desenvolvida por esta instituição, existia um “abismo”, pois eram administradas, organizadas e utilizadas por intelectuais, com formação principalmente européia e, além do mais, o seu acervo era formado, basicamente, por registros gráficos, tornando inacessível à grande maioria de analfabetos que compunham a população da época. Desta forma, durante o período colonial e imperial, a biblioteca pública brasileira pode ser considerada como uma instituição cultural elitista e alheia às necessidades educacionais e informacionais da grande maioria da população.

Após a criação da primeira biblioteca pública, na Bahia, vários governos de outros Estados tomaram a iniciativa de criar bibliotecas estaduais, através de um decreto estadual. No entanto, a falta de visão dos administradores era grande, pois geralmente não havia previsão da infra-estrutura necessária, instalando-as em locais improvisados, com acervo desatualizado e constituído por doações. Ainda nesse cenário, instalações precárias e carência de recursos humanos eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas. O preçoda imagem dessas instituições provocou um retraimento do possível público usuário. A imagem passou a ser negativa, pelo povo, e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para pequena elite composta de eruditos.

Raras foram as bibliotecas públicas estaduais e municipais criadas pelos governos, durante a Velha República. O esforço para aumentar o número de bibliotecas públicas era prejudicado em razão do elevado número de analfabetos no país. Por outro lado, a ausência de políticas públicas que buscassem a diminuição do analfabetismo contribuía para que este quadro se mantivesse inalterado.

As bibliotecas criadas em 1912 já buscavam um modelo de serviço bibliotecário, graças aos cursos ministrados pela Biblioteca Nacional para a formação de bibliotecários. O modelo era uma cópia do utilizado nos países desenvolvidos na época, baseado em uma realidade que não correspondia à do povo brasileiro. Nessa época percebe-se a preocupação com a preservação do material impresso e a idéia de disseminação viria bem mais tarde.

A Semana da Arte Moderna, em 1922, demonstrava a grande preocupação com a cultura nacionalista. Os intelectuais passaram a criticar o modelo importado e a buscar uma cultura mais compatível com a realidade brasileira.

Em 1926, foi inaugurada a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, que se tornou um marco importante da cultura brasileira e modelo para a América Latina. No período de 1935 a 1943, Rubens Borba de Moraes dirigiu a Biblioteca e a ele se deve a sua reorganização, cujo plano foi dividido em quatro pontos: a reorganização completa dos serviços técnicos, a adoção de esquemas de expansão bibliotecária, a formação de pessoal habilitado e a cooperação com outros institutos.

Até 1937, o Estado brasileiro permaneceu à parte das questões sobre as bibliotecas públicas. Nesse ano, foi criado o Instituto Nacional do Livro - INL, sendo incluída, entre suas competências “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”.

A criação do INL se deu num contexto sócio-político autoritário, em que o Estado é o implementador de várias ações culturais. Assim as condições culturais que levaram à criação do INL foram as mesmas que determinaram a criação de várias outras instituições culturais nesse período – a necessidade de legitimação social do regime político autoritário instaurado. Segundo Suaiden (2000, p.53), a criação do INL deve-se ao fato de ser uma resposta do governo federal aos intelectuais que haviam participado da Semana da Arte Moderna e que criticavam muito a administração pela falta de uma política cultural e a necessidade de dar especial atenção à nova classe dos operários, pois basicamente a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.

Mário de Andrade, em 1939, assim se expressava a respeito do assunto:

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores do ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo do hábito de ler, se bem que, coitada, se acha tão desprovida de outras forças de unificação. (SUAIDEN, 1980, p.10)

Nesse período, era necessário que a instituição biblioteca fosse dedicada à propagação de uma política de leitura, libertando-se da preocupação predominante de preservar o material bibliográfico, impedindo-a, muitas vezes, de realizar o empréstimo domiciliar com receio de perda ou furto.

Uma outra questão essencial estava centrada no leitor. Como se forma um público leitor em um país com problemas educacionais e culturais emergentes que reflitam alto percentual de analfabetismo e desnutrição infantil? E ainda mais: onde as bibliotecas eram vistas como um lugar de castigo para os estudantes? Richard Bamberger, ao analisar as razões por que em certos países se lê muito mais que em outros, viu que estas estavam ligadas aos seguintes fatores: a)- a posição do livro na escala de valores do país, tal como se expressa

através dos gastos econômicos destinados à promoção do livro; b)- a tradição cultural; c)- as oportunidades de leitura; d)- o papel representado pelos livros na escala e no sistema educacional. (BAMBERGER, 2002, p. 18)

A própria denominação “biblioteca pública” pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independente das condições sociais, educacionais e culturais. Nesse sentido, fixa a grande falha da biblioteca pública, uma vez que, até os dias atuais, a única parcela da sociedade que é atendida parcialmente é o público estudantil de primeiro e segundo graus.

Cada segmento da sociedade tem expectativa diferente em relação à biblioteca pública. A indústria editorial acredita que o objetivo é a formação de um público leitor. Os educadores acreditam que deve ser o suporte do processo ensino-aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas cotidianos.

Segundo Suaiden (2000, p.58), na luta para dar uma resposta à sociedade sobre o seu verdadeiro papel, a biblioteca pública perde cada vez mais prestígio e poder, deixando de ser o grande centro disseminador da informação, na tentativa de “ser tudo para todos”.

Suaiden (1995), estudando as necessidades informacionais da população, propôs prioridade para a coleta e disseminação nas bibliotecas públicas de informação utilitária que ajudaria as pessoas a resolverem os problemas cotidianos. Os estudos realizados demonstram que, para as populações carentes, a informação oral é até mais importante que a bibliográfica. A partir do momento em que a biblioteca pública decida implantar um serviço de informação utilitária, dará um grande passo, contribuindo para a formação da cidadania, tornando-se um verdadeiro centro disseminador da informação.

Segundo (Nogueira³ *apud* ALMEIDA JÚNIOR, p.75), informações utilitárias significam “informação que não se encontra em documentos e que dão respostas às necessidades do dia-a-dia, tais como indicação de emprego, burocracia para tirar documentos, localização de organismos governamentais ou particulares”.

O trabalho com informações utilitárias exige a quebra de concepções hegemônicas existentes nas bibliotecas públicas. O livro passa a ser considerado suporte informacional e o usuário não precisa, necessariamente, ser alfabetizado para fazer uso da biblioteca. Com as ações desenvolvidas pela biblioteca pública a partir da introdução da função informacional e, conseqüentemente, da informação utilitária e de um direcionamento para os “[...] grupos sócio-econômicos mais baixo da comunidade” (FIGUEIREDO⁴, *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 2003, p.76), torna-se propício o desenvolvimento e implantação de propostas alternativas à atuação da biblioteca pública tradicional.

Conclui-se que a biblioteca surge da necessidade de preservar os registros gráficos, sonoros e visuais visando à transmissão do conhecimento às futuras gerações. Da função de preservar, depara-se com o aumento acelerado da produção cultural passando a exercer a função de organizar e disseminar os registros. Observa-se que desde 1644 a biblioteca apresenta-se como uma instituição necessariamente pública e universal sob a proposta de Gabriel Naudé com o seu *Advis pour dresser une bibliothèque*. Seus fundamentos são de suma importância para a compreensão da biblioteca pública como instituição aberta a todos tendo como função satisfazer as necessidades de informação e cultura do público.

³ NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca publica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p. 205-12, set. 1983.

⁴ FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Serviço de informação para a comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n. 3/4, p.7-19, jul./dez. 1985.

Quanto ao surgimento das bibliotecas públicas na Europa, nota-se que não há um consenso entre os estudiosos do assunto sobre os motivos que levaram à sua criação. Independente de terem sido impostas pela necessidade de mão de obra exigida pela Revolução Industrial ou de terem sido uma demanda popular que reivindicava acesso à educação gratuita, durante a Revolução Francesa, o que interessa é que a biblioteca pública participou das mudanças daquela época e deveria continuar inseridas no contexto histórico como reflexo e causa das mudanças sociais.

No Brasil, a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. A mesma foi criada por iniciativa de cidadãos cujo projeto de implantação foi considerado o primeiro documento com o objetivo de facilitar o acesso à informação e à cultura. Embora tenha sido um marco histórico, a biblioteca pública no Brasil não correspondia às necessidades e interesses da população da época uma vez que a grande maioria da população era analfabeta e escravista. Durante o período colonial e imperial, a biblioteca pública brasileira manteve-se uma instituição cultural elitista e alheia às necessidades educacionais e informacionais da grande maioria da população.

A partir de 1912, percebe-se uma aculturação dos serviços bibliotecários, quando se importavam modelos vindos de países desenvolvidos na época. Os ideais que inspiraram a Semana da Arte Moderna e a implantação da Biblioteca “Mário de Andrade”, em 1926, mudaram a história da biblioteca pública brasileira que tornou-se um marco da nossa cultura e referência para a América Latina.

Na Velha República, o elevado número de analfabetos no País e a inexistência de políticas públicas acabaram prejudicando o desenvolvimento das bibliotecas públicas estaduais e municipais.

A criação do INL foi uma das ações implementadas pelo Estado, nessa época, como forma de dar especial atenção à nova classe dos operários, uma vez que a mão-de-obra não era qualificada e o analfabetismo atingia altas proporções nesse segmento.

A biblioteca pública como instituição democrática presta serviços ao público em geral, independente das condições sociais, culturais e educacionais.

O fato de cada segmento da sociedade apresentar expectativas distintas em relação à biblioteca, surge a sua grande dificuldade ser “tudo para todos”, diminuindo o seu potencial como um grande centro disseminador da informação.

Alguns estudos realizados mostram que, para as pessoas mais carentes, a informação utilitária oral chega a ser mais importante que a registrada. Portanto, no momento em que a biblioteca pública decidir implantar um serviço de informação voltado para o atendimento das necessidades básicas do dia-a-dia, tornar-se-á um verdadeiro centro disseminador da informação, contribuindo para a formação da cidadania.

3 CIDADANIA E ESPAÇOS PÚBLICOS

Jaime Pinsky (2003, p.9) na obra *História da Cidadania* diz que o exercício dos direitos civis, políticos e sociais garantem ao indivíduo participar, integrar e interagir na sociedade, possibilitando o exercício pleno da cidadania. Na sua concepção, a cidadania não é uma definição estática, mas um conceito histórico, e seu sentido varia no tempo e no espaço. Desta forma, não há um conceito único e eterno de cidadania. Pelo contrário, no desenrolar da história, várias foram as acepções dadas a este *status* humano, até a pluralidade de concepções da atualidade.

Para Vieira (2004, p. 22), a cidadania tem assumido historicamente várias formas em função dos diferentes contextos culturais. O conceito de cidadania, enquanto direito a ter direito, tem-se prestado a diversas interpretações. Entre elas, tornou-se clássica a concepção do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall, que, analisando o caso inglês e sem pretensão de universalidade, generalizou a noção de cidadania e de seus elementos constitutivos (MARSHALL, 1967). Em *Cidadania, classe social e status*, ele apresenta uma espécie de cronologia da evolução dos direitos do cidadão, usando como base para seu estudo o caso da Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Segundo o autor, no modelo de cidadania inglês, os primeiros direitos a se estabelecerem foram os civis (no século XVIII), que são aqueles direitos que dizem respeito ao indivíduo, como a liberdade e a igualdade perante os homens. Em seguida, vieram os direitos políticos (no século XIX), como o voto e as democracias, que deram ao cidadão a oportunidade de mais participação no Estado. Por último, foram os direitos sociais (no século XX), quando o Estado passou a oferecer ao cidadão, de forma universal, os serviços públicos, como a educação, saúde, transporte, lazer etc.

Se considerarmos a imagem de uma pirâmide de direitos, podemos dizer que na sua base estão os direitos civis, que sustentam todo o resto. No meio, ficam os direitos políticos e, no topo, os sociais.

Segundo Manzini-Covre (2001, p.15), esses três conjuntos de direitos, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Esses direitos são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para efetivar. Nesse contexto está a difícil reflexão: os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, permitindo a todos o direito à vida no sentido pleno – traço básico da cidadania. Portanto, trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(ns) no Universo.

Transpondo o esquema de Marshall para a evolução dos direitos brasileiros, o historiador e professor José Murilo de Carvalho explica, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (CARVALHO⁵ *apud* COMO exercer sua cidadania, 2003, p 175.), que em nosso País a pirâmide de direitos estaria “*de cabeça para baixo*”. Isso porque “*aqui*” primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução de direitos civis pelo ditador Getúlio Vargas, que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito de voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis – a base da seqüência de Marshall – continuam inacessíveis à maioria da população.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 175-176.

3.1 Educação e Informação para a Cidadania

Outro ponto importante citado por Carvalho é a questão da educação. “Foi ela (a educação) que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos obstáculos à cidadania civil e política”. (CARVALHO⁵, 2002, *apud* COMO exercer sua cidadania, 2003, p.175-176)

Na busca de uma compreensão de que todos, neste país, têm direito à educação para cidadania, Ribeiro manifesta seu pensamento a respeito:

(...) há também, por parte de muitos filósofos que refletem sobre a constituição do Estado-nação, ao qual está vinculada a noção moderna de cidadania, um reconhecimento de que a educação é um bem que deve estar acessível a todos os indivíduos, de modo a tornar possíveis as condições para o exercício de uma efetiva cidadania. (RIBEIRO, 2002, p. 115)

Referindo-se aos princípios de liberdade e igualdade, Ribeiro diz que:

(...) em base a estes princípios, a sociedade deveria oferecer, principalmente através da educação básica, condições igualitárias para que os indivíduos tivessem acesso ao exercício de uma cidadania ativa. Contraditando com este discurso, o Estado burguês cria artifícios que inviabilizam a universalização de uma educação pública articulada aos interesses dos segmentos sociais e culturais tradicionalmente excluídos do conceito e das práticas que implicam a cidadania. (RIBEIRO, 2002, p. 124)

O Manifesto da Unesco (1994) para Bibliotecas Públicas proclama que liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Eles serão alcançados somente através da capacidade de cidadãos bem informados para exercerem seus direitos democráticos e terem papel ativo na sociedade.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 175-176.

Assim, participação construtiva e desenvolvimento da democracia dependem tanto de educação adequada como do livre e irrestrito acesso ao conhecimento, pensamento, cultura e informação.

Com base no Manifesto da Unesco, Macedo e Semeghini-Siqueira (2000, p.3) observam que as palavras-chave liberdade, prosperidade e desenvolvimento pessoal encerram valores humanos fundamentais dirigidos tanto aos indivíduos como à sociedade como um todo. Para as autoras, a observância ao espírito deste documento deve ser feita por todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento das bibliotecas, inclusive os professores, para viabilizar os pontos significativos do Manifesto e incorporá-los como comportamento e ações.

Os indivíduos de cada país tornar-se-ão verdadeiros cidadãos se assim se conduzirem, e para tal deverão ser pessoas bem informadas, por meio de leitura, estudos, debates com seus pares, e capazes de exercer seus direitos democráticos e papéis ativos na sociedade. Desta forma, a participação efetiva do sujeito, consciente de sua cidadania e da importância de ações construtivas para o desenvolvimento da democracia, dependerá tanto de educação adequada e das ideologias vigentes no país como do livre e irrestrito acesso à informação ao conhecimento.

Para Macedo e Semeghini-Siqueira (2000, p.4), o único caminho para a educação mudar o Brasil, tornando o país mais equilibrado socialmente, é capacitar de modo eficaz todos os indivíduos para que se tornem cidadãos responsáveis e possam exercer o direito de cidadania na Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento.

Para ter acesso ao conhecimento, há uma condição básica, elementar: a educação deve possibilitar que todo cidadão seja leitor fluente e ativo, capaz de estabelecer inter-relações, reconstruindo significados, exercitando sua capacidade de crítica para formar sua opinião.

Desta forma, ele conseguirá também ter voz como cidadão consciente, ser um produtor de textos orais e escritos, coesos e coerentes, portanto, um produtor de cultura e de conhecimento.

Ao referir-se à educação e aprendizagem, as autoras afirmam que o processo de aprendizagem é ininterrupto e envolve, de modo complexo, pensamento, emoção e vontade. Na construção do conhecimento, todos os tipos de interação viabilizam e reconstruem dinamicamente as inter-conexões que ocorrem na mente/no cérebro do sujeito.

Neste contexto, a biblioteca é um ambiente de aprendizagem, portanto, um espaço de/para Educação que, em função das interações, poderá ser de educação formal ou não-formal. O usuário é um aprendiz, pois continuamente “aprende a aprender” enquanto usa a informação.

O direito de conhecer e de se informar é a face reversa do direito de expressar e de comunicar. Se, por um lado, os meios de comunicação podem cobrir livremente os mais diversos assuntos, fazer análise e emitir suas opiniões, por outro, o cidadão tem o direito a ter acesso a essas informações e dados, bem como a quaisquer outras formas de expressão. Um direito torna o outro possível: uma vez informado, o cidadão terá condições de formar sua opinião e expressá-la, se desejar. (COMO exercer sua cidadania, 2003, p.16)

Segundo Kobashi e Tálamo (2003, p. 8-10), a informação é um dos elementos básicos para a compreensão dos processos naturais ou culturais, embora exista dificuldade de abordá-la devido à variação conceitual, à complexidade e à fragilidade do termo, tornando um desafio aos campos de estudo a ela dedicados. Para as autoras, é fundamental a exploração de traços característicos da informação para propiciar a sua compreensão. Desta forma, as autoras fazem uma analogia à fome mundial, não à escassez de alimento, mas à ausência de modos de

distribuição adequados. Nesse contexto impõe, de imediato, a associação do alimento ao bem material, conferindo-lhe as propriedades inerentes a este universo.

O bem define-se como um objeto-material ou imaterial que responde pela satisfação das necessidades físicas e culturais do homem. Os conjuntos de bens integram necessariamente o sistema estruturado pelos seguintes elementos: produção, armazenamento, distribuição, acesso, troca e uso. Portanto, qualquer bem necessário que não participa desse sistema gera carência e desigualdade na sociedade. No momento em que se integra o alimento no conjunto de bens, é possível afirmar que o alimento existe e que a sua distribuição é parcial, permitindo associar a fome a uma distribuição ineficiente do alimento.

Ao atribuir a definição de sistema de bem, outras variáveis surgem nesta questão. No momento em que a distribuição for resolvida, não garante o fluxo de alimento, à medida que este só pode ser concretizado na troca que envolve moeda de conversão específica. Portanto, a fome passa a ser interpretada tanto como resultado de fluxo impróprio de alimentos quanto como ausência, falta de acesso, má distribuição da moeda de conversão.

A informação, como alimento, é um bem. Do mesmo modo que carência de alimento provoca fome, a carência de informação provoca ausência do conhecimento. E na busca para solucionar situações de carência e de escassez, a sociedade organiza seus estoques de informação e estabelece estratégias específicas para colocá-los em ação, para transformá-los em fluxo, tendo em vista um único propósito: que o sujeito os capture, promovendo a ação de conhecer.

Para Kobashi e Tálamo (2003), a informação é um bem simbólico, ao contrário do bem material, pelo fato de se elaborar, organizar e circular no interior da linguagem. Ao oposto do bem material, o uso da informação não se esgota. Tanto o bem material como o simbólico necessitam de um elemento de troca. Da mesma forma que para ter a informação como para

ter o alimento é preciso uma moeda de conversão, sem a qual a informação não se transforma em conhecimento e o alimento não se transforma em energia capaz de amenizar a fome. O elemento de troca da informação é a cognição, o capital cultural e o alimento é a moeda propriamente dita.

3.2 Biblioteca Pública: espaço de informação

Durante os anos de 1960 a 1980, principalmente, os países subdesenvolvidos foram palco do surgimento de propostas políticas voltadas para a afirmação dos direitos das classes populares. A informação foi entendida como um instrumento de dominação que deveria ser apropriado pelas classes populares. Essa apropriação deveria ser facilitada pelos Centros de Documentação e Informação Populares.

Podemos perceber a importância dada, na época, à informação e à documentação, através dos trechos abaixo reproduzidos:

[...] o documento é um produto social que normalmente se encontra separado da prática popular, pois o povo não é considerado como o principal ator social e, portanto, o documento não recolhe sua prática [...] Decorre daí que se deve resgatar, recuperar o conceito de 'documento' e 'documentação' delimitando-os em relação com a situação de luta de classes existente na sociedade capitalista, na qual as classes subalternas tratam de construir uma nova hegemonia [...] as fontes para o trabalho documental elas devem refletir a complexidade e as contradições da estrutura social. Devem privilegiar o ator principal por excelência, as classes subalternas [...] A informação dos setores dominantes é 'desinformação' para os setores populares [...] A informação não é acessível a todos, ela está elaborada por e para uma elite. (CELADEC⁶, 1984 *apud* ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 74)!

A ampla abordagem de que toda informação é pública, precisa ser melhor esclarecida. Apesar de ser a informação, em termos gerais, pública, não podemos deixar de lado o problema do seu entendimento, recepção, compreensão, pois, não existindo a apropriação, a

⁶ CELADEC. *Definição e conteúdo da documentação popular*. Recife: CEDIPO, 1984. (mimeografado)

informação não pode ser considerada como tal. Partindo dessa concepção, precisamos distinguir a criação, a produção da informação de sua veiculação, de sua disseminação.

A produção da informação visa à recepção e à modificação do conhecimento. Entretanto, a informação produzida não precisa ser necessariamente a que será recebida. Muito do que se entende por informação obtida num suporte não é o que o autor pretendia transmitir. Ela surge a partir da interação entre o que se pretendeu veicular no suporte informacional e o conhecimento da pessoa. Toda informação não é estática é antes um processo.

De acordo com Almeida Júnior (2004), a disseminação da informação pressupõe um público alvo. Quando registrada num suporte, veículo, ela o é para um público-alvo definido. É para ele que a informação é dirigida. Isso faz com que a elaboração da forma de divulgação da informação tenha esse público como base, influenciando o seu formato, linguagem, conteúdo, etc.

O público é, assim, o grande diferenciador da informação e a informação pública, então, é aquela direcionada para um grande público. O público-alvo da informação pública deve ser entendido como o total da sociedade.

Quanto à intenção da informação pública, ao ser veiculada, quase sempre visa à formação do cidadão, através de informações escolares, utilitárias, culturais, de lazer, de educação continuada, de auto educação, de resgate da memória, etc.

Se considerarmos que toda a sociedade deve ser usuária e público-alvo, a mídiutilizada para veiculação da informação pública não pode ser restringida apenas à escrita. Deve incluir textos escritos, a imagem fixa e em movimento e o som, incluindo neste último caso a informação fornecida oralmente.

Para Almeida Júnior (2004, p.72), não existe, ainda, um conceito consensual na literatura do que seja informação pública. Talvez a própria amplitude do termo dificulte os autores a buscarem um conceito. Na opinião do autor, é emergente que as discussões sobre esse assunto sejam incluídas nas discussões mais amplas da área, possibilitando uma melhor compreensão na busca de um conceito.

Segundo o autor, toda informação é pública, com exceção daquelas que, explicitamente, são reconhecidas como reservadas, restritas, sigilosas, confidenciais. Toda informação é pública porque independente do lugar, do espaço onde o profissional da informação atua, em especial o bibliotecário, a informação com a qual ele lida é, antes de tudo – como advoga parte expressiva da literatura da área aceita pela maioria dos profissionais – uma informação registrada. Não estando registrada essa informação deixaria de ser objeto da biblioteconomia. A afirmação de que o objeto da biblioteconomia é a informação registrada necessita ser reconsiderada, ou modificada integralmente ou ser a ela acrescentado um novo diferenciador.

Os espaços de atuação do bibliotecário, envolvido com informação pública, são múltiplos e variados e estão alocados nas bibliotecas públicas e escolares, nas bibliotecas alternativas (centros referenciais, centros de documentação popular, bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias, etc). Os locais onde a informação pública é disseminada são mantidos pelo Estado, por fundações ou grupos de pessoas, envolvidas com alguma atividade de âmbito social.

Lemos⁷ *apud* (SUAIDEM, 1995, p.7-9) faz referência ao serviço de informação comunitária, mencionando que tal serviço surge no bojo de um amplo movimento contestatório e de busca de uma nova função para a biblioteca pública. Alguns marcos

⁷ LEMOS, Antônio Briquet de. Prefácio. In: SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995. p. 7-9.

importantes, como a quebra do estigma secular que vincula a biblioteca pública a um único tipo de registro de informações/conhecimento (o livro) e a um único tipo de serviço (a leitura), norteiam os caminhos desse processo. Para o autor, à medida em que novas vias são abertas, os modelos ideais são abandonados na busca da articulação de uma instituição em constante devir. Instituições menos interessadas em colecionar livros e mais preocupadas em reunir pessoas para ajudá-las a serem cada vez mais humanas demonstram que ainda existe um grande espaço social para as bibliotecas, principalmente as públicas, conquistarem.

A necessidade de democratizar e interiorizar os serviços bibliotecários torna-se cada vez mais urgente. O tratamento elitista que sempre priorizou o serviço da biblioteca pública, ao atender exclusivamente os habitantes do centro da cidade, deve dar lugar para o atendimento, ou a palavra, aos chamados “não-públicos”, que são as populações suburbanas ou rurais que não têm noção de cidadania, não conhecem seus direitos e deveres na sociedade, e que até há pouco tempo eram chamados de minoria, mas hoje, em termos quantitativos, atingem metade da população brasileira. A biblioteca pública como entidade prestadora de serviços deve utilizar cada vez mais metodologias adequadas para diagnosticar as necessidades de informação, possibilitando o atendimento às aspirações da comunidade.

De acordo com Figueiredo (1996, p.102), numa linha mais moderna de atuação de bibliotecas públicas, os serviços de informação são compreendidos como aqueles trabalhos bibliotecários dirigidos de maneira mais direta aos usuários, conhecidos como serviços públicos, ou, ainda, os serviços fins da biblioteca, razão da sua própria existência.

Para Suaiden (1995, p.55), no Brasil a porcentagem de não-usuários é superior à de usuários; geralmente, de não-usuários que vivem em comunidades carentes dos centros urbanos e se defrontam não somente com falta de bibliotecas públicas, mas também com os problemas econômicos, culturais e educacionais. São as chamadas populações

marginalizadas. No Brasil é comum a formação de favelas, onde não há as condições mínimas de higiene e serviços públicos, como luz, água, telefone etc. A maior parte dessas pessoas, no Brasil, é analfabeta e não tem emprego.

As necessidades de informação dos não-usuários são muito distintas e compreendem o que poderíamos denominar como informação utilitária, destinada a resolver os problemas cotidianos. Polke (1982, p. 25), no estudo realizado sobre informação utilitária, mostra a estrutura dessa informação em seus aspectos essenciais:

a) saúde: problemas de assistência médica e hospitalar; como, onde e a quem recorrer para a solução dos problemas referentes a saúde, planejamento familiar, prevenção de doenças, vacinação;

b) emprego: problemas para obter trabalho, estabilidade ou flutuação, agências, conciliação das atividades fora de casa com as tarefas domésticas;

c) legislação: problemas de obtenção de documentos, conhecimento de direitos e deveres legais, assistência jurídica, existência de associações de moradores, aposentadoria e obtenção de benefícios;

d) educação: problemas de vagas escolares, abandono da escola, reprovação de adultos, formação profissional, obtenção de bolsas, orientação sexual, educação para adultos (trabalhos manuais, artesanais);

e) lazer: problemas relacionados com o tempo livre, quais são os horários preferidos para distração, obstáculos ao lazer, papel da televisão e do rádio, leitura para o lazer (o que, como e para que ler);

f) moradia: problemas de posse da terra, aluguel, invasão de terras, serviços de água, esgoto e luz, condições da residência, vizinhança.

Numa visão holística, para que a *biblioteca pública* possa atuar *como um sistema de informação*, ela necessita dar relevância à informação referente aos problemas do dia-a-dia dos seus usuários - informações essas vitais e necessárias à sobrevivência. São informações não encontradas em livros e, muitas vezes, não disponíveis sob nenhuma forma. De maneira dinâmica, a biblioteca tem que coletá-las, organizá-las e disseminá-las da melhor forma, para assim também melhor servir aos seus usuários, de maneira e escopo ilimitados. Para a autora, a tendência atual é para que as bibliotecas públicas organizem sistemas de informação com base nos cadastros e arquivos, catálogos, dados, fontes de informação e referencial, para servir à comunidade a que deve atender, como parte integrante de seus serviços de rotina.

Do ponto de vista histórico, conforme o estudo feito por Susana Mueller⁸ *apud* (FIGUEIREDO, 1996, p.107), o papel da biblioteca pública evoluiu ou foi-se alterando, de uma instituição voltada à educação do cidadão, do alargamento da sua cultura e do seu lazer, para estas novas funções “de caráter comunitário, ligada à necessidade de informação para atividades diárias”. A autora chegou à conclusão de que as funções básicas da biblioteca pública têm-se mantido “e permanecerão as mesmas: a preservação, organização e difusão do conhecimento ou informação”. O que tem mudado e continuará mudando são as formas de desempenho e o uso que é feito das atividades da biblioteca pública. E o fator ou a mola- mestra que aciona ou condiciona estas mudanças de desempenho e uso das bibliotecas públicas é o contexto de um dado momento histórico, e é para este contexto de mudanças políticas e sociais que estão ocorrendo no país que os bibliotecários brasileiros devem estar atentos. É o momento propício para a implantação de serviços realmente relevantes à comunidade, democratizadores, por assim dizer, que passariam a servir não apenas àqueles indivíduos alfabetizados da classe média e estudantes que procuram a biblioteca, mas sim à

⁸ MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 7-54, mar. 1984.

nossa grande massa de desvalidos, desfavorecidos e oprimidos que não têm conhecimento ainda do que seja uma biblioteca, e para os quais a informação pode significar uma melhoria real, o alcance de uma solução, a detenção de um benefício social. E os bibliotecários, diante de uma nova função, precisam estar preparados para assumir uma parte na provisão de informação à comunidade.

Barboza⁹ *apud* (SUAIDEN, 1995, p.60) diz que a pedagogia de Paulo Freire se dirige às classes marginalizadas que se encontram longe do desenvolvimento educacional, cultural e sócio-econômico. Daí que seu trabalho entende ser um processo de transformação das estruturas sociais.

O seu método se enlaça com um processo de educação libertadora, em que o homem é sujeito criador de cultura: “a cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador (...). A cultura como aquisição sistemática da experiência humana”. (FREIRE¹², *apud* MELO, 1980, p. 95)

Freire ensina que o homem é um ser de relações e não de contatos; “não está no mundo senão com o mundo”. (FREIRE¹⁰, 1967, *apud* MELO, 1980, p. 92). O homem como ser de relações implica uma integração com o mundo e com os outros numa atividade dinâmica que o faz sujeito de sua ação, com ilimitadas possibilidades de criação, fazendo com que cada um assuma sua identidade. O autor considera que, na medida em que o homem relaciona, cria e recria. Por outro lado, o homem, como um ser de contatos, tem um nível de adaptação e acomodação no processo educativo. Isto o conduz a uma posição de objeto,

⁹ BARBOZA, Josefa Pereira. A biblioteca pública como alternativa de educação não-formal para adultos analfabetos. 1984. 115 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Pernambuco, João Pessoa, 1984.

¹⁰ FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

convertendo-se em depositário de atos alheios, sacrificando desta maneira sua capacidade criadora.

Na educação libertadora, a alfabetização não é um mero jogo de palavras, nem sempre memorização; não se limita ao ensino da leitura e escrita de uma maneira mecânica, pois o conhecimento não é um ato de doação ou transferência que deva ser aceito pelos alfabetados de uma forma passiva ou receptiva, onde se é, então, objeto da ação. Pelo contrário, toda ação educativa deve estar vinculada à realidade, e dessa maneira se aprender a entender o mundo. Desde esta perspectiva, o analfabeto buscaria manifestar suas atitudes básicas ante esta realidade de uma maneira crítica. Isso “implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo”. (FREIRE,1983, p.81)

Paulo Freire baseia-se na informação ontológica de que todos os homens são iguais ante a natureza e o conhecimento e o tratamento que se deve dispensar ao adulto em sua prática educativa se centra neste mesmo aspecto. Não há homem ignorante em sua totalidade, em quem falte um conhecimento sistematizado, pois “o homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta” e como ser inacabado está em constante busca, já que “ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo” (FREIRE, 1994, p.28). A preocupação de Freire centra-se na participação positiva do homem e uma fé em sua liberdade e em seu poder de criação e crítica . Freire destaca também a necessidade do homem de ter consciência de seu lugar na sociedade. Para substituir a realidade da escola, propõe o âmbito da leitura, que é um contexto mais flexível e dinâmico. No lugar do professor aparece o moderador de debates e seu papel é o de criar os estímulos necessários para o ato de conhecimento, em que, juntamente com o educando, se procura refletir a situação real a partir de uma postura crítica.

Os ensinamentos de Paulo Freire são de grande importância para a biblioteca pública por dirigirem-se às classes marginalizadas da sociedade e especialmente aos analfabetos. O

próprio nome “biblioteca pública” pressupõe uma biblioteca aberta a todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação. No entanto, o certo é que muitos grupos sociais não utilizam a biblioteca, uma vez que não empregam metodologias para integrar em si as diversas pessoas que compõem a comunidade. Atender adequadamente a este não-público é um objetivo fundamental da biblioteca pública. E para atrair esta nova e importante clientela é necessária uma nova postura por parte dos profissionais da informação, pois, em muitas regiões, o próprio pessoal da biblioteca pública tem contribuído para que as pessoas marginalizadas do ponto de vista educacional, econômico e social não utilizem a biblioteca.

De acordo com Suaiden (1995, p. 65), o fato de a biblioteca ser construída ou instalada no centro da cidade, o acesso a ela é facilitado apenas aos habitantes da zona urbana e, até hoje, a maioria das bibliotecas públicas não têm conseguido ampliar o seu raio de atendimento às populações residentes na periferia, devido à falta de serviço de extensão bibliotecária.

A cidadania é composta por direitos civis, políticos e sociais. Esses três conjuntos de direitos precisam estar vinculados, pois sua efetiva realização depende da reciprocidade da sua relação. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não apenas em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. O acesso à educação de forma igualitária permite que as pessoas tomem conhecimento de seus direitos e se organizem para lutar por eles, exercendo assim uma cidadania ativa. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos obstáculos à cidadania civil e política. Os valores humanos fundamentais proclamados pela Unesco: liberdade, prosperidade e desenvolvimento são alcançados somente através de cidadãos bem informados para exercerem seus direitos democráticos e terem papel ativo na sociedade.

A informação pública, na maioria das vezes, visa à formação do cidadão, através de informações escolares, utilitárias, culturais, de lazer, de educação continuada, de auto-educação, etc. Neste contexto, o espaço da biblioteca pública é propício para oferecer suporte tanto à educação formal quanto à não-formal, estabelecendo um ambiente de aprendizagem e interação do usuário e a informação e, nesta relação, promover a apropriação do conhecimento. Mas como atingir aqueles grupos de pessoas que não freqüentam o espaço da biblioteca pública? Como entidade social e democrática, a biblioteca pública deve preocupar-se com os “não-públicos”, aqueles que não têm noção de cidadania, não conhecem seus direitos e deveres, buscando aplicar metodologias adequadas para diagnosticar suas necessidades de informação, possibilitando o atendimento às aspirações da comunidade como um todo. O fato de a biblioteca pública ser construída no centro da cidade favorece o acesso apenas aos habitantes da zona urbana. Por outro lado, a falta de recursos dificulta a ampliação do seu raio de atendimento às populações residentes na periferia. O serviço de extensão bibliotecária é uma alternativa que permite aproximar a biblioteca pública das populações carentes, ampliando a comunicação através do diálogo. Essa prática eleva o nível de consciência do cidadão, esclarece seus direitos e o leva a participar da sociedade.

4 A PRÁTICA EXTENSIONISTA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

No início do século XX, a biblioteca pública passa por mudanças oriundas da necessidade de estender seus serviços às populações rurais e da periferia, numa perspectiva de realizar uma ação educativa através da maior propagação da leitura.

A educação pública era a grande preocupação da época e a biblioteca pública, como centro disseminador da informação, muito poderia contribuir para o aprimoramento de seus leitores. A realidade mostrava um baixo percentual de leitores e a grande maioria da população não freqüentava as bibliotecas. Essa concepção, no entanto, é restrita caso no espaço da biblioteca privilegie-se apenas a prática da leitura. Daí a necessidade dela estender seus serviços àquelas pessoas que desconheciam não só a biblioteca como também a importância da leitura em suas vidas.

Pelo que se deduz, a prática extensionista, utilizada na área agrícola, nessa mesma fase, serviu também de inspiração aos bibliotecários para iniciar o chamado movimento de extensão da biblioteca.

De acordo com a classificação de Rogers (1972, p.52), pode-se dizer que houve uma mudança social de contato na biblioteca. Para o autor, há duas categorias de mudança social: a imanente e a de contato. No primeiro caso, a fonte ou origem da mudança está dentro do sistema social, e, no segundo, ela vem de fora, através da difusão de resultados obtidos em experiências, ou investigações de indivíduos ou grupos sociais.

Tudo indica que o movimento de extensão da biblioteca teve a sua inspiração na prática extensionista agrícola, caracterizada pela necessidade de mudar a prática milenar do tratamento da terra para a produção de alimentos, com a introdução de novas tecnologias. Para adotar essas tecnologias o camponês precisava entender e aceitar a mudança. A extensão

pretendia, pois, comunicar a descoberta e vender os novos produtos com o objetivo de aumentar a produção de alimentos. Dizia-se que era uma ação educativa. As reações às mudanças pretendidas decorrem da comunicação que se caracterizou como uma “invasão cultural” isto é, o desrespeito à cultura existente pela intromissão de uma linguagem que o camponês não entendia. Segundo Freire, essa prática é uma ação propagandista que nega a ação educativa, utilizando-se da comunicação ou linguagem que anula todo o conhecimento incorporado pelo camponês. (FREIRE, 1982 *apud* ARAGÃO, 1988, p. 37)

Começa, portanto, nesse período, ou seja, fim do século XIX, início do século XX, uma ação bibliotecária extensionista, que se desenvolve com sucesso em países mais avançados, e, com expectativas diversas e muito tempo depois, em países do Terceiro Mundo, inclusive no Brasil.

Entretanto, a prática extensionista bibliotecária, por analogia, pretendia levar a outras comunidades a sua ação educativa e facilitar, a todos, o acesso à informação e à cultura. Constitui-se um momento muito importante da mudança do conceito tradicionalista da biblioteca, de preservação e prestadora de serviços, para um organismo dinâmico, com ações educativo-culturais dentro e fora das suas instalações.

Como foi visto, a biblioteca sempre foi considerada elitista, utilizada por classes sociais privilegiadas. O movimento extensionista ampliou espaços, permitindo o acesso de camadas populares aos serviços e programações, fazendo-a exercer, desse modo, na prática, seu papel democrático teorizado nas origens.

A ação de levar coleções de livros às populações distantes de sua localização física foi denominada como Serviço de Extensão da Biblioteca.

4.1 O Serviço de Extensão

O Serviço de Extensão caracteriza-se em levar para fora da biblioteca, através de unidades móveis, os serviços que a biblioteca presta em suas instalações fixas, ou seja, empréstimo de livros a domicílio, com prazo definido para sua devolução, e consulta nos próprios veículos, do material de referência e de periódicos.

A enciclopédia de (KENT; LANCOURT, 1970, v. 3) traz a seguinte definição: “O carro-biblioteca é uma biblioteca itinerante que traz livros e serviços bibliotecários aos leitores fora do alcance da agência central à qual pertence”. Descreve vários tipos de carros, desde as suas primeiras manifestações e afirma que ele toma diversas formas, pois atende a diferentes lugares, determinadas pelas circunstâncias e necessidades: local, clima, densidade populacional, condições econômicas.

A importância do carro-biblioteca reside no fato de ele se propor como uma ponte de mão dupla entre biblioteca central e um potencial de usuários. Como função, Kent; Lancourt (1970) afirmam que ele é uma introdução dos serviços bibliotecários onde estes inexistem; um serviço interino para a fixação posterior de outros serviços bibliotecários, mas também uma forma de estender serviços a regiões muito distantes.

Eastwood (1967, p. 63) define o carro-biblioteca como “uma forma de extensão bibliotecária, levando o serviço às pessoas que não têm a iniciativa, tempo, transporte, conhecimento, inclinação, habilidade ou dinheiro para fazer uso da biblioteca central”

De acordo com Dumont (1988, p.42), a maior importância desse serviço é que levou o bibliotecário para fora, fazendo-o encontrar o povo pela primeira vez, ao invés de ficar esperando que o público fosse à biblioteca. O carro ampliou a influência da biblioteca em suprir uma maior parcela da população, especialmente os de baixo nível de leitura, grupos

marginalizados ou oprimidos, entre eles velhos e outras minorias. Este é o grande valor do carro-biblioteca para a profissão do bibliotecário: possibilitar à biblioteca atingir leitores desprivilegiados e, especialmente, marginalizados.

O programa de extensão da biblioteca pública, caracterizado pela organização das bibliotecas móveis, iniciou-se nos Estados Unidos, por volta de 1900, e era acionado através de carretas de livros puxados por cavalos, conforme (WHEELER; GOLDHOR, 1970).

De acordo com Buonocore (1963), esse serviço foi uma iniciativa de Melvil Dewey, o grande bibliotecário norte-americano, autor da Classificação Decimal e outros trabalhos.

Lima (1983) em sua dissertação de mestrado cita Lindsay, que registra, na Inglaterra, há mais de um século, a existência da biblioteca móvel puxada por cavalos. Desta forma, o serviço de extensão começou, nos dois países, mais ou menos na mesma época.

Com o desenvolvimento rápido do automóvel, na década de 1920, seguido por outros veículos a motor, as coleções de livros passaram a ser levadas às áreas rurais por veículos adaptados para cumprir este objetivo. Após a Segunda Guerra Mundial é que se desenvolveram, comercialmente, os *bibliobus*, construídos especialmente para atender a essa finalidade (WHEELER; GOLDHOR, 1970). Segundo os autores, as alternativas de utilização do serviço, nos Estados Unidos e Inglaterra, demonstram preocupação em viabilizar o serviço através de barcos, vagões de estrada de ferro, caminhões e outros transportes.

Percebe-se que esta não era uma idéia nova. Na realidade, as bibliotecas circulantes ou itinerantes, como também eram chamadas, já existiam em outros países. Como parte de uma notícia publicada na Revista do Arquivo Municipal relativa ao movimento bibliotecário da capital e do interior do Estado de São Paulo – Assuntos Bibliotecários encontra-se o seguinte trecho: “Há bibliotecas itinerantes nos Estados Unidos, no México, no Japão e nas Índias. A

maior rede, porém, está na Rússia que conta atualmente com 90.000 bibliotecas”.(REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, ano III, v. 28, *apud* COSTA, 1997, p.80).

4.2 A Extensão Bibliotecária no Brasil

A primeira experiência de extensão bibliotecária que se tem notícia, ocorreu em São Paulo, em 1936, por iniciativa de Mário de Andrade, através da utilização de automóveis para atingir os bairros da cidade. De acordo com os jornais da época, essa foi uma experiência de biblioteca móvel bem sucedida no campo cultural.

Esta afirmação foi complementada por Negrão (1979, p.190), através de dados do relatório pesquisado, “o carro-biblioteca com seus 500 livros e 12 cadeiras estaciona nos parques do Jardim da Luz e Praça da República”. A partir desse período, surge a necessidade de expansão dos serviços da biblioteca pública de São Paulo, com a criação de bibliotecas fixas em fábricas e nos bairros, segundo o planejamento de Rubens Borba de Moraes.

A Biblioteca “Mário de Andrade” do Município de São Paulo, a maior biblioteca pública do continente desde 1942, quando instalada em seu novo prédio, intensificou o seu serviço de extensão com as bibliotecas ramais fixas, caixa estantes e carros - bibliotecas para atender à população da maior cidade brasileira. (NEGRÃO, 1979)

Costa (1997) menciona que a criação de bibliotecas ambulantes foi uma forma política de disseminação das bibliotecas populares:

uma novidade sensacional: a Biblioteca Ambulante. Instalada num caminhão, este estacionaria , cada dia numa praça pública: Jardim da luz, Praça da República, Largo da Concórdia, etc... Os livros cuidadosamente escolhidos pela sua qualidade de atrair e educar. O entusiasmo popular foi imenso. Tão grande que, quando Fábio Prado deixou a Prefeitura, havia em adaptação mais quatro veículos!... (DUARTE¹¹, *apud* COSTA, 1997, p.76)

¹¹ DUARTE, Paulo. *Mário por ele mesmo*. São Paulo: Edart, 1971. p. 75.

Considera-se que a criação da Biblioteca Circulante ou ambulante fazia parte desta imagem moderna que se queria construir, uma cidade, na visão de Mário de Andrade, em constante movimento:

Eram caminhões, bondes, autobondes, anúncios-luminosos, relógios, faróis, rádios, motocicletas, telefones, gorjetas, postes, chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina.¹²

A Biblioteca Circulante buscava simbolicamente fundar uma imagem de cidade moderna e era ao mesmo tempo um espaço de formação e de propaganda deste mesmo projeto.

O sujeito vai ao Parque, pega um livro, fica sabendo o que pode ler com mais tempo na Biblioteca Municipal. Era uma propaganda da coisa. (REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, v. 15, p. 196 *apud* COSTA, 1997, p. 79)

Segundo Dumont (1988, p. 21), o segundo precursor do carro-biblioteca no Brasil teve seu projeto apresentado no I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em 1954, na cidade de Recife, pelo então chefe do Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco, José César Regueira. Conforme o seu relato, em 1957, a Biblioteca Pública do Paraná inaugurou o seu primeiro carro-biblioteca, como parte dos festejos comemorativos do primeiro ano do governo do estado, Moysés Lupion. Ao descrever o veículo, relata que o mesmo era anteriormente usado pela Editora Ipê para o serviço de propaganda e, portanto, não muito adequado para o serviço de empréstimo, pois só possuía vitrines externas, fechadas. Foram adaptados internamente uma estante para livros, mesa e fichários.

O Instituto Nacional do Livro – INL, criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1934 com o objetivo de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional, só viria a preocupar-se como serviço de

¹² ANDRADE, Mário-“Macunaíma”. Vale ressaltar a influência do Futurismo na valorização da máquina na poesia de Mário de Andrade. Manifesto de fundação do Futurismo de Marinetti ocorre em 20 de fevereiro de 1909. “O Homem multiplicado pelo Motor” buscava uma identificação da arte com as novidades da técnica e do progresso: “[...] declaramos que o esplendor do mundo foi esquecido por uma nova beleza: a beleza da velocidade”. (Artigo publicado no Jornal do Comércio em 6 de junho de 1921- Futurista?!)

extensão no início da década de 50, quando já existiam nove Cursos de Biblioteconomia em funcionamento no país, sendo dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um no Rio Grande do Sul, um em Minas Gerais, um no Paraná, dois na Bahia e um em Pernambuco.

Segundo Russo (1973), a existência de alguns Cursos de Biblioteconomia no País, permitiu ao INL propor convênios entre esses cursos e as bibliotecas públicas para que realizassem o serviço de extensão em carros-bibliotecas, doados pelo INL, como prática de estágio dos alunos. Minas e Rio Grande do Sul foram os primeiros cursos beneficiados e, posteriormente, Pernambuco e Paraná.

Após esse período, outros Cursos de Biblioteconomia foram implantados em outras capitais brasileiras e no interior de São Paulo. Nos programas da disciplina Organização e Administração de Bibliotecas foi incluída uma unidade sobre o Serviço de Extensão. O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi o primeiro a criar a disciplina “Serviço de Extensão em Carro-Biblioteca” (SUAIDEN, 1983, p.70).

Além do INL estimular os convênios para a criação dos serviços de extensão, ele também fez recomendações importantes para inovar a extensão. Tais recomendações visavam introduzir nos carros-bibliotecas, além de livros, revistas, teatrinho de fantoches, números folclóricos, hora do conto, música etc. Com esta diversificação de informação e lazer, os carros-bibliotecas iniciaram uma comunicação mais direta com os usuários, que se tornaram participantes também das programações.

Suaiden (1980, p.23) revela que as bibliotecas públicas no Brasil utilizam o serviço de extensão para realizar o atendimento bibliográfico às populações suburbanas e rurais, que não têm acesso ao prédio onde está instalada a biblioteca. Esse tipo de atendimento é realizado através de carros-biblioteca e / ou caixas-estantes.

A Unesco reconhece a grande importância do serviço de extensão em bibliotecas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento. O ato de levar livros às populações menos favorecidas é fundamental num país como o Brasil, com um número muito grande de analfabetos e um percentual baixo de pessoas com hábito de leitura.

Suaiden (1980) considera reduzido o número de Unidades Federadas que desenvolve essa programação. A frota de carros-biblioteca existente bem como o número de caixas-estantes em atividade são, ainda, inexpressivos para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Na década de 80, quase todas as capitais brasileiras dispunham de bibliotecas públicas e de serviço de extensão através de carros-bibliotecas e caixas-estantes, realizando programas de animação cultural, oferecendo uma leitura diversificada.

Lins (1979) refere-se à instalação de bibliotecas volantes para atender o serviço de extensão da Biblioteca Pública de Manaus.

O Sistema de Bibliotecas de Pernambuco mantém carros-bibliotecas, com o apoio do INL, que cedeu 7 (sete) carros, segundo a comunicação de Lima (1979).

Silva (1973) revela que, no Sistema de Bibliotecas do Estado da Bahia, o desenvolvimento do hábito de leitura através dos Carros-Bibliotecas vem sendo promovido desde 1976, quando foi doado um carro à Fundação Cultural do Estado, pelo INL. Em seu relato, Silva destaca uma preocupação implícita com a ativação cultural e expansão do serviço, confirmada com a aquisição de dez carros para cobrir as áreas urbana e suburbana, com a esperança, também, de se estender ao interior. O serviço de extensão conta com nove carros nos quais são programados concursos, teatro de bonecos, hora do conto e espetáculos musicais.

Ainda, através da pesquisa realizada por Lima (1979), nos carros-bibliotecas da Biblioteca Pública de Salvador, observa-se que, além das preferências de leitura do público e da participação em atividades programadas, foi constatada a necessidade de que o serviço realizasse uma articulação com outros órgãos e instituições comunitárias, visando a uma maior participação dos mesmos no carro. Nessa visão, as ações não seriam unilaterais, mas integradas. A sugestão apresentada em sua dissertação de mestrado refere-se à possibilidade do carro biblioteca oferecer coleções de livros de assuntos de interesse das instituições, Centro de Ensino Supletivo, Pastoral de Base, Associações de Moradores e outras e, em contra-partida, receber sugestões para a promoção de programas culturais e de lazer.

Na Paraíba, a Biblioteca Pública desenvolve atividades em cinco bairros carentes de João Pessoa e a manutenção do carro-biblioteca é resultante do convênio estabelecido com o INL desde 1979.

Targino (1983), em estudo realizado sobre a atividade do carro-biblioteca da capital paraibana, propõe uma série de medidas para desenvolver a política de dinamização do serviço. Dentre várias medidas, sugere a programação de atividades culturais realizadas com a orientação dos bibliotecários e participação direta dos membros da comunidade, tanto no planejamento como na execução, pois quanto maior forem o envolvimento e a identificação, maior será a aceitação.

No prosseguimento da sua pesquisa, Targino (1984) procura verificar a demanda de material de leitura do carro-biblioteca, fazendo uma análise dos vários itens pesquisados. Nas considerações finais, destaca:

por sua própria condição de biblioteca ambulante, o que impede a alocação de um número superior a 1.000 / 1.500 exemplares e também restringe o número de horas de prestação de serviços, o carro-biblioteca não pode ser considerado como solução para inexistência ou carência de bibliotecas públicas, escolares e infantis. Sua importância social é constatada ao longo de toda esta pesquisa. (TARGINO, 1984, p.94)

Russo (1973) considerava que o Serviço Social da Indústria - SESI, de São Paulo, desenvolvia o mais importante serviço bibliotecário do país e, hoje, a qualidade e a importância do serviço permanece ao lado de outros serviços bibliotecários que o Estado de São Paulo oferece. O SESI desenvolve serviços de extensão da biblioteca, também, em outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e outros.

O Serviço Social do Comércio – SESC, criado pelo Decreto Lei n. 9.853 de 13 de setembro de 1946 e regulamentado pelo Decreto nº 61.836 de 05 de dezembro de 1967, associado a outra empresa privada, mantém bibliotecas em quase todas as capitais brasileiras para atender aos comerciários, com serviços de extensão de carros-bibliotecas e caixas estantes. O SESC edita, nacionalmente, o “Boletim Bibliográfico” e, em cada número, divulga levantamentos bibliográficos de assuntos de interesse da comunidade, com a localização das fontes citadas.

O SESC do Rio Grande do Sul mantém convênios com o Curso de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, junto a bibliotecas públicas do interior gaúcho (SILVA, 1978).

A importância dos serviços de extensão da biblioteca levados pelos carros-bibliotecas e caixas-estantes às comunidades rurais e às de bairros, e, também, às pessoas que se encontram em prisões ou hospitais, é incomensurável, proporcionando uma diversificação maior do serviço e, recentemente, provocando uma interpretação mais ampla do significado de extensão em nossas bibliotecas.

A necessidade de expansão dos serviços da biblioteca a fim de que ela possa atingir um raio de ação mais amplo, atendendo a um número maior de pessoas e diversificando seus serviços, tem sido uma realidade nos dias atuais. A consciência de que se deve dar oportunidade a todas as pessoas de conhecerem, seja através da leitura ou de outras práticas,

novas modalidades de vida e de técnicas que contribuam para o aperfeiçoamento profissional, tem determinado, nas últimas décadas, maior atendimento às aspirações comunitárias pelo serviço de extensão.

Faz-se esta pertinente afirmação:

uma das características do trabalho de extensão da biblioteca pública é a criteriosa programação das atividades a serem realizadas junto às comunidades. Esse programa constitui-se na razão de ser do próprio sistema de atuação bibliotecária, devendo ter as seguintes características: ser baseado na realidade local; estar voltado para as necessidades da comunidade; ser permanente e flexível; ser educacional, contínuo e evolutivo; ser cooperativo; possibilitar a avaliação dos resultados. (PIMENTEL, 1982, p.3)

A caracterização dada à extensão por Pimentel tem uma conotação diferente das primeiras propostas, quando a extensão era apenas uma mudança de contato, segundo o conceito de Rogers (1972). A proposta da autora é semelhante à proposta extensionista do agrônomo: levar informação através de uma ação educativa. Na interpretação da autora, a extensão é um serviço com dimensão mais ampla, não é uma simples relação de obras selecionadas pelo *staff* mas, sobretudo, um programa com características definidas, que tanto pode ser levado pelos carros-bibliotecas como pode ser realizado no próprio prédio da biblioteca, num clube social, em escola ou outra instituição que se integrem, em regime de cooperação, ao programa.

Um programa com as características definidas acima prevê uma evolução de metas e objetivos da biblioteca pública, especialmente com relação à proposta de cooperação com outras instituições, e a integração com a comunidade, e não há elitismo de serviços. A proposta de Pimentel é, de fato, um passo concreto da extensão para a ação cultural.

Em síntese, pode-se observar que a biblioteca pública do início do século introduziu, em suas metas de ação educativa-cultural, o Serviço de Extensão, visando a atingir comunidades distantes da sua sede. Considera-se que foi um grande avanço para aumentar o

seu raio de ação, levando leitura e informação a populações carentes. Em 1936, a Biblioteca “Mário de Andrade” do Município de São Paulo é quem inicia, no Brasil, esse serviço. A utilização do Serviço de Extensão nas bibliotecas públicas de outras capitais ocorreu apenas na década de 50. SESC e SESI, em 1947 antecipam-se a estas, incorporando aos serviços de biblioteca a extensão, levando a comerciários e industriários, através de caixas-estantes e bibliotecas ambulantes, livros e informações diversas de lazer e recreação. O Instituto Nacional do Livro – INL destaca-se pelo apoio a Extensão das bibliotecas públicas brasileiras, doando carros-bibliotecas aos Cursos de Biblioteconomia ou às bibliotecas públicas.

Considera-se que o Serviço de Extensão possibilitou uma importante mudança na biblioteca pública brasileira, ampliando a reflexão sobre a sua responsabilidade social, especialmente com as classes mais necessitadas que, muitas vezes, são impedidas de ter acesso aos serviços que presta a sede central por vários motivos, entre eles o custo elevado do transporte. Mesmo considerando a importância do Serviço de Extensão e a ampliação da comunicação com o usuário, discute-se a necessidade, mais urgente, de construir bibliotecas sucursais fixas, conforme destacam as opiniões de pesquisadores que investigaram o carro-biblioteca da Paraíba e Minas Gerais (TARGINO, 1983) e (KREMER, 1982).

O Serviço de Extensão progride com novas formas de ação, interligando-se com outras instituições, possibilitando que se instaurem o diálogo, a participação e a conscientização das classes mais necessitadas. A extensão passa a caminhar para a ação cultural, a partir do momento em que começa a incorporar os passos fundamentais dessa nova metodologia que se resume na prática do diálogo, da participação, da conscientização e libertação.

5 AS CONCEPÇÕES DE AÇÃO CULTURAL

Diversos autores abordam o conceito ação cultural, dentre eles: Paulo Freire, Victor Flusser, Luiz Milanesi e José Teixeira Coelho Neto. A biblioteca pública como instrumento de ação cultural fundamenta-se nas concepções destes autores.

5.1 A Ação Cultural segundo Paulo Freire

Para Freire (1982) a ação cultural surge do diálogo e esse só é possível quando os sujeitos podem dizer a palavra (a comunicação dos que pensam) num clima de liberdade, ou seja, sem coação e imposição. Envolve ação e reflexão.

Pronunciar a palavra, em sentido verdadeiro, é o direito de expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. Nesse sentido, não é privilégio de uns poucos que silenciam as maiorias. É exatamente por isto que, numa sociedade de classes, seja fundamental à classe dominante estimular o que vimos chamando de cultura do silêncio, em que as classes dominadas se acham semi-mudas ou mudas, proibidas de expressar-se anteriormente, proibidas de ser.

De acordo com Lima (1981), Paulo Freire empregou a expressão “ação cultural” para identificar a atividade educativa – que pode estar voltada tanto para a libertação como para a dominação.

Lima (1981) analisa o conceito de cultura, destacando as expressões-chave que Paulo Freire emprega em suas obras: cultura do silêncio, conceito antropológico de cultura e ação cultural. A utilização desses conceitos aparece com frequência interligados, para explicar a sua visão de uma pedagogia nova, fundamentada no “homem no mundo e com o mundo”. (FREIRE, 1982, p.65)

A concepção de Freire sobre a cultura do silêncio parte da análise histórica da colonização portuguesa no Brasil.¹³ No Brasil, o tipo de sociedade existente foi identificada por Paulo Freire como reflexo da apatia e alheamento do homem brasileiro nesse contexto: “Somente homens e mulheres, como seres “abertos” são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora”. (FREIRE, 1982, p.65)

Lima (1981) faz a sua observação dizendo que Freire vê esse “homem” que vive mergulhando na cultura do silêncio” como parte do mundo natural (em oposição ao “mundo humano” da história e da cultura) e não como ser transformador.

A partir da análise da história da colonização brasileira, surge o conceito de “cultura do silêncio”, estendendo-se a sua aplicação a todos os países da América Latina e a todas as sociedades do Terceiro Mundo e dos povos oprimidos em geral.

Na concepção de Paulo Freire, a expressão “cultura do silêncio” se manteve ao longo do tempo, através de uma relação estrutural de dependência entre o Terceiro Mundo (sociedade objeto) e as metrópoles (ou sociedades diretivas).

Para Lima (1981), a grande inquietação de Paulo Freire, portanto, é com as pessoas que se encontram mergulhadas na “cultura do silêncio” – justo aqueles que não têm uma voz própria, uma postura crítica, que sofrem de dualidade existencial e de um senso de auto-depreciação e que se caracterizam pela submissão e pelo silêncio. Freire (1982, p.71) se dirige para o homem que vive submerso em meio aos mitos da cultura do silêncio: o mito da educação neutra, que é um instrumento a serviço da domesticação dos homens; o mito da

¹³ ... a colonização foi sobretudo um empreendimento comercial, pois que Portugal “não tinha qualquer intenção de criar uma civilização em seus novos territórios” segundo, a colonização se desenvolveu com base nas grandes propriedades – voltadas particularmente para o cultivo da cana-de-açúcar” – e separadamente uma das outras por enormes distâncias; e terceiro, “durante o período colonial, Portugal manteve o Brasil numa situação de quase completo isolamento”. (FREIRE, 1982, p.67)

objetividade fria e científica, que transforma as estruturas desumanizadoras em verdades indiscutíveis; da inferioridade intrínseca das elites, que justifica o domínio destas sobreaquele; e o mito da superioridade das nações que “silenciam” porque são silenciosas.

O “mutismo e a incomunicação” do homem fazem parte da pedagogia de Freire e, na observação de Melo (1980), o problema da incomunicação situa-se no quadro de dominação peculiar ao colonialismo. A expressão “mutismo do homem brasileiro” cede lugar, na análise de Paulo Freire, para a enunciação da categoria “cultura do silêncio”, apresenta-se como característica de todos os povos civilizados e tem suas raízes na prática secular da incomunicação.

Para Lima (1981 *apud* ARAGÃO, 1988) a expressão “silenciamento” da fala, identificada por Padre Antônio Vieira, em um dos seus sermões,¹⁴ é que teria dado origem ao conceito de “cultura do silêncio” – um conceito transformado por Freire.

Em suas reflexões sobre o homem e sua ação transformadora, Freire (1982) observou: os homens são seres de relações que interagem com o mundo na práxis e estão com ele. Não existe interligação, na “cultura do silêncio”, pois os homens estão longe uns dos outros; suas relações são apenas do trabalho que lhes assegura a sobrevivência física, já que não lhes é permitido alimentar a sua mente na busca de uma afirmação como pessoa.

A compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo, como ponto de partida para uma análise sistemática da conscientização é defendida por Freire (1980). A condição básica para que a conscientização exista é que seu agente seja um sujeito, um ser consciente. Desta forma a conscientização, como educação, torna-se um processo

¹⁴ VIEIRA, SJ, Pe. Antônio “ Sermão da Visitação de Nossa Senhora”, Obras Completas do Pe. Antônio Vieira: Sermões, Vol. III, Tomo IX, Lelo Irmãos Editores, Porto, Portugal, 1959, p. 330. Citado por Paulo Freire, Educação como prática da liberdade, Paz e Terra, Rio, 1967, p.66, nota de rodapé, página 28.

específico e unicamente humano. Estar no mundo e com o mundo é a condição de seres conscientes, humanos.

Com o conceito antropológico de cultura, Freire (1980) mostra a urgência de se ajudar o analfabeto a superar sua compreensão mágica ou ingênua da realidade e desenvolver um entendimento cada vez mais crítico, embora seja apenas esta a sua intenção, porque o conceito esclarece o papel do homem no mundo e com o mundo enquanto ser transformador e não simplesmente adaptativo.

5.2 A Ação Cultural segundo Victor Flusser

Segundo Flusser, a ação cultural é emergente, libertadora e se articula em torno de três problemas: a invenção, a formulação e a criação.

A invenção é o desenvolvimento de uma criatividade própria, a descoberta de suas potencialidades de imaginação. A invenção é também dar a cada homem, através da animação cultural (e bibliotecária) os meios de inventar o seu código cultural (e literário). (FLUSSER, 1982, p.179)

Flusser vê a perspectiva de transformar a biblioteca tradicional, conservadora, em um instrumento de ação cultural¹⁵. De acordo com o seu pensamento,

a biblioteca ação cultural é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma biblioteca que participa do processo de dar a palavra ao não-público. É necessário que a biblioteca – ação cultural e o não-público ‘falem a mesma língua e que o fosso cultural que separa o não público da cultura seja superado’. (FLUSSER, 1982, p. 187)

¹⁵ Flusser difundiu o seu conceito de ação cultural no XII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação em João Pessoa, 1982. Conferência : A Biblioteca como um instrumento de Ação Cultural

Flusser vê o “não-público” como seres que estão mergulhados na “cultura do silêncio”, segundo o conceito de Paulo Freire. Por um lado o não-público não “compreende” (não lhe faz sentido) a “palavra” da cultura, e por outro, ele não tem possibilidades de formular a sua “cultura-palavra” (que faria sentido para ele).

Ele esclarece:

dizer sua palavra é como escrever Paulo Freire, “um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer sua palavra num sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressa-se o mundo, de criar, e recriar, de decidir, de optar. “ Ao dar a palavra, a biblioteca-ação cultural responde à aspiração fundamental de igualdade. (FLUSSER, 1982, p.187)

De acordo com o seu pensamento, é transformar a biblioteca e o seu conceito tradicionalista em centro de informações. Para ele, o centro cultural (idéia bastante difundida hoje) não passa de uma ampliação da biblioteca, oferecendo, além de livros, quadros, música, cinema, teatro, etc. Apesar dessa diversificação, o autor observa que tanto as bibliotecas quanto os centros culturais são implantados. Isto significa que as coleções são levadas para dentro da biblioteca sem respeito à realidade em que se situa a instituição. E acrescenta: “E como todo implante, as bibliotecas e centros culturais estão sujeitos ao fenômeno da rejeição (a dita falta de leitores ou público)”. (FLUSSER, 1982, p.188)

Para Flusser, a transformação da biblioteca centro de informações em instrumento de ação cultural estará fundamentada não em implantação de estruturas, mas em programas que suscitem uma emergência cultural. A realidade local é a condição primordial para que não haja rejeição do centro e ele possa se desenvolver normalmente. Não se pretende mais que “a cultura seja consumida”, mas há agora a possibilidade de desenvolver uma dinâmica cultural, de favorecer uma ação cultural, com um grupo de pessoas (não para um grupo, mas com ele). Nesta situação, a criação cultural substitui o consumismo e, através do diálogo da comunicação entre grupos, os produtos passam a ser conhecidos, assimilados.

Conforme as proposições de Flusser, as atividades deverão ser desenvolvidas em três níveis:

a) uma pesquisa da realidade com a qual irá trabalhar; b) desenvolvimento de estruturas que permitam a emergência da cultura, da leitura e, o que é mais importante, que permitam através da atividade “literária”, o acesso a uma maior consciência de sua condição cultural; c) uma constante análise do trabalho efetuado, a fim de evitar um movimento de distanciamento da prática com os dados da realidade com a qual se trabalha. (FLUSSER, 1982, p.190)

A ação cultural, nos conceitos de Paulo Freire e de Victor Flusser, tem como pontos fundamentais: o estabelecimento do diálogo que se insurge contra o “mutismo” e a “cultura do silêncio”; a conscientização do processo humano que deve se instalar numa situação de mudança, e a transformação, em consequência, do indivíduo ou sujeito da ação, e das estruturas sociais que o cercam. Freire analisou e estudou o processo educativo brasileiro através da história da colonização portuguesa, identificando, na ação política dos colonizadores, uma cultura de submissão e dominação dos povos colonizados, que serviu de parâmetro à educação. O que denomina de “cultura do silêncio” tem a ver com esse estado de submissão em que tem vivido o homem brasileiro, sem direito a expressar o seu próprio pensamento, sua fala, sua linguagem cultural. Considerando que a conscientização e a educação são processos exclusivamente humanos, Freire pretende a transformação desse homem que não se comunica, não dialoga no seu contexto cultural, em um novo ser que, consciente da sua realidade, luta para estabelecer uma derrubada dos mitos da “cultura do silêncio”, que mistificam essa mesma realidade.

Segundo Freire (1982) a ação cultural só se realiza, plenamente, num clima de liberdade. Nesse contexto, o educador está comprometido com o “esclarecimento científico da realidade, expondo os mitos, as ideologias”. Freire vê que o papel fundamental dos que estão comprometidos numa ação cultural para conscientização não é falar sobre construir a idéia

libertadora, mas convidar os homens a captar com seu espírito a verdade de sua própria realidade.

No conceito de Flusser (1982), o comprometimento dos que vão realizar a transformação da biblioteca através da ação cultural não está, também, em divulgar um discurso com essa pretensão, mas convidar os bibliotecários e todas as pessoas envolvidas com a cultura a refletirem e se conscientizarem da necessidade de iniciar esse processo.

A ação cultural de Flusser (1982) imaginada para transformar a biblioteca não é limitada aos chamados usuários, mas a todos que a vêem de longe, ou mesmo que não a vêem. Percebe-se que a sua ação cultural tem aquela mesma preocupação de Paulo Freire, ou seja, a transformação dos marginalizados, analfabetos e não-públicos em seres inventivos, criadores, libertadores. Diante dessa idéia transformadora, ele vê a derrubada das estruturas tradicionalistas da biblioteca, fechada, conservadora, em uma nova biblioteca dinâmica, participativa, interagindo, através do diálogo, com grupos, comunidades que são chamado para dizer a sua palavra. Não existirá apenas o material bibliográfico, mas todos os recursos e meios do registro da comunicação humana. A sua proposta é de centro cultural dinâmico, onde o acervo não seja acumulado sem objetivo, sem identificação. Que o acervo não seja rejeitado, conservado sem uso. Na sua visão, a biblioteca não deve ser implantada simplesmente, porque a instituição é culturalmente importante, de acordo com o conceito tradicionalista. A ação cultural da biblioteca deverá incorporar atividades desenvolvidas em três níveis: a descoberta da realidade, através da pesquisa, para que se tenha o retrato objetivo da mesma; desenvolvimento de estruturas que possibilitem a emergência cultural, a leitura, para que permita, através da atitude “literária” da informação, uma maior consciência de sua condição cultural; finalmente, o processo, a ação, os resultados precisam ser avaliados, registrados para que não ocorra um distanciamento entre a prática e os dados da realidade com a qual se trabalha. De outro modo, se a ação cultural não fosse avaliada e não houvesse a

necessidade de ser continuada em novas ações emergenciais, libertadoras, em função de um dinamismo que se constituirá, desse modo, irreversível, a biblioteca voltaria ao estágio inicial de estagnação e imobilismo.

Flusser (1982) vincula-se à idéia, também defendida por Paulo Freire, de que a leitura seja feita no mais amplo sentido, ou seja, que a leitura se faça tanto no âmbito do acervo cultural preservado como na busca e interpretação dos elementos emergentes do contexto cultural. Freire (1982, p.65) fala da leitura do homem no “mundo e com o mundo (mundo natural e decodificado)”. Nessa leitura está também clara uma outra condição importante da ação cultural que os dois autores defendem: a conscientização. Como a ação cultural se processa entre pessoas ou grupos, pois estavam emergentes nos seus contextos culturais, há que se fortalecer a conscientização para atingir objetivos.

Os pontos-chave do pensamento de Flusser (1982) evidenciam a necessidade de mudança na comunicação com o não-público, levando-lhe uma palavra de entendimento e compreensão da sua realidade. A essa palavra, o “não público” responderá com a sua palavra (suas expressões culturais).

Entende-se que a sua proposta começa antes da construção da estrutura, pois o grupo é que irá dizer a sua palavra, expressando os seus gostos, preferências e reflexões em torno da sua própria cultura. Dessa forma, ele quer ver os produtos da criação conhecidos, assimilados como no centro de informações organizados para atender a indústria cultural.

5.3 A Ação Cultural segundo Luiz Milanese

A idéia de Milanese (1986) expressa uma reflexão nova na ação cultural da biblioteca. Ele confirma o conceito de biblioteca como centro de informações, mas considera essencial a

sua transformação num espaço de convivência. Essa transformação acontece no momento em que a biblioteca deixa de ser o “espaço silencioso”, próprio e exclusivo para leitura silenciosa, da biblioteca tradicional, e passa a ser um espaço de informação coletiva ao abrigar não apenas o livro, mas os audiovisuais ou multimeios (filmes, discos, vídeo, computador).

Tudo isso, diz ele, exige, à época do século XXI, uma ação de muitas faces, e observa:

a proximidade física nem sempre leva à comunicação entre as pessoas. As multidões silenciosas mostram este fato. É preciso que haja estímulo externo que, chegando às pessoas, lhes possibilite olhar e dialogar com o outro. Se a biblioteca é de fato um espaço informativo, isso já pode funcionar como estímulo externo à comunicação interpessoal. O ver e ouvir juntos aproximarão de tal forma que a relação humana será facilitada. (MILANESI, 1986, p. 224-225)

O estímulo externo será a atividade ou ação que a biblioteca deverá promover para que, no espaço informativo, seja ao assistir a um filme, a um vídeo ou ouvir um disco, as pessoas se relacionem num diálogo, numa observação. A partir desse encontro de opiniões, as pessoas admitirão conviver (viver em comum com outrem em intimidade, familiaridade) ¹⁶, o que permitirá novos encontros, trocas de idéias ou discussão de assuntos conflitantes.

Entende-se que, através da convivência, as pessoas voltem a se encontrar porque gostam de estar lado a lado, “curtem” o ambiente. A convivência as levará a expressar pensamentos, dúvidas, idéias e aspirações. Dessa forma, a biblioteca poderá ser também espaço de discussão e se conscientizar da necessidade de iniciar esse processo.

Milanesi (1986) enfatiza que os usuários poderão propor discussão em torno de temas novos quando estimulados, numa conversa informal, a dar a sua opinião, seu ponto de vista. Naturalmente, essas sugestões terão o apoio, o incentivo por parte do bibliotecário e, conseqüentemente, tornar-se-ão a promoção de um evento, de um programa onde muitos serão chamados à discussão do assunto. O que nasceu de uma conversa entre duas pessoas

¹⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974. p.39.

transformar-se-á num seminário, num simpósio, dando início a uma ação cultural mais consistente e duradoura. Milanesi (1986) entende que esse dinamismo transformador é a marca do trabalho do bibliotecário.

Num ambiente de discussão, de troca de opiniões, haverá a necessidade e a possibilidade, mesmo, de surgirem produtos gerados pelo diálogo, pela pesquisa e o confronto com outras produções.

A reflexão de Milanesi (1986) sobre a biblioteca baseia-se na idéia de que a leitura é fundamental para que haja reflexão e busca de seus desdobramentos.

No seu entendimento, tanto a escola como a TV permitem a discussão e ambas estão calcadas na vida, principalmente a TV. Mas o que ele põe em destaque é que tanto uma como outra “se apresentam relativamente monolíticas em seus discursos”. (MILANESI, 1986, p. 254). A biblioteca oferece um confronto, alternativas, contradições de discursos que permitem “subverter” a “ordem” porque, através do diálogo, das contestações, cada leitor poderá produzir um novo discurso que nasceu do confronto, da dúvida.

De outro modo, Milanesi observa que o espaço de informação é propício a que os indivíduos recebam estímulos para rever, refletir e repensar o seu próprio pensamento. Diz ele: “Propiciar o conflito de discursos é pôr em crise o discurso único”.(MILANESI, 1986, p.255)

O discurso único é propício das organizações ditatoriais, dominadoras. E a biblioteca, como centro de informação e convivência, democrático por excelência, não pode admitir uma única expressão de verdade. O papel democrático e libertador da biblioteca tende a se expandir na análise e confronto das idéias nela registradas.

Milanesi (1986) expressa a sua opinião, dizendo que a biblioteca, para servir à sociedade complexa e exigente à época, deve se tornar, em realidade, um espaço de

comunicação mais produtivo e aberto à reflexão sobre a vida das pessoas, suas problemáticas e aspirações. A biblioteca pode e deve atuar para ampliar a dimensão do ato de ler, permitindo que reverbere, dando uma determinada dimensão à vida.

5.4 A Ação Cultural segundo José Teixeira Coelho Neto

Coelho Neto (1986, p.13), ao citar o conceito de ação cultural de Francis Jeanson “fornecer aos homens o máximo de meios para a invenção, entre eles, de seus próprios fins” acrescenta que “é simples e adequado” e “é difícil de ser cumprido”. Isto porque, no caso brasileiro, por exemplo, há “a tentação de intervir, para quem, de algum modo, atua na esfera da cultura”. Em consequência, há uma preocupação de fazer o programa, o que tira a iniciativa comunitária. Segundo sua explicação, colocar em prática esse conceito significa descobrir com os interessados aquilo que desejam fazer. E isso não significa desconhecer a validade do papel do provocador cultural, daquele que, diante de uma situação de inércia cultural, incita e instiga para a ação cultural. A casa de cultura não deve oferecer uma ação prévia por determinada atividade cultural (teatro, dança). A decisão fica com as pessoas no que quiserem e puderem fazer.

Coelho Neto questiona a prática cultural de pessoas e governos, que advogam o patrocínio discriminatório por este ou aquele tipo de cultura: a de elite, a popular, a nacional, a estrangeira. Segundo o seu pensamento, isto não passa de um equívoco: “Nenhuma cultura se desenvolve fechada em si mesma. E um centro de Cultura é um Centro de Cultura”.(COELHO NETO, 1986, p.113)

Um dos pontos importantes para que haja ação cultural, na observação de Coelho Neto (1986, p.110), é o trabalho voluntário, participativo, que deve existir numa casa de cultura. O

autor considera que o centro cultural é um instrumento de prática ideológica e da prática política, impossível de ser concretizada se contar apenas com agentes pagos. A dinâmica cultural não se sujeita a esse quadro burocrático. Ela envolve tudo e todos, em todos os momentos e lugares. Nesse sentido é que o Centro Cultural se apresenta como da comunidade. Uma instituição comunitária, cujo êxito dependerá da forma que se organizar e se comportar, de maneira tal que as pessoas sejam envolvidas no processo, independente de remuneração.

Essa participação voluntária – que, no entanto, poderia ser um dever social: “viver o coletivo” – se dá na forma de aconselhamento, assessoria, monitoria ou colaboração braçal e sem isso não há ação cultural, que é a imersão das coisas da vida no específico do processo cultural. A condição básica para que isso aconteça é a participação não-remunerada – quer dizer, não profissional, não burocrática, não funcional – de membros da comunidade na gestão e na operação cultural do Centro de Cultura.

Com relação à importância da cultura na sociedade e necessidade de previsão de recursos em lei, Coelho Neto (1986, p.15) comenta as formas de obtenção desses recursos, seja sob uma porcentagem fixa sobre o orçamento do município ou do Estado, quer através da determinação da porcentagem dos custos anuais de manutenção do Centro, que será coberta pelo município ou pelo Estado. Diante dessa valorização da instituição, o que conta é o indivíduo e o coletivo que fazem as coisas, não a instituição. A instituição é apenas instrumento a serviço do indivíduo, em sua forma singular e na do coletivo, a qual deve ser reconhecida e utilizada como uma das formas de ação cultural.

Um outro aspecto fundamental do pensamento de Coelho Neto em relação à casa de cultura é que embora seja voltada para o conjunto da comunidade, o indivíduo é a “pedra de toque”. Por isso mesmo, ela “não é de uma camada, nem de uma classe”. Não privilegia, por exemplo, o “popular”. E na sua análise ele diz: “O objetivo da ação cultural não é construir

um tipo determinado de sociedade; mas ela não é apática, indiferente ou imobilista”.

(COELHO NETO, 1986, p. 113)

A casa onde a ação cultural se processa deve conduzir as pessoas a tomarem consciência de si mesmas e tratará de estimulá-las a enfrentar a “tensão da qual pode resultar um tipo determinado de sociedade, um novo tipo”. (COELHO NETO, 1986, p.113)

A ação cultural parte do confronto com uma população concreta a fim de que essas pessoas tomem consciência de si mesmas diante de si e do coletivo. O esclarecimento é necessário: “Colocando essas consciências face a face, em situação de diálogo e de produção, a Casa terá criado as condições para o surgimento da única cultura que interessa, a cultura viva, a cultura vivida...” (COELHO NETO, 1986, p.113)

A partir de uma conscientização processada através do diálogo, da discussão, as pessoas passam a acreditar, a lutar pelos seus objetivos e então Coelho Neto conclui:

a ação cultural é uma aposta conjunta. Aposta-se que o grupo se descobrirá, descobrirá seus fins e seus meios. Em cultura é a única coisa que importa, a única coisa que permanece, a única a firmar raízes. Aposta que tem de ser refeita a todo instante, diante da tentativa de cair no dirigismo. Mas a única que vale a pena. (COELHO NETO, 1986, p. 100)

As sugestões de Coelho Neto (1986) para o funcionamento das casas de culturas brasileiras, e nelas se incluem as bibliotecas, são, em resumo, que exista “uma cultura de uso, em substituição a uma cultura para usar” no lugar de uma cultura de consumo, para consumir, como a atual.

Percebe-se que a biblioteca como um centro cultural deve proporcionar a interação dos usuários, estabelecendo uma relação de uso, conscientização, diálogo e de produção. Só assim oferecerá as condições para o surgimento de uma cultura viva e, ao mesmo tempo, vivenciada e compartilhada por todos.

QUADRO 1

Os Autores e os Conceitos de Ação Cultural

AUTORES	AÇÃO CULTURAL – CONCEITOS
PAULO FREIRE	A ação cultural nasce do diálogo e este só é possível quando os sujeitos podem dizer a palavra (a comunicação do que pensam) sem coação, sem imposição, isto é, num clima de liberdade. Envolve ação e reflexão. O conceito de ação cultural está ligado a dois outros conceitos: cultura do silêncio e o conceito antropológico de cultura. A ação cultural ou está a serviço da dominação – consciente ou inconscientemente por parte de seus agentes – ou está a serviço da liberdade dos homens.
VICTOR FLUSSER	A biblioteca ação cultural é a transformação estrutural da biblioteca tal como existente hoje, em uma biblioteca que participa do processo de dar a palavra ao “não-público”. A ação cultural é emergente, libertadora e se articula em torno de três problemas: a invenção, a formulação e a criação.
LUIZ MILANESI	A biblioteca como centro de informação e convivência só pode existir dentro da perspectiva de transformar, ir além da forma. Um acervo sem censura é uma coleção de discursos contraditórios.
COELHO NETO	O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade; mas ela não é apática, indiferente ou imobilista. A ação cultural é uma aposta conjunta. Aposta-se que o grupo se descobrirá, descobrirá seus fins e seus meios.

5.5 As Práticas Culturais nas Capitais do Brasil

Experiências em algumas capitais do país mostram uma prática das idéias dos autores que defendem o modelo de biblioteca pública como instrumento de ação cultural.

Pretende-se mostrar que essas iniciativas são esforços que vêm sendo empreendidos para transformar, inclusive, a biblioteca pública brasileira, num modelo de informação utilitária – modelo que se pretende defender nesta dissertação.

A realização do Centro *Georges Pompidou*, na década de 70, em Paris, serviu de inspiração para a criação do Centro Cultural de São Paulo, iniciativa da municipalidade paulista, segundo Santos (1984).

No seu relatório publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília em 1979, Negrão (1979) descreve a evolução da Biblioteca Mário de Andrade e anuncia a construção de um centro cultural dinâmico, na Vergueiro, que possibilitará o atendimento ao usuário com os mais modernos recursos de uma biblioteca.¹⁷

Inaugurado em 1982, o Centro Cultural de São Paulo tem registrado uma frequência cada dia mais acentuada, especialmente à biblioteca, como menciona Santos (1979).

Além do Centro Cultural da Vergueiro, a cidade de São Paulo dispõe de um segundo Centro, no Jabaquara, e sua biblioteca tem cerca de 14.000 volumes (1979).

Segundo Magalhães¹⁸ (1984 apud ARAGÃO, 1988, p. 70), “as bibliotecas públicas do Município de São Paulo têm procurado acompanhar todas as mudanças de comportamento da sociedade, adequando seus serviços e adaptando-os da melhor maneira ao momento presente e à comunidade na qual estão inseridas”.

¹⁷ A Biblioteca terá todo tipo de material-suporte do conhecimento e idéias humanas, com possibilidades de sua consulta simultânea, em livre acesso. A coleção será dividida por áreas do conhecimento geral, Filosofia e Religião, História e Ciências Sociais, Ciências e Tecnologia, Arte e Discoteca, Língua e Literatura. A biblioteca terá 1.100 lugares e deverá causar um impacto na cidade, tão grande, quando o do atual prédio quando inaugurado.

¹⁸ MAGALHÃES, Fábio. Biblioteca, lazer e cultura. In: SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 2., 1984, São Paulo. *Comunicação*, São Paulo, ago. 1984.

São Paulo teve a prioridade de criar os primeiros centros culturais no Brasil, com objetivos diretamente vinculados às propostas originárias de Paris, isto é, criar um espaço de cultura e lazer, no qual a biblioteca tenha uma ação cultural importante.

Segundo Silva *et al* (1982) a Rede de Bibliotecas Ramais do Departamento de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo vem realizando inúmeras atividades de ação cultural e comunitária, destacando-se cursos de artes, culturais e profissionalizantes e espetáculos teatrais.

A informação sobre as atividades realizadas pelo Departamento revela o retorno do público e não-público à biblioteca, com uma participação espontânea para colaborar nos programas.

Os dados estatísticos registrados revelam que a Rede de Bibliotecas Ramais atendeu, em 1979, 40.384 pessoas e, em 1981, constatou-se que esse número foi acrescido de 52%, indicando uma ampla divulgação aliada a uma diversificação de atividades que constituem os elementos importantes de ação cultural.

A iniciativa de criar centros culturais não ficou restrita à prefeitura paulistana, pois, em seguida, criar-se-ia um novo centro cultural em São Paulo, no bairro de Pompéia.

Trata-se da organização do Centro de Lazer SESC/ Pompéia - CL SESC/Fábrica de Pompéia, de iniciativa privada e que vem funcionando com sucesso. (BIBLIOTECA, 1984). O centro começou a funcionar em 1982, na antiga fábrica de geladeira – a *Gelomatic*, cujo espaço foi aproveitado para exposição de atividades lúdicas e de expressão criativa. Oferece atividades diversificadas de lazer; a biblioteca está localizada no meio dessas atividades, e desenvolve suas próprias programações. O relacionamento com a comunidade é feito por diversas formas. Não há, no entanto, concorrência com a escola, por exemplo, ou com os programas escolares, havendo a preocupação de sempre oferecer aos usuários não só

alternativas de leitura, como de jogos que desenvolvem um processo criativo e dinâmico com os bens culturais.

De acordo com a concepção de centro, “o lazer ligado ao aspecto tempo considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no ‘tempo livre’, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas”. (MARCELLINO, 2002, p. 8)

Não só a Prefeitura de São Paulo tem-se preocupado com a expansão de bibliotecas – centros culturais, mas o próprio governo estadual vem dando uma atenção especial ao assunto, criando o Sistema de Bibliotecas do Estado de São Paulo.¹⁹ Em comentário à iniciativa aprovada, Milanesi (1986) refere-se ao fato de que a biblioteca deverá ser um espaço de informação, organizado em função do seu público.

O sistema de Bibliotecas de São Paulo já instalou 260 bibliotecas no interior do Estado, em convênios com as prefeituras, procurando desenvolver uma filosofia de dotar as bibliotecas de bibliotecários preparados para agir em função da comunidade.

Relatando experiências inovadoras na Biblioteca “Lucília Minser” de Porto Alegre, Duro (1982) registra iniciativas interessantes, em forma de projetos: “Conhece tua Cidade”, cujo objetivo é reunir participantes para empreender viagens nas quais poderão conhecer a história da cidade e do Estado, objetivando a sensibilizá-los para a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural; “Vamos brincar como antigamente” outro projeto posto em prática, desenvolvido através de atividades lúdicas, possibilita que os participantes criem seus brinquedos com sucatas domésticas e conheçam brincadeiras das quais participaram seus pais e avós.

¹⁹ O Sistema de Biblioteca do Estado de São Paulo foi criado no Governo Montoro no período de 1983 a 1987

A biblioteca, embora seja infanto-juvenil, tem-se preocupado com os adultos, especialmente com os pais dos seus usuários, promovendo cursos sobre Literatura Infantil, Psicologia Infantil, Psicologia das Relações Humanas, dos quais participam, também, os funcionários da biblioteca.

A Biblioteca Pública de Minas Gerais sofreu, no ano de 1978, uma transformação radical de objetivos e funcionamento, transformando-se em Centro de Educação Permanente “Prof. Luiz de Bessa”. Romanelli *et al* (1982, p. 443) relatam a transformação sofrida pela biblioteca, apontando distorções introduzidas pelo governo estadual. O centro, segundo esse depoimento, transformou-se, “prioritariamente, em núcleo pedagógico, direcionado notadamente para o trinômio professor / aluno / escola, na área de 1º e 2º graus”.

Informações mais recentes, no entanto, revelam que a Biblioteca Pública de Minas Gerais retomou suas atividades específicas, realizando uma grande atividade de extensão com alguns programas de ação cultural.

A década de 80 é, sem dúvida, o marco das experiências de ação cultural que se realizam, em vários pontos do País, por bibliotecários, em trabalhos desenvolvidos com comunidades carentes.

Pimentel (1982) relata que, em 1980, a Universidade Federal de Pernambuco – através do Departamento de Biblioteconomia - firmou convênio com a Prefeitura da cidade de Recife, para implantação do Projeto “Dinamização das Bibliotecas Populares”. Procedeu-se, inicialmente, à realização de uma pesquisa com a população do Bairro de Casa Amarela, em vista à adoção de uma política para ampliação do número de usuários da Biblioteca Popular do bairro.

A pesquisa indicou pontos de interesse da comunidade, como a promoção de atividades artístico-culturais e outras relacionadas com o funcionamento da biblioteca à noite.

Posteriormente, Breckenfeld e Pimentel (1983) registraram resultados decorrentes da pesquisa, com a implantação do Projeto Arte-Comunidade.

Percebe-se, através da definição do projeto – “uma experiência de Educação Artística desvinculada do sistema de ensino tradicional e trabalhada diretamente com a comunidade” – que o seu objetivo está centrado na participação integrada em ações onde se identifica a arte-leitura, arte-livro, arte-biblioteca.²⁰

As experiências, levadas a bom tempo no Bairro de Casa Amarela, revelam que houve um acréscimo de 99% na frequência à Biblioteca e provam que a ação cultural pode favorecer a realização dos objetivos da biblioteca pública.

Merecem destaque, neste trabalho, com relação à ação cultural e à pesquisa, as iniciativas dos Mestrados de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Em Minas, Polke *et al* (1982) revelam os resultados obtidos com a pesquisa que o Mestrado de Biblioteconomia da UFMG realizou no Bairro de Pompéia em Belo Horizonte.

A pesquisa foi desenvolvida com a participação dos alunos do Mestrado, e visou a detectar como circula a informação na comunidade pesquisada naquele bairro.

Verificou-se a total preponderância da informação não formal, obtida de vizinhos, parentes e amigos.

Observou, também, o grupo de pesquisadores, que o Carro-Biblioteca do Centro de Educação Permanente Prof. “Luis de Bessa”, que serve ao bairro, é sub-utilizado, pois atinge somente um índice de 1,1% da população e é usado apenas como apoio escolar, o que

²⁰ Objetiva o projeto, segundo sua idealizadora, Maria das Graças Oliveira Melo, levar os usuários das praças e bibliotecas a um contato mais direto e efetivo com a cultura artística, induzindo-os à aquisição duma linguagem pessoal, consciente, estruturada e liberta, favorecendo o alargamento dessa linguagem à da sociedade e do mundo.

evidencia a falta de um planejamento e avaliação do trabalho de ação cultural por parte daquele Centro.²¹

Já na Paraíba o Mestrado de Biblioteconomia da UFPB realiza, a partir de 1983, uma pesquisa no Município de Santa Rita, no Bairro Alto dos Populares, com o objetivo de detectar as necessidades de informação daquela comunidade, para organizar uma Biblioteca Centro de Informação Utilitária.

Costa *et al* (1984) revelam dados da pesquisa obtidos em entrevistas realizadas em 343 residências e em 6 grupos sociais existentes na localidade. Os pesquisadores procuraram, desde o início da pesquisa, manter contatos com autoridades do município de Santa Rita, visando a obter informações administrativas e verificar quais os principais problemas existentes na cidade e no bairro do Alto dos Populares, especialmente.

O trabalho do mestrado tem, como objetivo maior, transformar a Biblioteca Pública “Otávio Amorim” em um Centro de Informação Utilitária que atenda às necessidades da população do bairro.

As conclusões dos dois relatórios divulgados pelo mestrado indicam que há: a) reflexão criteriosa sobre a metodologia da pesquisa empreendida; b) interação com a comunidade, para uma ação cultural mais dinâmica e participativa.

Os resultados da pesquisa, quando divulgados mais detalhadamente, poderão servir de parâmetros para a realização de outras pesquisas de bibliotecários, em comunidades carentes do Nordeste, cujos problemas são semelhantes.

²¹ As autoras da pesquisa concluem que: qualquer movimento que se inscreva no conjunto de ação cultural deve visar a continuidade autônoma do processo, e isto só é possível quando os usuários são sujeitos e não objetos do processo.

A partir de alguns pontos enfatizados, pretende-se mostrar e refletir o processo de institucionalização da biblioteca pública, em meados do século passado, até chegar aos conceitos de extensão e ação cultural.

Embora a biblioteca pública tenha sido idealizada como instituição democrática, apresenta-se elitizada, conservadora, preocupada com a produção intelectual da humanidade e pela sua preservação. Os novos serviços, como os do empréstimo, permitem que a democratização se concretize, embora restrita aos alfabetizados. Com o passar do tempo, a biblioteca pública passa a desenvolver sucessivos papéis: educacional, centro de informações, etc. Esses novos papéis, pelo que se pode perceber, não a transformam estruturalmente, ou seja, ela não deixa de ser conservadora e tradicionalista. As idéias originais e as novas ações, oriundas das exigências sociais dos países desenvolvidos, exigindo o seu engajamento definitivo a uma reflexão e conseqüente ação, em favor do homem e das comunidades onde vive, passam a coexistir. Já no início do século XX, foi imposta à biblioteca, ao lado da sua função de educar o usuário, a disseminação da informação através de um novo serviço denominado de extensão. A extensão bibliotecária passa a ser aceita e utilizada, objetivando levar para fora do seu espaço físico informações, educação e lazer a toda comunidade.

A extensão pode ter sido um processo educativo bem sucedido nos países desenvolvidos, enquanto nos países de “Terceiro Mundo” são ainda esporádicos e não contínuos, refletindo discursos de regimes autoritários e dominantes como também ressentindo-se da falta de recursos. Nos países subdesenvolvidos, a falta de informação é um dos grandes problemas sociais enfrentado pelas populações carentes. Neste início de século, profissionais de diversas áreas ainda questionam a respeito do papel que a biblioteca pública desempenha na sociedade. O Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas (ed. 49 e 72) recomenda a transformação da biblioteca e dos seus objetivos sociais. A edição de 72 enfatiza a necessidade de a biblioteca vir a ser uma força viva a serviço da comunidade.

Na década de 80, entretanto, surge o conceito de ação cultural, fundamentando, principalmente, a transformação da própria pedagogia da educação, liderado, no Brasil, por Paulo Freire. Seguindo essa linha de pensamento, ressaltam-se as propostas de Flusser, Milanesi e Coelho Neto, no sentido de aplicá-las à transformação da biblioteca e do profissional bibliotecário para que pudessem atender às exigências da sociedade no cumprimento do seu papel social.

Na educação, a metodologia aplicada através da ação cultural é contrária ao mutismo do homem, considerado objeto e não sujeito da ação, vivendo nas culturas autoritárias e dominadoras, sem o direito de se expressar livremente. No Brasil, embora a ação cultural seja defendida e utilizada nos discursos de educadores, na prática, não acontece. Há tentativas para reverter o quadro educativo-cultural do País, mas o quadro educacional brasileiro, de modo geral, ainda é de perplexidade e imobilismo. Na área da biblioteconomia, há interessados no assunto e algumas experiências realizadas, mas, da mesma forma que a educação, o quadro não evoluiu muito. Nas duas áreas, a falta de recursos é apontada como causa da não-promoção de mudanças e transformações. Na verdade, continua inexistindo prioridade para a educação e cultura.

A ação cultural a ser desenvolvida na biblioteca pública depende de muitos fatores: maior compreensão do conceito e sua aplicação por parte do bibliotecário, formação adequada para desenvolver as ações básicas de comunicação e interação para dar encaminhamento aos problemas comunitários; reflexão e análise das necessidades informacionais, que devem ser detectadas mediante um trabalho de investigação; melhor dimensionamento na aplicação de recursos para atender à formação do acervo; criação na comunidade de uma consciência sobre a importância que a biblioteca deve representar para ela.

Considera-se que a ação cultural, tanto na escola como na biblioteca, será viável quando o objetivo de ambas centrarem-se no indivíduo e em sua formação educativo-cultural, com perspectivas de atingir diversificados grupos de pessoas na comunidade. A ação cultural só é possível quando indivíduos sujeitos da ação são capazes de aceitar propostas de mudanças e transformação dentro de uma comunidade. O alcance de bons resultados nesse relacionamento dependerá do perfil profissional de quem está à frente da biblioteca como também do seu envolvimento, afinidade e comprometimento com a comunidade. Considera-se fundamental o questionamento desse perfil para que se instale uma ação cultural na biblioteca.

Uma vez conquistadas as condições e os estímulos para o desenvolvimento da ação cultural na biblioteca, seu espaço será de produção intelectual, de promoção de valores culturais antes desconhecidos. A transformação da biblioteca em um “espaço de convivência” e de “produção” necessita ter a sua frente um profissional habilitado técnica e culturalmente, capaz de dinamizar, ser criativo, comunicativo e sobretudo capaz de descobrir alternativas para atrair as pessoas à participação e à convivência.

A biblioteca permitirá o desenvolvimento da ação cultural, quando buscar alternativas culturais importantes para uma comunidade e, dentro dessa, os questionamentos, as identidades culturais não reconhecidas ou oprimidas.

Assim como em algumas localidades do país que mostraram a prática das idéias dos autores que defendem o modelo de biblioteca pública como instrumento de ação cultural, a experiência que se relata a seguir, originalmente uma ação extensionista, dentro dos contextos e propostas vivenciados com a comunidade de Araxá, pretende mostrar que as iniciativas são esforços que vêm sendo empreendidos para transformar a biblioteca pública de Araxá tanto num instrumento de ação cultural como num modelo de informação utilitária.

6 BREVE HISTÓRIA DE ARAXÁ

Na parte da região mineira denominada Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba está localizada a cidade turística de Araxá (*FIG.1*) com uma população de 84.689 habitantes de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2005, publicada no Diário Oficial em 31/05/05.



FIGURA 1 – Mapa de localização de Araxá – MG e do Complexo do Barreiro
Fonte: CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

O cerrado é a vegetação predominante e o relevo da região é montanhoso, com altitudes entre 900 m e 1.360 m. Ao sul, o município de Araxá é limitado pelas Serras da

Bocaina e do Sacramento ou Taquaral. Ao centro, compreendem-se as serras da Bocaina, do Sacramento, do Quilombo, do Monte Alto e a Bacia do Barreiro, que são um prolongamento da Serra da Canastra. Na serra da Bocaina localiza-se o ponto mais alto do município (1.350 m). Ao norte-oeste, a região caracteriza-se por altitudes predominantes em torno de 950 m. O clima é temperado, com inverno seco e verão chuvoso. A umidade relativa média é de 75,6° e as temperaturas médias situam-se entre 20° C e 22° C.

A rede hidrográfica é formada por afluentes do Rio Araguari e de seu tributário Quebra-Anzol. As serras da Bocaina e do Sacramento constituem o divisor de águas entre os rios Araguari e Quebra-Anzol. O principal rio que banha o município é o Rio Capivara.

Além da pecuária e do turismo, ocupam destaque na economia da cidade as pequenas e médias indústrias de doces, laticínios, móveis, curtume, lajes pré-moldadas, cerâmicas.

Como parte do Circuito das Águas de Minas Gerais, Araxá tem um clima agradável com média anual de 21° C. A cidade tem na sua formação geológica algumas riquezas minerais como as águas sulfurosa e radioativa. Tem a apatita da qual se obtêm fertilizantes para a produção de alimentos e o pirocloro, com diferentes tipos de uso na industrialização, levando o nome de Araxá para outros continentes.

A cidade conta com o Parque das Águas Minerais, onde estão localizadas suas fontes de águas radioativas e sulfurosas, banhos de lama preta com propriedades terapêuticas e medicinais, o Grande Hotel – obra em estilo neobarroco e jardins projetados pelo paisagista Burle Marx.

O Barreiro tornou-se objeto de estudo para a paleontologia desde de que foram encontrados inúmeros restos de mamíferos que viveram e foram extintos há 10 ou 12.000 anos.

O maior dos quilombos de Minas Gerais, expressão da resistência ao trabalho escravo, foi formado em território que pertenceu à Araxá e que hoje compreende os municípios vizinhos de Ibiá e Campos Altos - o Quilombo de Ambrósio, destruído em 1746.

Entre o rural e o urbano criou-se o cenário para que Ana Jacinta de São José, habitante da Vila de Araxá no século XIX, se convertesse no famoso mito de Dona Beja. Outras mulheres, anônimas, mas igualmente significativas, retiraram da terra os elementos básicos para trabalharem e desenvolveram sua criatividade. Doceiras e quitandeiras fizeram dos seus dons uma tradição que acabou por transformar-se em alternativa economicamente viável.

Diante dessas diferenças, a cidade de Araxá é ainda um pólo turístico respaldado pelo termalismo, cujo potencial a fez tornar-se uma estância hidromineral, atraindo cientistas e visitantes de vários lugares. Por vezes sediou os governos estadual e federal e, hoje, abriga exemplares do patrimônio cultural dos mineiros.

A vocação para o turismo provocou a incorporação de um caráter cosmopolita às características essencialmente tradicionais. A construção do mito Dona Beja inspirou romances e novelas para a televisão, trama que foi difundida para outros países.

As lendas, as manifestações religiosas e os personagens do passado e do presente são referenciais expressivos. Como tradições, esses compõem uma identidade cultural cuja história desfilou no carnaval carioca de 1999, em forma de alegorias, num espetáculo visto por milhões de pessoas.

Em busca das jazidas auríferas de Goiás, a expedição de Lourenço Castanho Taques fez a primeira referência, em 1668, aos Araxás, índios que, vindos da região de Bambuí, habitavam este planalto, nas terras compreendidas entre o Rio das Velhas (hoje, Araguari) e o Rio Quebra-Anzol.

A tribo de Índios Araxá era proveniente da tribo dos Tremembés; esta, por sua vez, tinha origem nos Cataguás que procediam, ainda, de um dos maiores grupos indígenas do Brasil, o Tupi.

Araxá pertencia ao Desemboque – um dos arraiais auríferos surgidos no século XVIII. Nessa época, a mineração prosperou e a perspectiva de realizar bons negócios, nesta atividade, acabou atraindo mercados paulistas para o novo arraial, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Em 1768, o ouro ainda era a fascinação e o Desemboque apresentava-se como um arraial opulento onde um grande número de mercadores evitava o registro do Rio das Velhas (hoje, Araguari), criando nova picada, além do Desemboque, com o intuito de fugir do fisco. Assim, tornou-se conhecida a região onde se localiza Araxá. Mais tarde, com a decadência das minas do Desemboque, seus habitantes passaram a dedicar-se à pecuária, surgindo às primeiras fazendas na região de Araxá.

Os primeiros fazendeiros, ao se fixarem na região de Araxá, já obtiveram as sesmarias do governo de Goiás. Os primeiros moradores logo perceberam a vantagem oferecida pelo local, pois não havia necessidade de dar sal ao gado vez que as águas eram minerais. Quando a notícia se espalhou, grande foi a afluência de boiadas das regiões vizinhas e a fama da fertilidade das terras, com ricas pastagens, atraiu novos moradores para a região de Araxá.

Uma vez surgido o arraial de Araxá, seus moradores enfrentavam as dificuldades naturais de um povoado em pleno sertão, distante a cerca de 140 léguas das autoridades e que dependia de Goiás. Daí surge o movimento para voltarem a pertencer a Minas, mesmo porque o arraial de Araxá era habitado quase que exclusivamente por pessoas de Minas.

Em 1816, Dom João VI assinou o alvará, incorporando a Minas a toda região do Triângulo, graças ao povo de Araxá, conforme a afirmação de Barbosa: “Não resta dúvida de

que Minas Gerais tem uma grande dívida para com os moradores de Araxá; foi graças a eles que todo o Triângulo se tornou mineiro”. (BARBOSA, 1971, p. 46).

Barbosa (1971) relata que consta no Arquivo Público Mineiro documento referente a um abaixo-assinado dos moradores de Araxá, datado de 1820 (quatro anos após o alvará régio), no qual pedem a elevação do Julgado à categoria de vila. Entretanto o pedido só foi atendido onze anos depois por um ato de 31 de outubro de 1831, da Regência, que eleva o arraial de Araxá a vila e cria o município.

Segundo Lima (1999), Araxá foi um dos primeiros núcleos de ocupação das atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Desse núcleo surgiram muitos outros. A disputa pela posse dessas terras envolveu, de certa maneira, paulistas, mineiros e goianos. Mas foram os próprios araxaenses que garantiram essas terras a Minas Gerais.

São Domingos do Araxá foi elevado à categoria de cidade, pela Lei nº 1259, de 19 de dezembro de 1865, com a mesma denominação. Na divisão administrativa de 1911, já figura a cidade com o nome de Araxá.

Barbosa (1971) menciona o significado do termo Araxá citando diversas opiniões:

Com relação ao topônimo Araxá, são variadas as opiniões; para Lafaiete de Toledo, o vocábulo Araxá significa alto chapadão ou planalto. Couto de Magalhães manifesta a mesma opinião, quando escreve “plateau ou araxá central do Brasil”. Ensinava Couto de Magalhães que o termo se compõe de “ara” = dia, termo luz e, por extensão, o sol; e “echá”, palavra avaneenga que quer dizer “avistar, ver, enxergar” (O Selvagem). Cônego Pennafort explica assim a etimologia: “a” – partícula aumentativa; “rã” – altos e baixos; “xá” – campos (campos elevados, planalto) (in Ver. A.P.M., XX, 219). Francisco Freire Alemão assim traduz o vocábulo: ara – luz, tempo, dia; xá- interjeição de espanto; araxá – bom tempo ou Buenos Aires (Ver. I. H. G. B. , XLV, 353). Para Teodoro Sampaio, o topônimo quer dizer “por vista do mundo, alusão ao fato de ser um lugar donde se pode ver o mundo ou os largos horizontes dele”. (BARBOSA, 1971, p.48)

Segundo Lima (1999) o nome Araxá tem origem indígena que, em tupi-guarani significa, por extensão, um lugar alto onde primeiro se avista o sol e é uma referência à população indígena que viveu nesta região.

A cidade recebeu, no ano de 1819, pesquisadores europeus que analisaram cientificamente os recursos naturais existentes na região do Barreiro (nome originado da lama, levada pelas águas das fontes minerais), e mencionaram algumas características das águas: “límpidas, de cor avermelhada” e com cheiro que lembrava o de “ovos podres”.

Com o estudo do valor terapêutico das águas, novas possibilidades foram apontadas para a sua utilização, o que representou uma alternativa para o tratamento da saúde do corpo.

Através do primeiro estudo geológico da região do Barreiro e da primeira análise química das águas, e de um trabalho científico com o título “Estudos das Águas Minerais” apresentado à Academia Nacional de Medicina no ano de 1890, o município pôde avançar o seu processo de crescimento em direção ao local das fontes hidrominerais.

No ano de 1884, foi divulgado o primeiro jornal da cidade e também o teatro São Domingos que expressavam as idéias e os sentimentos da população.

Em 1911, foi criado o primeiro grupo escolar, o Delfim Moreira, logo após a instalação da Santa Casa de Misericórdia.

A Prefeitura foi criada em 1915, momento em que a região urbana não planejada se esboçava conforme maioria das vilas e cidades do Brasil. E o meio rural se desenvolvia com maior intensidade apesar da precariedade da administração pública.

Neste cenário as práticas culturais eram retratadas através de queimas de fogos de artifícios, espetáculos, diversões públicas e práticas religiosas.

Com o advento da República, várias empresas passaram a investir no melhor aproveitamento das águas, com a construção da primeira casa de banhos, pensões e hotéis para hospedarem os turistas, como também a construção de uma fábrica de Sabonetes Medicinais e do Hotel Cassino (1918), cine e teatro na década de 20.

Desde então o comércio e a indústria passaram a apostar em suas vendas e produções orientadas na clientela do turismo para transformar Araxá numa estação de cura e veraneio. Foi neste objetivo que a cidade se preparou para o século XIX.

No início do século XX apesar da luta da cidade pela implantação dos serviços de telefonia, água potável e de luz elétrica, o Barreiro com alguns melhoramentos e com um número considerável de hotéis atraía novos estudos sobre o teor das águas e planos audaciosos para investimentos futuros.

No final da década de 30, foi implantado no Barreiro um projeto arquitetônico que compreendia o Grande Hotel, as Fontes Dona Beja e Andrade Júnior (nome do cientista responsável pelo estudo da Bacia do Barreiro), uma obra que despertou muitas controvérsias em função da ousadia do negócio definido pelas diretrizes do governo de Getúlio Vargas – promoção de uma política de fortalecimento do Estado diante dos seus cidadãos - e executado pelo governo de Minas. Já para os araxaenses, representou o coroamento de uma vocação turística que se manifestara desde finais do século XIX, aproximadamente.

O município de Araxá passou a viver um momento de modernização com beneficiamento das estradas rurais, melhoria dos sistemas de saneamento básico e telefonia, e do transporte aéreo.

Na década de 40 a cidade trouxe à tona o mito Dona Beja, nome e beleza associados ao tipo de clima da estância, e aos recursos de suas águas e da lama natural. No Museu Dona Beja encontra-se hoje representativa documentação sobre a vida da personagem e de outras com as quais manteve ligações.

A cidade teve o seu auge em 1944 com a inauguração das Termas e do Grande Hotel, um grandioso prédio construído e decorado com mármore de Carrara, lustres de cristal da Boêmia, painéis artísticos com temática histórica, e cassino, o que custou aos cofres públicos

dois orçamentos anuais do Estado, na época. Os atrativos turísticos do Complexo do Barreiro possibilitaram estender propaganda internacional dos seus recursos. O local pode sediar vários congressos, feiras e encontros nacionais e internacionais, fato que consolidou a cidade como pólo turístico.

No ano de 1946 foi decretada a ilegalidade do cassino, e esta medida abalou o turismo, eixo principal da economia do município. A decadência foi inevitável, ocasionada pela saída de um número considerável de moradores da cidade, prejuízos ao comércio e hotéis, bem como o desaparecimento de um número considerável de turistas que procurava a cidade para a prática do jogo.

Na década de 50 a maior expectativa da cidade estava diante da construção da estrada Araxá-Franca, e na década de 60 os incentivos da Associação Comercial e Industrial de Araxá - ACIA para a indústria de laticínios, aproveitando a construção da BR 262 para melhor logística dos produtos da cidade. Ainda neste cenário, a construção de uma nova rodovia com acesso para o Barreiro, e ampliação do sistema educacional que passou a receber incentivos, através de novas escolas públicas e particulares e, também, a criação da Fundação Cultural de Araxá, que possibilitou à cidade o passo inicial ao ensino técnico e superior.

Estudos realizados pelo cientista Djalma Guimarães comprovaram a existência de reservas de minérios de pirocloro e de apatita, que poderiam gerar na cidade de Araxá transformações econômicas, sociais e culturais durante toda a segunda metade do século XX, fato este consumado na década de 70 através da implantação de empresas mineradoras - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM e Fosfértil, que possibilitaram também à cidade uma expansão urbana com a construção de áreas residenciais.

Durante um período de cinquenta anos, o Complexo Turístico do Barreiro, no seu conjunto, viveu momentos gloriosos e de decadência. O fechamento do Grande Hotel, em 90,

acentuou a estagnação econômica do município. A situação econômica da cidade começou a mudar somente em 2000, quando a prefeitura, entidades de classe e o Serviço Brasileiro de SEBRAE elaboraram um projeto de desenvolvimento.

As termas foram reabertas em 1997 e, no final de 2001, o Grande Hotel passou a ser administrado pela rede Tropical, do grupo Varig e não mais pelo Estado. A grande vitrine do turismo da cidade, no complexo do Barreiro, voltou a funcionar e a comunidade, mobilizada, se uniu em torno de iniciativas para valorizar o turismo e o artesanato.

Para revitalizar a cultura da cidade foram implantados o complexo SESI – SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), criado em 1983, hoje responsáveis pelo grande evento anual de mostras de teatro e dança (*Fest Dance*) e a Fundação Cultural Calmon Barreto, fundada em 1984, responsável pelo fomento e a organização de muitas manifestações culturais da cidade. O SESC, instalado na cidade em 1960, iniciou trabalhos diversificados, em 1989, para incentivar aspectos dos costumes e das festas populares.

A cidade de Araxá, a partir de instituições, do poder público e privado, procura sempre adotar práticas culturais. No passado, estavam vinculadas à religião, à culinária, à tradição oral. Logo, também, às bandas e aos festivais de música, às festas populares, ao esporte, às artes plásticas, cênicas e à literatura que foram integrados ao lazer e à diversão pública.

A Biblioteca Pública Municipal “*Viriato Correia*” (1957), Academia Araxaense de Letras (1965), Museu Histórico de Araxá – Dona Beja (1965), Museu Sacro da Igreja de São Sebastião (1996) e a Casa do Poeta (2000) são algumas das formas instituídas para fomentar a produção cultural.

6.1 A Casa do Poeta: sede definitiva da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”

O projeto de criação do espaço denominado “Casa do Poeta”, no prédio do Clube Brasil, vem mostrar que Araxá está atenta às necessidades de ações culturais. Mais que isso, prova que nesta cidade executa-se uma política de valorização do passado, integrando-a ao presente.

O prédio foi construído originalmente para ser o Cine-Teatro Glória, inaugurado em 1929. Na verdade, os proprietários desta arrojada casa de espetáculos não obtiveram o retorno compatível ao investimento. Diante dos problemas enfrentados, alguns próprios do conservadorismo da sociedade local, a venda tornou-se inevitável.

Em 1937, o imóvel passou a sediar o Clube Brasil, criado com a finalidade de oferecer aos associados opções de convívio e lazer, direcionados aos eventos sociais e culturais. De acordo com os primeiros estatutos, o clube foi idealizado para suprir uma das carências da nossa vida social. Assim estavam previstas a organização de um ambiente para leitura e oportunidades como as de divulgar Araxá e de estimular o turismo. Suas instalações abrigaram momentos importantes do cotidiano dos araxaenses. Por muitas vezes o povo esteve reunido sob sua sacada para ouvir pronunciamentos de interesse coletivo. Durante décadas, o Cine Brasil e os bares do andar térreo completaram o conjunto de atrativos daquele espaço cultural.

Tais como o Cine-teatro Glória e o Clube Brasil foram no passado, as dependências da Casa do Poeta, no dia 29 de dezembro de 2000 - data da sua inauguração, atenderão às funções consideradas essenciais na atualidade, tais como: Cine-teatro Brasil, Academia Araxaense de Letras e a Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”.

6.1.1 A Trajetória da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”

A Biblioteca Pública Municipal de Araxá foi fundada em 21 de junho 1950 (Lei Municipal nº 118) pelo prefeito em exercício, Dr. Mário de Castro Magalhães.

Em 1957, o prefeito Domingos Santos através da Portaria nº 1455 designou e empossou os primeiros membros da Sociedade dos Amigos da Biblioteca, sendo inaugurada a primeira sede, na “*Vila Célia*” - residência da tradicional família Montandon, no centro da cidade. Nessa época, o número de pessoas cadastradas na Biblioteca consta registrado no livro de ata da primeira reunião da Sociedade dos Amigos Biblioteca, indicando um total de 158 leitores.

Em 1976, a Biblioteca Municipal foi registrada no Conselho Regional de Biblioteconomia – 6ª Região e no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, sob o número 147 e denominada Biblioteca Pública Municipal “*Viriato Correia*”.

O primeiro profissional bibliotecário foi contratado em 1987, permanecendo no cargo até 1990. Do período de 1990 a 1996, a Biblioteca Municipal ficou sob a coordenação de uma antiga funcionária, passando em seguida o cargo a uma professora do Município, até que, por intervenção do Conselho Regional de Biblioteconomia, a Secretaria Municipal de Educação tomou as providências para regularizar a situação. Como em qualquer outra localidade, a história dessa Instituição não fugiu à realidade do quadro precário das demais bibliotecas públicas do País. Durante a sua trajetória de quase cinquenta anos, nunca houve interesse e compromisso por parte das autoridades municipais de fixá-la em local apropriado ao seu funcionamento. Transferida, de tempos em tempos, para locais inadequados, contava com poucas estantes de livros doados pela comunidade. O quadro de pessoal era constituído por

funcionários em desvio de função, alguns afastados do magistério e outros aguardando a aposentadoria.

No início de 1997, a Biblioteca Pública Municipal de Araxá ainda funcionava, precariamente, no salão de refeitório do antigo “*Hotel Pinto*”, no centro da cidade. O Prefeito da época, Dr. Olavo Drummond, membro da Academia Mineira de Letras, surpreendido com a situação na qual se encontrava o patrimônio cultural da cidade, priorizou as suas ações, visando revitalizar esse importante espaço cultural da cidade. À Secretaria Municipal de Educação coube a primeira medida: a contratação de um profissional bibliotecário na coordenação da biblioteca. À coordenação da biblioteca coube a elaboração de vários projetos, todos eles aprovados pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria do Livro e da Leitura, em convênio com a Prefeitura Municipal.

Em 1997, no primeiro projeto “Ampliação e Melhoria da Biblioteca Pública Municipal de Araxá - MG”, foram implementadas ações direcionadas à composição do acervo bibliográfico, à infra-estrutura do espaço físico e à aquisição de recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento:

- ampliação e atualização do acervo bibliográfico
- aquisição de mobiliário e equipamentos
- informatização dos serviços técnico-administrativos e do auto-atendimento aos usuários
- incorporação da sede da biblioteca, na *Casa do Poeta*, em espaço próprio e adequado ao seu funcionamento
- criação de seções diferenciadas: infanto-juvenil, periódicos, empréstimo e referência, videoteca, restauração do acervo, reprografia, estudo individual, estudo em grupo e *Internet*

- formação do quadro de pessoal da biblioteca, através da realização do primeiro Concurso Público Municipal para os cargos de técnico superior de biblioteconomia e auxiliar de biblioteca. (ANEXO A)

- estabelecimento de programas culturais de incentivo à leitura

Em 1999, no segundo projeto “Implantação da Unidade Móvel da Biblioteca Pública Municipal de Araxá - MG”, foram priorizadas as ações de atendimento às comunidades residentes na região periférica da cidade:

- criação do serviço de extensão bibliotecária, através de uma unidade móvel
- aquisição de um ônibus urbano
- adaptação interna do veículo
- instalação completa de mobiliários
- aquisição do acervo bibliográfico e materiais especiais
- aquisição de equipamentos de som e recursos de informática
- pintura externa do veículo e programação visual
- implantação do serviço de empréstimo domiciliar automatizado

Em 2000, no terceiro projeto “Implantação da Seção Braille da Biblioteca Pública Municipal de Araxá - MG”, foram implementadas as ações voltadas ao atendimento da clientela especial constituída por portadores de deficiência visual:

- aquisição de livros falados e transcritos em Braille
- aquisição de equipamentos de som completos
- instalação de recursos de informática direcionados aos usuários com baixa visão e aos cegos

- aquisição de programas específicos (*Jaws*, *Dos-Vox* e *Virtual Vision*)
- instalação de acesso à *Internet*

6.1.2 As Experiências de Extensão da Biblioteca Municipal de Araxá

A primeira tentativa de extensão bibliotecária ocorreu em 1992, quando a coordenação da Biblioteca Municipal foi ocupada por um profissional bibliotecário que, embora tenha permanecido pouco tempo no cargo elaborou um projeto de extensão e o encaminhou à Secretaria Municipal da Educação. Após algum tempo, mesmo com a ausência de um profissional da área, o projeto foi colocado em prática sob a coordenação da própria Secretaria de Educação. Na época, um *Trailer* foi adaptado com algumas estantes de livros, televisão e aparelho de vídeo, percorrendo alguns bairros da cidade. O projeto funcionou por um período e, com a mudança de governo no Município, no ano seguinte, o serviço foi desativado e o equipamento utilizado para outros fins.

A segunda iniciativa ocorreu em 1998 com a implantação do Projeto “Malas Viageiras” que visitavam todas as Escolas Municipais e a Zona Rural, levando atividades culturais de incentivo à leitura e uma mala cheia de livros para serem emprestados às crianças. A escola recebia, antecipadamente, uma proposta pedagógica e os professores regentes de biblioteca desenvolviam as atividades junto aos alunos. Ao final de cada mês, havia uma reunião entre os professores envolvidos no projeto e a coordenação da Biblioteca Pública para socializar os resultados e avaliar o projeto.

Em 1999, quando a Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia” já havia passado pelo processo de ampliação e atualização do acervo bibliográfico, a adequação do espaço em sede própria e a reestruturação do quadro efetivo de pessoal, retomou-se a iniciativa de criar o serviço de extensão de forma estruturada e abrangente, considerando a carência de bibliotecas escolares e comunitárias nos bairros e a dificuldade de acesso à sede da Biblioteca Pública Municipal devido ao baixo poder aquisitivo da população.

O desenvolvimento das atividades de extensão é uma importante estratégia de atuação das Bibliotecas Públicas junto à comunidade, permitindo o cumprimento de sua missão como instituição social e democrática. Sendo assim, numa ação de ampliar o seu raio de atendimento, a Biblioteca Municipal de Araxá implantou, no ano seguinte, o projeto de extensão bibliotecária, em atendimento a todos os setores da cidade, através de uma Unidade Móvel de Biblioteca.

6.1.3 A Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras”

A Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” é um projeto de extensão da Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia” que tem como principal objetivo levar aos bairros mais distantes do centro o acesso ao livro e à informação.

O projeto foi aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Secretaria do Livro e da Leitura, em 20 de dezembro de 1999 quando foi firmado um convênio entre Ministério da Cultura e Prefeitura Municipal de Araxá. A verba destinada ao projeto foi de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), sendo repassado pelo concedente – Ministério da Cultura R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), e pelo proponente – Prefeitura Municipal de Araxá a contra-partida no valor de 18.000 (dezoito mil reais). A verba foi aplicada na compra do veículo, acervo bibliográfico, confecção de mobiliários, aquisição de equipamentos e serviço de mão-de-obra para a reforma e adaptação do veículo.

A escolha do veículo para adaptação da biblioteca móvel foi criteriosamente estudada por uma equipe de profissionais, baseado na experiência do Centro de Extensão da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Superintendência de Bibliotecas Públicas de MG, Sistema Móvel de Leitura e Informação - Ônibus-Biblioteca da Secretaria Municipal de Cultura de

São Paulo e, finalmente, um modelo inovador de origem canadense que foi decisivo para a aquisição de um ônibus urbano monobloco 0371 – Mercedes Benz do ano 1991 (*FIG. 2*), com capacidade para abrigar cerca de 5.000 (cinco mil) livros.



FIGURA 2 – Modelo escolhido para adaptação do veículo.

O acervo selecionado teve a indicação de profissionais da área com grande experiência em extensão bibliotecária e a participação de pessoas da própria comunidade.

Optou-se por não priorizar livros didáticos para estudo e pesquisa, adotando-se uma política de formação do acervo voltada para as obras literárias e informativas a todas as faixas etárias. A coleção consta de obras de diversos gêneros literários, obras de referência, revistas, jornais, fitas de vídeos, gibis, etc.

O mobiliário foi confeccionado sob medida, aproveitando-se, ao máximo, o espaço para as estantes, circulação dos usuários e acomodação dos funcionários. Vários equipamentos foram adquiridos e instalados em ambientes próprios e planejados tais como: gerador de energia, televisão, vídeo, som, computador, impressora, xerox, ar condicionado, refrigerador e ar condicionado (*FIG. 3*).



FIGURA 3 – Planta baixa do ônibus



a) Instalação elétrica



b) Pintura e programação visual



c) Área interna: disposição do acervo



d) Formato atual do veículo

FIGURA 4 – Etapas de Adaptação do Ônibus

O processo de transformação do ônibus teve uma duração de quatro meses, iniciando-se em janeiro de 2000 e inaugurado em 21 de abril de 2000, data em que foram comemorados os 500 anos de Independência do Brasil (FIG. 4).

6.1.3.1 Objetivos

- Ampliar o raio de ação da Biblioteca Pública Municipal
- Difundir a cultura e a informação às comunidades mais afastadas da área central
- Facilitar o acesso à informação para o exercício da cidadania

- Oferecer o lazer e incentivar o gosto pela leitura
- Abrir novas frentes de atendimento em parceria com outras entidades locais
- Estreitar os laços com o Ensino Superior, possibilitando o contato direto Comunidade-Universidade
- Enriquecer o âmbito de estágios supervisionados, estágios extra-curriculares e atividades complementares dos alunos de diversos cursos.

6.1.3.2 Funcionamento

A Biblioteca Móvel funciona de segunda feira a sexta feira, de 11h às 17h. Reserva-se o período da manhã para a organização do acervo, arquivos e manutenção do veículo. O cumprimento do itinerário nos setores da cidade foi previamente estudado pela coordenação da Biblioteca Pública e representantes de bairros. (ANEXO C)

Na escolha dos pontos de parada priorizou-se os locais considerados estratégicos e de fácil acesso aos bairros vizinhos e levou em consideração os bairros mais carentes de bibliotecas escolares e centros de convivência. (ANEXO B)

O prazo de permanência da biblioteca móvel em cada bairro varia entre uma a quatro horas, dependendo da demanda de cada comunidade. O número de bairros atendidos por dia varia entre um a três bairros, retornando regularmente ao local após dez dias.

Os usuários têm livre acesso às estantes (*FIG. 5*), podendo escolher um livro de cada vez e realizar o empréstimo por um período de dez dias. Para a leitura e consulta no local são disponibilizadas, do lado de fora do ônibus, sob a armação de um toldo, mesas e cadeiras.



FIGURA 5 – Consulta ao acervo

Em casos esporádicos, a biblioteca móvel visita a zona rural e municípios vizinhos, para participar de eventos culturais. A distância máxima permitida para a visita a outras localidades é de 60 km.

O serviço mantém o seu caráter fiel, transmitindo às comunidades segurança no que diz respeito à determinação do dia programado de visita, bem como horários e local fixo de estacionamento. Em caso de deslocamento, fora do itinerário normal, a visita é agendada com antecedência mínima de trinta dias na sede central da Biblioteca Pública. A participação em eventos é restrita a atividades de cunho educativo, cultural e social. Embora esteja vinculada ao poder público municipal, mantém uma postura apolítica no sentido de não permitir o uso de sua imagem para fins políticos e eleitorais.

Uma vez justificada a necessidade do serviço da Biblioteca Móvel em determinada localidade, o mesmo só será suspenso em caso de implantação de um serviço permanente, subvencionado pela própria comunidade ou por entidades oficiais.

A solicitação de inclusão de novos bairros no itinerário faz-se, formalmente, pelo representante da comunidade e será analisada pela coordenação da Biblioteca Pública.

Qualquer imprevisto, como estrago mecânico do veículo, a comunidade é imediatamente comunicada através das rádios locais e avisos às associações de bairros. Em caso de faltas programadas, avisa-se através de cartazes e do alto falante.

A chegada da Biblioteca Móvel no bairro é anunciada por um *Jingle* (ANEXO D) cujas letra e música são de autoria de um usuário, cantor e compositor.

6.1.3.3 A Utilização do Serviço no período de 2001 a 2004

Nos primeiros meses de funcionamento, de abril a dezembro de 2001, não foram considerados os empréstimos realizados pelo fato de ter sido um período de divulgação do serviço na comunidade, bem como ajustes dos horários de atendimento, estudo do itinerário, treinamento de pessoal e definição dos pontos fixos de parada nos bairros.

No período de 2001 a 2004 observa-se que o cronograma de visitas aos bairros manteve-se estável, com apenas a inclusão de um bairro no itinerário, a partir do ano de 2002.

Quanto ao índice de leitura por habitante nos bairros, no período de 2001 a 2004, observa-se que houve um crescimento contínuo, destacando em primeiro lugar o bairro Pão de Açúcar, seguido do Bela Vista, Boa Vista e Abolição. Em relação à média nacional de livros por habitante no ano (1,8), segundo a pesquisa do IBGE em 2004, a população de bairros de Araxá está com um significativo índice de leitura, o que comprova a importância desse serviço e a necessidade de implantar políticas semelhantes em outros municípios brasileiros.

Ao expressar sobre o direito de acesso à leitura, Galeno Amorim emite o seguinte pensamento:

todas as pessoas – ricas ou pobres, brancas ou negras, com maior ou menor habilidade intelectual, independente de suas crenças, de suas idéias ou do lugar onde moram – precisam ter o acesso assegurado à leitura. Isso deve ser entendido como algo tão elementar quanto o direito universal aos serviços públicos de saúde, educação saneamento ou segurança, por exemplo. No mais amplo sentido republicano. (AMORIM, 2004, p. 186)

O desafio, portanto, é criar políticas públicas locais para enfrentar o problema e uma estrutura governamental mínima para executá-las.

Segundo Amorim (2004, p. 189), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, promulgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em 1990, enuncia que a leitura e a escrita são “ferramentas essenciais (...), necessárias para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades de viver e trabalhar com dignidade, participar ativamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo”. Se o domínio dessas habilidades ou mesmo uma razoável formação escolar não são exatamente uma garantia plena de bons empregos e salários em tempos difíceis de crise econômica e de desemprego, a ausência delas chega a ser, por sua vez, quase uma certeza de ficar à margem do processo.

Em relação à educação, embora o Brasil tenha registrado uma melhora nos últimos anos, continua ainda em baixa, conforme o estudo realizado pelo Instituto Paulo Montenegro, divulgado no Estado de Minas em 09/09/2005.

Os dados da pesquisa mostram que apenas 26% dos brasileiros, com idade entre 15 a 64 anos, são plenamente alfabetizados. Isso significa dizer que pouco mais de um quarto dessa população consegue ler, interpretar corretamente os textos e fazer correlações entre eles. A pesquisa integra o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF, divulgado anualmente desde 2001. O estudo comprovou ainda que 7% dos brasileiros que participaram da amostra são analfabetos. Estão nesse grupo aquelas pessoas que não conseguem realizar tarefas muito simples e que envolvam a decodificação de palavras e frases. O INAF é importante para o País porque permite aos poderes públicos elaborarem o diagnóstico de como a população usa, no dia-a-dia, seus conhecimentos de escrita e leitura, avaliando o

alfabetismo em vários setores da vida do cidadão, identificando as suas habilidades como leitor, paciente, consumidor, etc.

Segundo a pesquisa, o índice dos brasileiros plenamente alfabetizados não é o ideal, sendo emergente criar medidas de combate ao analfabetismo, assim como políticas de acesso à leitura, possibilitando ao cidadão atingir um melhor nível de compreensão da sua realidade.

TABELA 1
Empréstimos de Livros x Número de Habitantes

Setor	Bairro	População	Empréstimos por Habitante							
			2001		2002		2003		2004	
			Qtde	Índice	Qtde	Índice	Qtde	Índice	Qtde	Índice
Oeste	Abolição	1339	1130	0,84	1285	0,95	2399	1,79	2403	1,79
Oeste	Alvorada	4417	494	0,11	562	0,12	799	0,18	780	0,17
Oeste	Ana Pinto	2171	1188	0,54	855	0,71	1276	0,58	1086	0,50
Sul	Barreiro	548	309	0,56	400	0,72	648	1,82	695	1,26
Norte	Bela Vista	266	240	0,90	272	1,02	315	1,18	383	1,43
Oeste	Boa Vista	3332	2851	0,85	3468	1,04	4347	1,30	3738	1,12
Sul	Dona Beja	549	270	0,49	448	0,81	506	0,92	447	0,81
Leste	Jard. Primavera	567	358	0,63	1104	1,94	1541	2,71	1520	2,68
Leste	Mangueira	517	635	1,22	1041	2,01	1476	2,85	2525	4,88
Norte	Orozino	908	137	0,15	751	0,82	1491	1,64	1225	1,34
Leste	Padre Alaor	1098	902	0,82	624	0,56	1108	1,00	1124	1,02
Norte	Pão de Açúcar	1256	1151	0,91	1317	1,04	1395	1,11	1075	0,85
Sul	Parque Flores	172	794	4,61	710	4,12	888	5,16	847	4,92
Oeste	São Geraldo	3784	1059	0,27	785	0,20	1129	0,29	1503	0,39
Norte	São Pedro	992	-	-	430	0,43	549	0,55	426	0,42
Centro	Stª Luzia	1142	248	0,21	289	0,25	925	0,80	1251	1,09
Norte	Stª Rita	601	148	0,24	551	0,91	967	1,60	1360	2,26
Centro	Stª Terezinha	2182	1626	0,74	804	0,36	590	0,27	1362	0,62
Oeste	São Domingos	858	224	0,26	393	0,45	693	0,80	348	0,40
Leste	Stº Antônio	4673	1432	0,30	1525	0,32	2490	0,53	3061	0,65
Oeste	Tiradentes	1268	421	0,33	569	0,44	2089	1,64	2135	1,68
Norte	Urciano Lemos	3916	1626	0,41	1593	0,40	1936	0,49	1923	0,49
Oeste	Vila Silv. Fertiza	2314	1635	0,70	1308	0,56	812	0,35	436	0,18
TOTAL		38870	18878	0,49	21084	0,54	30369	0,78	31653	0,81

Fonte: IBGE.Censo 2000. População Residente em 1º de agosto de 2000, segundo os Bairros de Araxá

TABELA 2
Estatística de Preferência Literária – 2004

Mês	Lit. Adulto	Lit. Infantil	Lit. Juvenil	Lit. Infanto-Juvenil	Lit. Popular	Gibi	Total Geral
Jan	281	227	85	383	485	163	1624
Fev	479	394	160	645	827	157	2662
Mar	633	515	210	865	1039	229	3491
Abr	454	410	150	709	757	221	2701
Mai	512	541	167	824	997	157	3198
Jun	385	446	151	690	817	113	2602
Jul	422	433	178	727	1076	121	2957
Ago	372	461	133	688	926	66	2646
Set	365	512	160	774	1176	88	3075
Out	337	399	90	580	863	21	2290
Nov	389	450	117	640	1254	40	2890
Dez	242	306	103	299	869	12	1831
TOTAL	4871	5094	1704	7824	11086	1388	31967

Fonte: Banco de dados da Biblioteca Móvel

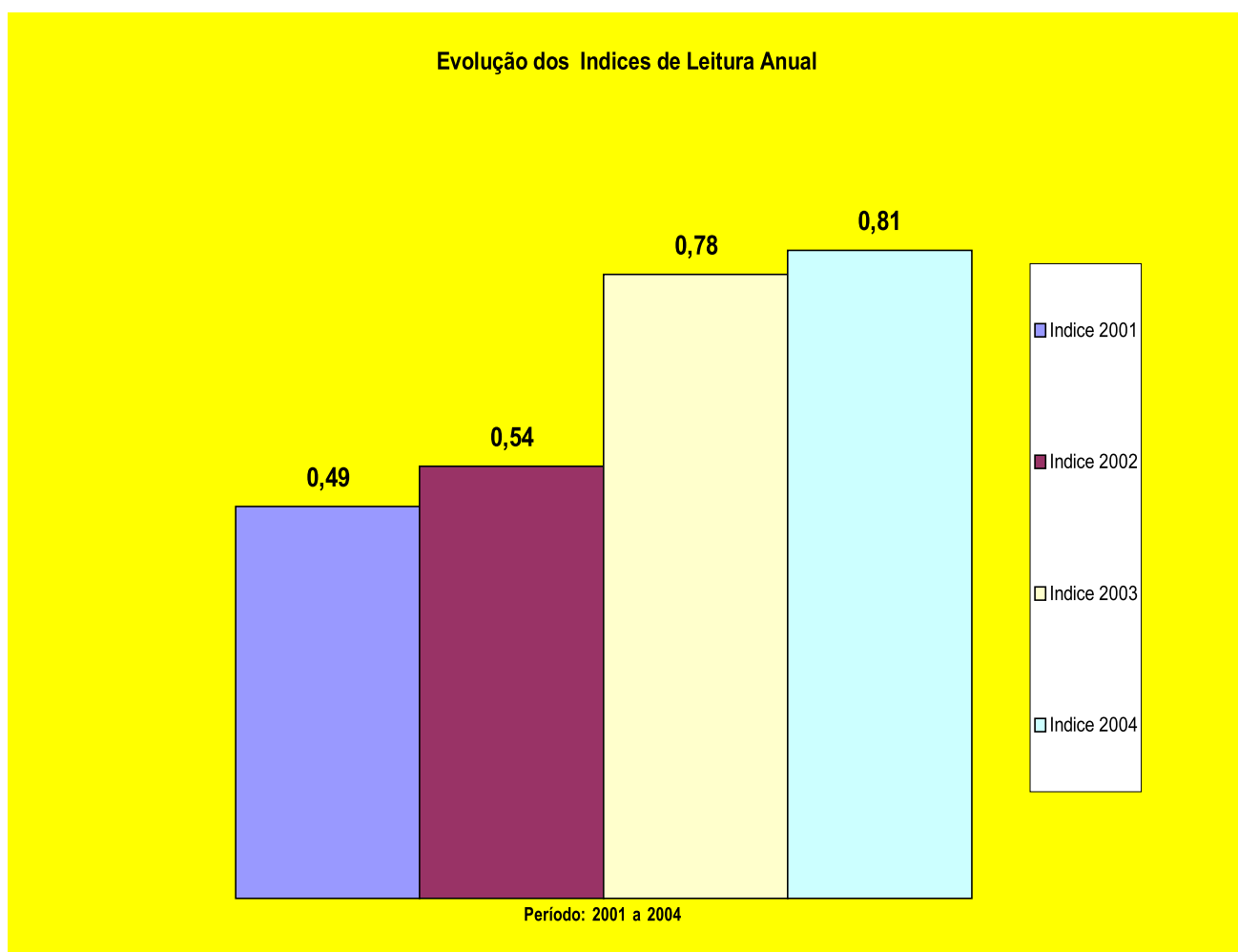


GRÁFICO 1 – Evolução dos índices de leitura anual 2001 – 2004

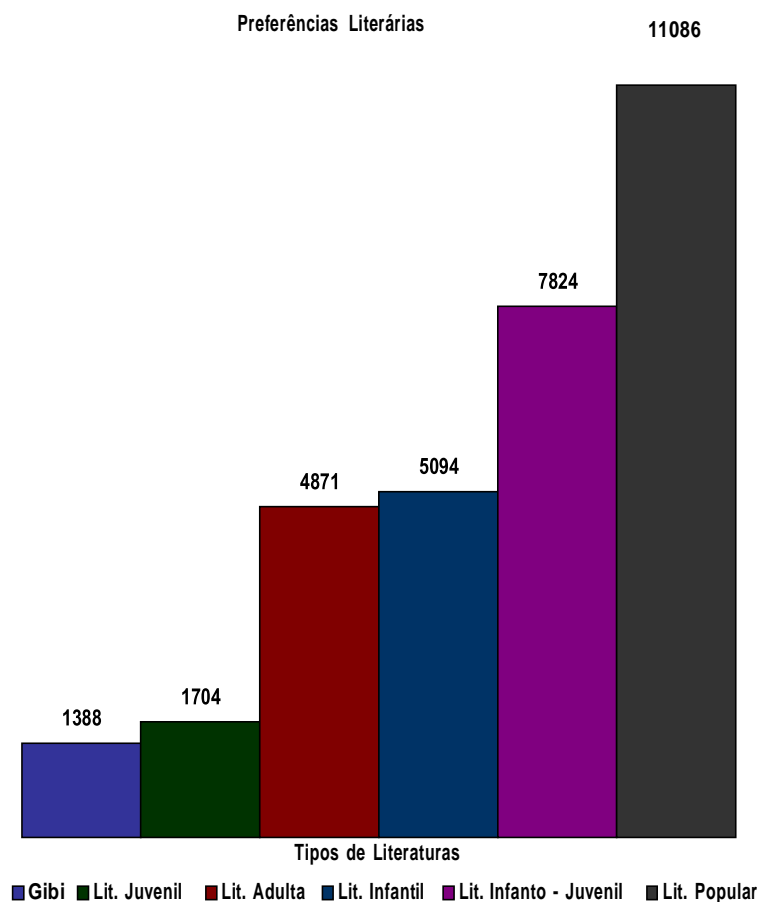


GRÁFICO 2 – Preferências Literárias X Tipos de Literaturas

Fonte: Banco de Dados da Biblioteca Móvel

De acordo com as estatísticas, o grande público da Biblioteca Móvel está representado pelas crianças e jovens, cujas preferências literárias podem ser compreendidas pelo interesse despertado em cada fase de leitura. À medida em que os indicadores para leitura são percebidos pelo bibliotecários e auxiliares, o trabalho de seleção do acervo e do atendimento ao público supera as expectativas de qualidade.

Segundo Saraiva (2001, p.77) a primeira fase de leitura da criança vai dos 2 aos 5 anos ou 6 anos de idade. Nessa fase, a criança faz distinção entre o mundo exterior e interior e é também a idade do pensamento mágico. Os livros prediletos contêm gravuras que apresentam objetos simples, pertencentes ao meio em que vive e que pode ser identificado por ela

(brinquedos, animais, etc.). A segunda fase vai dos 5 aos 8 ou 9 anos, caracterizada por um período em que a criança deixa-se levar pela fantasia. É a idade dos contos de fadas. Prevalece, ainda, no texto poético o gosto pelo ritmo e pelas rimas. A fase seguinte se estende dos 9 aos 12 anos caracterizada como um período em que a criança constrói “uma fachada prática, realista, ordenada racionalmente, diante de um fundo mágico-aventuresco pseudo-realisticamente mascarado”. Continua o interesse por contos de fada e sagas, mas o leitor começa a buscar as histórias de aventuras. Segue-se a fase do “realismo aventuroso” ou “da leitura não-psicológica orientada para o sensacionalismo” (de 12 ou 15 anos). Nesse período o pré-adolescente, pouco a pouco, toma consciência da própria personalidade. Os interesses gerais de leitura giram em torno dos livros de aventuras, dos romances sensacionais, dos livros de viagem e das histórias sentimentais. Já a quinta fase corresponde aos anos de maturidade ou de “desenvolvimento da esfera estético-literária da leitura” (de 14 a 17 anos). Nesse período, o leitor já é capaz de valorizar, além da trama a forma e o conteúdo das histórias. O interesse pelo mundo exterior começa a ser substituído pela participação no mundo interior e no mundo de valores. A leitura passa a ser bem mais diversificada e abrange histórias de aventura de conteúdo mais intelectual, livros de viagens, romances históricos, biografias, histórias de amor, atualidades, literatura engajada, etc.

6.1.3.4 O Usuário: preferências e satisfação

Desde os primeiros anos de funcionamento da Biblioteca Móvel, os dados estatísticos foram acompanhados, mensalmente, revelando um constante crescimento do número de usuários cadastrados e de empréstimos realizados. Após três anos de funcionamento, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de detectar o perfil do usuário, as preferências literárias e nível de satisfação em relação ao serviço prestado.

A pesquisa foi aplicada pela autora e pelos próprios funcionários da Biblioteca Móvel de forma estruturada. Definiu-se uma amostragem de 10% do total de usuários de cada bairro, independente da faixa etária. Determinou-se que, a partir de uma data estabelecida, os primeiros usuários do dia a freqüentarem a biblioteca seriam convidados a responder o questionário (ANEXO E). O questionário foi estruturado em 28 (vinte e oito) questões fechadas. Sua aplicação para coleta de dados teve a duração de três meses cobrindo os bairros abrangidos pelo itinerário da Biblioteca Móvel.

Dos resultados obtidos, algumas questões consideradas mais relevantes para análise de dados foram selecionadas, dentre essas destacam-se:

Com relação à variável sexo, os resultados encontram-se abaixo:

TABELA 3
Distribuição de entrevistados por sexo

SEXO	Nº	%
Masculino	96	26,45
Feminino	267	73,55
TOTAL	363	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O percentual elevado de pessoas do sexo feminino, usuárias da Biblioteca Móvel Embarque nas Letras, que a pesquisa revelou, deve-se ao fato de que as mulheres, em sua maioria, nos bairros se dedicam aos afazeres domésticos, dispondo, assim, de mais tempo para a leitura.

A média de idade dos entrevistados foi de 18 anos, o que não significa que é a média de idade dos usuários. Podemos concluir que, embora as estatísticas mensais revelem um grande público infanto-juvenil, há freqüentadores adultos e a maioria são estudantes.

Para esse público é extremamente importante encontrar no acervo da Biblioteca Móvel essa forma complementar de estímulo à leitura, através da oportunidade de acesso a obras diversificadas em relação às que as bibliotecas escolares oferecem.

O objetivo da Biblioteca Móvel Embarque nas Letras não é de proporcionar apoio à pesquisa, que deve ser feita na própria escola, em casa ou na biblioteca pública, mas corroborar para o desenvolvimento do hábito e do gosto pela leitura de todo o seu público-alvo é, sem dúvida, um dos mais importantes objetivos da Biblioteca Móvel.

A questão seguinte procurou saber a ocupação dos entrevistados, e os resultados encontram-se abaixo:

TABELA 4

Distribuição dos entrevistados, segundo a ocupação

OCUPAÇÃO	Nº	%
Estudante	248	68,32
Do lar	51	14,05
Outras	53	14,60
Não especificadas	11	03,03
TOTAL	363	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Identificar a maioria dos usuários da Biblioteca Móvel como sendo formada por estudantes (68,32%) reflete a carência de bibliotecas escolares e comunitárias nos bairros. Esse quadro é geral no país e carece de serviços semelhantes, que interfiram, de forma direta,

na educação social da população. Proporcionar ao estudante uma opção de atividade prazerosa e capaz de enriquecer sua bagagem cultural, favorecer a assimilação de valores essenciais à sua formação de cidadania é função de significado profundo: as mudanças ocorridas na mentalidade de cada indivíduo se refletem na transformação de sua realidade e interferem no seu entorno social.

As pessoas que acessam um acervo de biblioteca com frequência estão em constante elaboração mental, estão desenvolvendo sua própria capacidade de “aprender a aprender” e de “saber pensar”. A leitura de fruição favorece o desenvolvimento da capacidade de pesquisar, de cruzar informações e de formular considerações, conceitos e conclusões. Tanto se exercita a inteligência emocional quanto as outras faculdades intelectivas, com especial destaque para a criatividade que tende a fluir com maior intensidade.

O interessante nesse processo de captação de público seria atingir, então, outra faixa etária, formada pelos adultos de idade média e avançada, que abandonaram os estudos há bastante tempo, deixando de encarar a vida como um *moto contínuo* de aprendizagem, e todos os aspectos da existência, seja no campo social/cultural, seja na área profissional, como instâncias que exigem constante acesso a informações atualizadas, reflexão constante através da leitura e aprimoramento/qualificação.

Para o público de menor poder aquisitivo, portanto, a Biblioteca Móvel é extremamente importante e necessária, e tem um cunho, realmente, de democratização do acesso à leitura. Por esse motivo, o resultado da pesquisa, que aponta para o elevado percentual de estudantes como usuários da Biblioteca Móvel Embarque nas Letras, sugere a premência de uma concentração de esforços para atrair também o público adulto, que apresenta maior carência cultural, do ponto de vista social e econômico, demonstrado ainda pela distribuição dos estudantes pelo local de estudo.

Para a variável escola, procurou-se identificar a rede de ensino da escola freqüentada e, em seguida, o nível de escolaridade do entrevistado.

TABELA 5

Rede de Ensino

ESCOLA	Nº	%
Pública	238	95,97
Privada	10	04,03
TOTAL	248	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

TABELA 6

Nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº	%
Ensino Infantil	1	0,40
Ensino Fundamental	I à 4ª série	125
	5ª à 8ª série	95
Ensino Médio	25	10,08
Ensino Superior	2	0,81
TOTAL	248	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Os estudantes do Ensino Fundamental aparecem com maior percentual de freqüência à Biblioteca Móvel. Esse dado revela o grande interesse das crianças pela Literatura Infantil, pois são estimuladas na Escola a desenvolver o hábito e o gosto pela leitura. As obras de Literatura Infantil no Brasil são, em sua maioria, de excelente qualidade, entretanto, por esse

mesmo motivo, ou seja, pelo alto custo de produção, pois, por tratarem -se de impressões em policromia com belíssimas ilustrações, que dão ao livro um *status* de objeto de arte, torna-se um produto caro que a grande maioria da população brasileira não pode adquirir.

Disponibilizar um acervo de qualidade formado por obras de Literatura Infantil é um ato político de relevância ímpar. A garantia de acesso às fontes de cultura está estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente; na condição de serviço prestado por um órgão público, no caso a Biblioteca Pública Municipal de Araxá, pois a Biblioteca Móvel Embarque nas Letras está cumprindo o seu papel junto ao público infantil de Araxá.

Considerando-se que a maioria dos usuários é representada pelas crianças e que a grande parte pertence ao sexo feminino, esse dado pode ser interpretado como consequência de uma educação que privilegia o machismo, colocando ao alcance do menino atividades ao ar livre, enquanto a menina se limita aos afazeres domésticos e entretenimentos amenos, dentre os quais estaria a leitura. Talvez os meninos tenham que trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

O percentual de estudantes de 5ª a 8ª série que frequenta a Biblioteca Móvel pode ser considerado, da mesma forma, indicador importante, apenas com a ressalva de que a queda deste percentual em relação ao público infantil revela um desinteresse gradativo ou uma impossibilidade de dedicar-se à leitura de fruição por motivos variados, como entrada prematura no mercado de trabalho ou dificuldade de aprendizagem dos conteúdos programáticos desse período, o que acaba por se manifestar excessivo quando os dados se concentram no público jovem que frequenta o 2º grau. O percentual de 10% de jovens leitores é extremamente reduzido, quando deveria ser muito maior, pois o Ensino Médio exige uma infinidade de leituras complementares, formativas e informativas, versando principalmente sobre Literatura brasileira e estrangeira, demanda específica do próprio vestibular. Para a

variável frequência de leitura, os resultados obtidos encontram-se a seguir:

TABELA 7
Frequência de leitura

FREQÜÊNCIA	Nº	%
Diária	265	73,41
Dez a quinze dias	35	09,69
Semanal	45	12,47
Rara	16	04,43
TOTAL	361	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Entre os entrevistados, encontramos um nítido perfil de leitores frequentes que em sua maioria lêem diariamente. O percentual de indivíduos que lêem semanalmente ou quinzenalmente é baixo, (10%), e um número mínimo de pessoas respondeu que raramente lê. Esses indicadores são importantes porque revelam a fidelidade do usuário da Biblioteca Móvel, que mantém uma constante no seu padrão de tempo dedicado à leitura e de preferências literárias.

Com referência à TAB. 8, procurou-se identificar as preferências literárias e o público correspondente:

TABELA 8
Preferências literárias

PÚBLICO	PREFERÊNCIA	Nº	%
Infanto-juvenil	Jornais	68	06,36
	Revistas	118	11,04
	Gibis	183	17,12
	Contos de fadas	125	11,70
	Aventura	124	11,60
	Aventura e sentimento	89	08,32
	Romance popular*	74	06,92
	Vários gêneros**	138	12,91
Adulto	Auto-ajuda	57	05,33
	Medicina popular	23	02,15
	Culinária	38	03,55
	Outras	32	03,00
	TOTAL	1069	100

* Júlia, Sabrina, Bianca etc. ** ficção, romances, poesias, contos, crônicas etc.

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

A diversidade dos gêneros literários e dos tipos de informação e entretenimento, disponibilizados através de jornais, revistas, gibis e livros sobre culinária, auto-ajuda e medicina, citados pelos usuários entrevistados, indica que todo o público atendido está encontrando o que deseja na Biblioteca Móvel.

Os gibis, em função do público infantil ser maioria, são os mais procurados. Essa situação é interessante porque se sabe que o gibi introduz a criança no universo da leitura, é um suporte interessante, trabalha bem a questão da construção de textos dramáticos, em função dos diálogos entre os personagens, e tem uma característica também interessante que é a diversidade de ambientes e de informações que aborda e dissemina. Não raro as narrativas se passam no Egito Antigo, por exemplo, ou no campo, onde tantos aspectos da história da humanidade são veiculados e criticados, e questões

importantes sobre a ecologia são discutidas. Tudo isso se dá através do envolvimento dos personagens em situações dramáticas, de risco, ou hilárias, que exigem criatividade no enfrentamento e solução de problemas. Sem dúvida, o surgimento do gibi como alternativa principal de leitura do público infantil indica que a revista em quadrinho no contexto do acervo da Biblioteca Móvel está cumprindo a sua função de atrair esse público e apoiar o desenvolvimento do hábito e do gosto pela leitura também de obras de Literatura Infantil.

Quanto à forma de acesso ao material de leitura, foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 9

Forma de acesso à leitura

ACESSO	Nº	%
Empréstimo	351	83,77
Compra	68	16,23
TOTAL	419	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O percentual de indivíduos que consegue material de leitura emprestado é muito elevado, quase a totalidade dos entrevistados. Esse dado nos revela que, por falta de recurso financeiro ou por uma questão de padrão de consumo, que não privilegia a cultura, o usuário da Biblioteca Móvel não adquire livros, não assina jornais ou revistas. Fica evidente a necessidade da continuidade da prestação de serviço que a Biblioteca Móvel desenvolve, atendendo uma comunidade, na verdade, bastante carente de acesso aos bens disponibilizados tanto do ponto de vista econômico como social. Considera-se que algumas respostas obtidas sobre compra de livros podem ter sido interpretadas relacionando-se à aquisição de livros didáticos ou literários solicitados pela escola.

Procurou-se conhecer o local onde o entrevistado consegue o material emprestado. Os resultados obtidos foram:

TABELA 10

Local de empréstimo do material

LOCAL	Nº	%
Biblioteca Escolar	145	22,34
Biblioteca Pública	60	09,24
Biblioteca Móvel	346	53,31
Amigos e familiares	82	12,63
Outros	16	02,48
TOTAL	649	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

É interessante o contraste revelado pelos dados que se referem aos locais preferidos pelo público entrevistado para obter empréstimo de livros.

Se a maioria dos usuários da Biblioteca Móvel é formada por crianças e 53,31% dos entrevistados responderem que preferem retirar livros no ônibus biblioteca, significa que o acervo da Biblioteca Móvel oferece melhores opções de leitura. O percentual de usuários que retira livros na Biblioteca Escolar é, no entanto, razoável, considerando que os alunos de 5ª a 8ª séries e os de Ensino Médio não lêem tanto, e que o público restante não está estudando, esse percentual adquire um significado interessante. Indica, afinal, que há escolas que possuem bibliotecas e que também estão sendo freqüentadas.

O percentual de pessoas que freqüentam a Biblioteca Pública Municipal revela que existe um público adulto que está usufruindo os benefícios dos dois serviços, tanto da Biblioteca Móvel quanto da Biblioteca Pública, o que é também uma situação interessante, pois a circulação de indivíduos e obras deve se ampliar sempre, cada vez mais, para garantir o

desenvolvimento humano do município. Considera-se bastante importante o percentual de pessoas que consegue obras em casa de amigos e familiares; 12,63%. Esse número nos remete à realidade que, apesar de não adquirir obras com frequência, no meio socioeconômico em que vive, uma parte significativa dos usuários da Biblioteca Móvel encontra livros sobre assuntos que lhe interessa, ou seja, provavelmente de qualidade e atuais, e disponíveis para a leitura.

Com relação ao grau de importância atribuído ao serviço, foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 11

Grau de importância do serviço

GRAU	Nº	%
Desnecessária ou pouco importante	2	0,55
Importante	60	16,48
Muito importante	302	82,97
TOTAL	364	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

A maioria quase absoluta dos entrevistados respondeu que o serviço prestado pela Biblioteca Móvel é muito importante. Da totalidade dos entrevistados, apenas 16,48% consideraram o serviço importante e 0,55% respondeu que ele é pouco importante ou desnecessário. Esses dados indicam uma consciência do valor do trabalho realizado junto à comunidade atendida pela Biblioteca, considerando-se que o percentual de pessoas que acham o serviço irrelevante ou dispensável é mínimo, quase nulo.

A pesquisa revelou, também, o grau de satisfação da comunidade em relação ao ponto fixado para o atendimento nos bairros e a periodicidade das visitas. Essas questões são bastante específicas, e se atêm a fatores relacionados ao local onde a Biblioteca Móvel atende

a população, considerado pela maioria - 93,13%, de fácil acesso; à periodicidade das visitas do ônibus biblioteca, obtendo um percentual de 66,48% de indivíduos satisfeitos contra 33,52% de pessoas que têm expectativa de mudança para semanal ou quinzenal e mensal; ao tempo de permanência que é suficiente para 75% dos usuários, seguidos de 5,28% que considera o tempo insuficiente; e, finalmente, quanto ao tempo ideal de permanência, o qual foi estipulado pela maioria – 74,64%, como de 2 a 4 h, no próprio horário já fixado para o bairro, considerado por 83,10% dos entrevistados como sendo bom. A questão seguinte procurou saber o conceito dos entrevistados em relação ao acervo e os resultados encontram-se a seguir:

TABELA 12
Conceito atribuído ao acervo

CONCEITO	Nº	%
Não atende	4	01,11
Atende Razoável	120	33,33
Atende plenamente	236	65,56
TOTAL	360	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

As respostas obtidas dos entrevistados em relação ao acervo revelam que a coleção de livros disponibilizada na Biblioteca Móvel atende plenamente. Um percentual relativamente elevado, 33,33%, definiu que sua expectativa é atendida de forma razoável. Esse número de indivíduos parcialmente insatisfeitos é interessante porque sugere um estudo de demanda para adequação do acervo.

Procurou-se identificar o nível de satisfação dos entrevistados em relação à quantidade de livros permitidos para a realização do empréstimo domiciliar conforme mostra a TAB.13:

TABELA 13

Quantidade de livros permitidos para o empréstimo

QUANTIDADE	Nº	%
Muito Pouco	55	15,15
Pouco	97	26,72
Suficiente	211	58,13
TOTAL	363	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Ocorre, também, uma queda no percentual de indivíduos satisfeitos, quando a questão abordada é o número de livros permitidos para empréstimo, um de cada vez, pois apenas 58,13% consideraram suficiente esse número.

Para saber a coerência do número de livros liberados para o empréstimo e o ritmo de leitura do entrevistado no prazo estabelecido, foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 14

Ritmo de leitura no período de empréstimo

RITMO	Nº	%
Menos de um livro	22	06,10
Um livro	63	17,45
Mais de um livro	120	33,24
Mais de dois livros	73	20,22
Mais de três livros	83	22,99
TOTAL	361	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Quanto ao prazo estabelecido houve um consenso no que se refere à possibilidade de leitura de mais de um livro nesse período, praticamente todos os usuários responderam que conseguem ler mais de uma obra em dez dias.

Em função do limite de livros para o empréstimo e o tempo de retorno da Biblioteca Móvel no local, percebe-se que alguns usuários deslocam-se para outros bairros para devolver o livro e realizar um novo empréstimo ou utilizam-se da carteira do irmão ou amigo.

A TAB.15 mostra o conceito atribuído pelo entrevistado em relação ao serviço de atendimento:

TABELA 15
Conceito do serviço de atendimento

CONCEITO	Nº	%
Ruim	1	0,28
Deixa a desejar	4	1,09
Bom	80	21,98
Muito bom	279	76,65
TOTAL	364	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O percentual de indivíduos satisfeitos com a qualidade do serviço prestado pela Biblioteca Móvel eleva-se novamente a 76,65% dos indivíduos entrevistados, que consideram o atendimento muito bom.

Para saber a influência da Escola em relação ao uso da Biblioteca Móvel, procurou-se identificar o grau de incentivo, conforme mostra a (TAB. 16).

TABELA 16

Incentivo da Escola no uso da Biblioteca Móvel

INCENTIVO	Nº	%
Não	102	34,93
Às vezes	41	14,04
Sim	149	51,03
TOTAL	292	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

A Escola onde o entrevistado estuda não tem um papel relevante no incentivo ao uso da Biblioteca Móvel, pois 51,03% dos entrevistados responderam que recebem estímulo e 34,93% que não recebem. Ou seja, não houve uma diferença relevante, e o número de usuários não estimulados é bastante significativo, atingindo maior percentual ainda quando 14,04% dos entrevistados mencionam o fator “às vezes”, traduzindo uma intermitência absolutamente descompromissada com o fato tão relevante que é a possibilidade de acesso a um acervo de qualidade. Essa última questão preocupa, pois a Biblioteca Móvel precisa estar em constante interação com as escolas, embora o seu público alvo não seja o infantil, esse pode trazer consigo o adolescente, irmão mais velho, os pais e parentes próximos, e até mesmo os vizinhos. Tal situação é bastante interessante, pois, apesar de não ter por objetivo atuar como biblioteca complementar à Biblioteca Escolar, função que deve ser desenvolvida pela Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” tem no público infantil seu melhor multiplicador, seu cliente fiel que atrai outros de faixas etárias diversas.

Na questão seguinte, procurou-se identificar, além do entrevistado, os membros da família que também utilizam a Biblioteca Móvel. Os resultados obtidos encontram-se na (TAB. 17).

TABELA 17

Membros da Família que utiliza a Biblioteca Móvel

FAMÍLIA	Nº	%
Pai	29	06,16
Mãe	136	28,87
Irmãos	122	25,90
Nenhum	111	23,57
Outros	73	15,50
TOTAL	471	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Os números apresentados nessa questão confirmam o que foi inferido anteriormente, ou seja, o usuário quase nunca vai sozinho, colaborando, assim, para a ampliação do número de indivíduos atendidos pela Biblioteca Móvel.

A questão seguinte procurou conhecer a opinião do entrevistado em relação ao seu ritmo de leitura após a implantação do serviço no bairro. Os resultados encontram-se na tabela abaixo:

TABELA 18

Ritmo de leitura após implantação do serviço

RITMO	ENTREVISTADOS	%
Igual	13	03,60
Maior	91	25,21
Muito maior	257	71,19
TOTAL	361	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O número de pessoas que respondeu de forma positiva em relação ao aumento de seu ritmo de leitura é bastante elevado e aponta para um resultado extremamente gratificante em

relação aos objetivos da Biblioteca Móvel. Este aumento do tempo dedicado à leitura revela hábito formado e gosto adquirido, ou seja, o objetivo de disseminar essa atividade junto à comunidade atendida está sendo atingido.

Com relação ao nível de escolaridade do responsável pela família, os resultados obtidos são:

TABELA 19
Nível de escolaridade do responsável da família

NÍVEL	Nº	%
1ª a 4ª	84	23,40
5ª a 8ª	139	38,72
2º grau	107	29,80
Superior	29	08,08
TOTAL	359	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Os percentuais apresentados como resultado desta questão apontam para uma realidade favorável, que é a de indivíduos alfabetizados. Tendo 62,12% de pessoas que completaram o Ensino Fundamental, 29,80% de pessoas que têm o Ensino Médio completo e 08,08% de indivíduos que possuem o curso Superior.

Foram detectados 35 analfabetos entre os familiares dos usuários da Biblioteca Móvel com uma média de idade de 33,12 anos. Esse percentual é elevado em relação ao perfil do usuário padrão formado por crianças em idade escolar. Essa faixa etária revela que os prováveis pais dessas crianças possam ser analfabetos. Atrair-los para o universo da leitura é uma forma de incentivo à alfabetização, serviço que poderia ser intermediado pela Biblioteca Móvel numa campanha a ser desenvolvida e executada pela Biblioteca Pública Municipal.

Para identificar, além do entrevistado, a quantidade de pessoas da família que freqüentam a Biblioteca Móvel os resultados obtidos são:

TABELA 20
Pessoas da família que freqüentam a Biblioteca Móvel

QUANTIDADE	Nº	%
Nenhuma – uma	129*	35,93
Duas	167	46,52
Três – quatro	51	14,21
Mais de quatro	12	03,34
TOTAL	359	100

* indica o próprio usuário

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O maior percentual nesta questão indica que a criança usuária da Biblioteca Móvel sempre vem acompanhada por alguém da família. O número elevado de pessoas que vêm sozinhas também é interessante porque revela um indivíduo que já pode transitar só, ou seja, sem a presença do adolescente, do jovem ou do adulto.

Para conhecer a quantidade de pessoas da família que realizam empréstimos, a tabela seguinte aponta os seguintes resultados:

TABELA 21
Quantidade de Pessoas da família que realizam empréstimo

QUANTIDADE	Nº	%
Nenhuma – uma	142*	39,23
Duas	154	42,54
Três – quatro	47	12,98
Mais de quatro	19	05,25
TOTAL	362	100

* indica o próprio o usuário

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

Essa questão apresenta os mesmos percentuais que a questão anterior e indica algo importantíssimo: o indivíduo que acompanha a criança também faz empréstimos, o que confirma o importante papel do estudante do Ensino Fundamental junto à sua família no que tange à busca de formação / informação e conseqüente transformação de sua realidade social, cultural e até mesmo econômica.

A questão seguinte está relacionada à quantidade de livros lidos da Biblioteca Móvel.

A TAB. 22 revela os seguintes resultados:

TABELA 22
Quantidade de livros lidos

LIVROS	Nº	%
Nenhum	1	0,28
Um – dois	13	3,60
Três – quatro	16	4,43
Cinco – seis	18	4,99
Mais de seis	313	86,70
TOTAL	361	100

Fonte: Pesquisa realizada nos Bairros de Araxá – MG. 2003

O maior percentual se concentra na opção mais de 6 livros lidos. Isso significa que é leitor fiel, freqüente, tendendo a ser cada vez mais exigente quanto à qualidade e diversidade do acervo. Essa questão sugere um cuidado permanente quanto à renovação e ampliação do acervo oferecido pela Biblioteca Móvel, num levantamento de dados que permita a retirada e substituição de obras, de forma que o leitor encontre sempre algo novo, que corresponda também às suas expectativas, preferências e necessidades.

Se considerarmos que a pesquisa foi realizada no terceiro ano de funcionamento da Biblioteca Móvel, a média anual de leitura dos entrevistados foi de dois livros por ano, o que representa um índice superior à média nacional.

6.1.3.5 A Política de Dinamização do Serviço de Extensão

A biblioteca móvel representa uma forma de popularização do livro e da cultura, levando às comunidades deficitárias de bibliotecas fixas fontes de conhecimento, colaborando na realização dos seus empreendimentos, no seu aperfeiçoamento profissional e na utilização das suas horas de lazer.

Conforme o estudo realizado por Targino (1983) sobre a situação brasileira referente ao funcionamento de carros-biblioteca, a autora enfatiza que,

mesmo diante do reconhecimento do alto valor educativo que carro-biblioteca pode assumir, além da compilação de dados estatísticos que se preocupam em registrar número de empréstimos, leitores inscritos, etc, pouco tem sido feito no Brasil visando analisar a atuação, de fato, dos carros-biblioteca espalhados em quase todo o território nacional. De uma forma geral, após a sua implantação, nenhuma análise sistemática é realizada, com a finalidade de avaliar a sua ação e, conseqüentemente, de reestruturá-la, mesmo em fase de dificuldades, tais como:

- a) escassez de verbas próprias que possibilitem a renovação constante da coleção;
- b) deficiência de pessoal técnico e auxiliar, devidamente treinados, para incrementar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da biblioteca móvel;
- c) desconhecimento da realidade específica à qual a biblioteca móvel está vinculada. (TARGINO,1983, p. 66).

Para a autora, traçar uma política de dinamização do serviço visando ao uso dos carros-biblioteca como instrumento de ação cultural é uma medida que se faz necessária em todas as localidades do país. Ao dinamizar a sua atuação através de um trabalho feito com a comunidade, e não para ela, o carro-biblioteca, além do atendimento às populações

não beneficiadas pelas bibliotecas públicas, concorrerá para o desenvolvimento do nível cultural dessas populações.

Diante da realidade da Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” de Araxá - MG, faz-se necessário o estabelecimento de uma política de dinamização, visando ao uso desse veículo como instrumento dinâmico e, conseqüentemente, de ação cultural.

Para a consecução deste objetivo é condição prioritária dotar a biblioteca móvel de uma infra-estrutura satisfatória e adequada, o que pressupõe as seguintes providências:

- a) levantamento do acervo, visando à seleção do material que deve ser restaurado ou descartado;
- b) levantamento do material permanente e equipamentos existentes, visando à seleção do material que deve ser reformado ou eliminado;
- c) aplicação de questionário ou contatos diretos e informais com os membros da comunidade, visando determinar suas necessidades de leitura e informação;
- d) aquisição de material bibliográfico e audiovisual com base nos resultados dos contatos feitos anteriormente;
- e) aquisição do material permanente e equipamentos necessários à melhoria do serviço;
- f) ampliação do quadro de pessoal no atendimento aos usuários e desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura;
- g) treinamento do pessoal destinado a atuar na biblioteca móvel, através de Cursos de Animação Cultural que possibilitem a atuação dos mesmos como animadores;

h) revisão do Regimento, Normas Internas e elaboração do Manual de Serviço, documentos estes indispensáveis ao funcionamento da biblioteca móvel; definição de atribuição dos seus responsáveis e, principalmente, continuidade dos serviços iniciados;

i) manutenção periódica dos equipamentos de informática (*Notebook* e impressora) ;

j) revisão periódica dos equipamentos elétricos (gerador de energia, ar condicionado, iluminação, som , tv e vídeo);

k) instalação elétrica, nos pontos de atendimento, não contemplados;

l) manutenção do veículo (mecânica, pintura interna e externa, assoalho, teto, toldo, etc)

m) reforma dos mobiliários (armários, balcões, assentos, estantes, arquivos, mesas e cadeiras,)

n) reorganização dos catálogos de uso interno e reativação das base de dados do acervo e do serviço de empréstimo automatizados.

o) contato com instituições nacionais (Ministério da Cultura, através da Secretaria do Livro e da Leitura) e empresas locais, visando ampliar a coleção e desenvolver atividades com a comunidade;

p) renovação e ampliação de Convênios com as instituições parceiras;

q) programação de atividades culturais realizadas com a orientação dos bibliotecários e participação direta dos membros da comunidade, tanto no planejamento quanto na execução, pois quanto maior o envolvimento e a identificação, maior será a aceitação.

7 A BIBLIOTECA MÓVEL NO BALANÇO SOCIAL DO UNIARAXÁ

Na publicação do primeiro Balanço Social 2004, o pronunciamento da Reitora do Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ deixa claro o compromisso e a responsabilidade social da Instituição:

O UNIARAXÁ entende que uma das dimensões de sua atuação é o seu relacionamento com a comunidade local e regional, justificativa de sua participação ativa nos problemas sociais, com investimentos e iniciativas ligados à Educação e, conseqüentemente, à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Sua responsabilidade primeira, entretanto, está presente no compromisso inegociável com a qualidade dos que aqui se formam, no empenho em conduzir a pesquisa ao patamar de ciência e tecnologia de modo a garantir condições crescentes de soberania ao país no macro cenário, e na disposição de aproximar o conhecimento aqui produzido das práticas e demandas sociais do contexto em que está situado. Ea sua responsabilidade tem sido exercida de forma ampla, pois se concretiza também nas causas imediatas, detectadas por diagnósticos ou interlocução de lideranças e ong's que atuam na área. Essa atitude tem-lhe apontado a direção para encontrar a melhor maneira de contribuir com as causas que abraça. Busca parcerias para o enfrentamento de questões sociais e acredita que o sucesso é possível somente a partir de uma conjugação integrada de esforços. Todos têm que estar alinhados para a superação dos inúmeros desafios. Entende que uma atuação ética e direcionada para o foco das demandas sociais promoverá, em médio prazo, ganhos substantivos para a própria imagem institucional, resultado este naturalmente conseqüente para qualquer outra entidade com procedimento semelhante. Manter acesa essa esperança, sobretudo quando os tempos teimam em permanecer sombrios, é a maior de suas responsabilidades. A estas, de coração e alma, nos associamos. (RIBEIRO, 2004, p.3)

Ao abordar as ações de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior, Gomes (2005) enfatiza em sua dissertação de mestrado que as mesmas precisam estar comprometidas e dar o exemplo de executar outras ações além de formar profissionais para o exercício de suas atividades, como também de gerar riqueza, emprego, remunerações, impostos, etc para o desenvolvimento sustentável e o bem estar das pessoas e da sociedade como um todo.

Petrelli²² (2004, *apud* Gomes, 2005, p.31) comenta que diversas universidades desenvolvem ações voltadas para o social, contribuindo não só para formação de profissionais para o mercado de trabalho, mas também para a formação do ser humano em sua totalidade,

²² PETRELLI, Cristina Melim. O balanço social como ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 33, n. 146, maio/jun.2004.

incentivando seus alunos à cidadania e à adoção de valores humanitários, éticos e morais. E que, ao mesmo tempo, essas instituições desenvolvem e colocam em prática projetos de reflorestamento ambiental, de atendimento médico, odontológico e psicológico para comunidades carentes, de capacitação e atualização para professores dos ensinos médio e fundamental, dentre outras ações que propiciam atendimentos desde a criança nos seus primeiros meses de vida até a terceira idade. Desta forma é iminente a necessidade de adoção de meios, como o Balanço Social, para trazer à tona o trabalho que está sendo desenvolvido nas instituições de ensino enquanto promotoras da cidadania, da saúde, do bem-estar, enfim, da melhoria do ser humano e do seu meio, em todos os aspectos.

Dentre as parcerias estabelecidas para o enfrentamento de questões sociais, destaca-se a Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” que se integra às ações sociais do UNIARAXÁ, como um instrumento de acesso à leitura e à informação às comunidades da periferia, na grande maioria, excluídas pela ausência destes direitos fundamentais que lhes garantam o exercício pleno da cidadania.

7.1 A Dinâmica Cultural da Biblioteca

Difícilmente se divulgam na imprensa notícias que dão conta de que bibliotecaspúblicas vêm deixando de ser apenas um centro de leitura para se tornarem um espaço culturalmais amplo, abrangendo exposições de arte, exhibções de filmes, palestras, lançamento de livros etc. Por outro lado, são do conhecimento geral, e profundamente lamentáveis, as dificuldades que nossas bibliotecas enfrentam no seu funcionamento do dia-a-dia: barreiras quase intransponíveis de infra-estrutura, de pessoal, de atualização de acervo, etc.

Numa abordagem da biblioteca direcionada ao lazer, Marcellino (2002) comenta que, embora sejam raras as reportagens sobre a dinamização de bibliotecas, são animadoras para o

campo da educação de modo geral, e em especial para a área do lazer, principalmente se levarmos em conta que poucas bibliotecas públicas de que dispomos podem ser caracterizadas pela ênfase, ou quase exclusivamente, no atendimento de interesses marcados pela obrigação, seja escolar ou profissional. Nesses casos, as tentativas de considerar a biblioteca também como um equipamento de lazer ficam restritas a promoções esporádicas e, na maioria das vezes, sem vinculação com suas atividades específicas.

Na opinião do autor, as bibliotecas podem e devem ser consideradas também como equipamentos especializados de lazer, ligados à satisfação de interesses intelectuais e artísticos, nos gêneros da prática, da fruição e do conhecimento. Isso em qualquer situação social. Entretanto, uma série de fatores contribui para aumentar a importância da consideração dessa possibilidade: as deficiências e lacunas na formação do gosto pela leitura; as dificuldades de participação no processo de criação cultural e no próprio acesso à produção; a carência de experiências sistemáticas que possam refletir no processo de animação cultural, buscando a integração da educação formal e não-formal etc.

Ao serem dinamizadas, as bibliotecas ultrapassam a função tradicional e passam a incorporar-se também como equipamento especializado em lazer, o que significa sair da sua condição de depósito de livros e tornar-se um centro cultural, que reflete e tem reflexos na comunidade na qual está inserida. Nesse aspecto, é essencial que o componente lúdico seja levado em consideração na forma de desenvolvimento das atividades.

No entanto outros interesses no lazer podem ser utilizados, como as atividades sociais, manuais, físicas, que farão parte de programações amplas, fixas ou especiais, de acordo com as características do público. O ponto de partida ou de chegada de cada atividade, em termos práticos, deverá ser a leitura: a formação, ampliação ou exercício do gosto pela leitura. Dentro dessa perspectiva, as atividades da biblioteca auxiliarão o desenvolvimento do duplo aspecto educativo do lazer – veículo e objeto de educação. Educando para e pelo lazer, a animação

cultural na biblioteca estará contribuindo para a aproximação do seu espaço, acervo e atuação com a população, dinamizando suas atividades e, assim, dando oportunidades informais para a formação e ampliação do gosto pela leitura.

Diante do quadro atual em relação à deficiência das bibliotecas escolares e à falta de pessoal habilitado para torná-la um espaço vivo dentro da escola, o serviço de extensão da Biblioteca Pública surge como uma alternativa para minimizar o problema, podendo esse integrar-se ao planejamento pedagógico e aos programas curriculares das escolas e, assim, desenvolver junto da comunidade escolar atividades culturais de incentivo à leitura de forma lúdica e prazerosa.

7.2 O Programa de Incentivo à Leitura: a biblioteca vai à escola

No ano de 2002, através da parceria entre a Biblioteca Pública Municipal e o Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ, criou-se o Programa “Embarque nas Letras: a biblioteca vai à escola”. É uma ação extra-curricular que visa aproximar a Escola da Biblioteca, contribuindo para o enriquecimento dos conteúdos curriculares e o desenvolvimento cultural das crianças, através da dinamização de atividades de incentivo à leitura.

De acordo com o cronograma estabelecido, a escola recebe, mensalmente, a visita da Biblioteca Móvel a qual desenvolve atividades em várias modalidades – contação de histórias, representação teatral, recital de poesias, teatro de fantoches, etc. Durante as atividades, procura-se envolver o maior número possível de alunos e professores uma vez que os temas trabalhados são planejados junto à equipe da escola, visando ao enriquecimento dos conteúdos curriculares.

A Escola Municipal de Aplicação “Lélia Guimarães” foi escolhida para dar início ao Programa por esta ser uma escola experimental que funciona junto ao *Campus* do UNIARAXÁ.



FIGURA 6 – Atividades de incentivo à leitura no *Campus* do UNIARAXÁ

Durante esses três anos, a experiência de levar a Biblioteca Móvel à escola tem sido uma atividade de prazer constante junto às crianças que aguardam ansiosas o dia da sua visita.

Atualmente, o projeto está sendo reestruturado, objetivando ampliar o seu atendimento às demais escolas do Município. Em 2004, o programa atendeu algumas Creches do Município, tendo como alvo as crianças de zero a seis anos.

Vale ressaltar que o sucesso, a continuidade e a perspectiva futura de ampliação desse programa deve-se ao compromisso e envolvimento da equipe de profissionais da Biblioteca Pública, das Escolas Municipais e do UNIARAXÁ.

7.3 O Acesso à Justiça e à Cidadania

Na concepção de Cesar (2002), é preciso que haja um esforço no sentido de trabalhar o acesso à justiça como um direito fundamental do cidadão, um direito diretamente implicado na concepção de cidadania plena. Para o autor, não se pode falar em cidadania integral como a efetivação de direitos individuais e coletivos, sem ter como premissa a garantia do acesso a uma ordem jurídica justa de mulheres e homens. Na sua observação, o acesso não se restringe tão - somente “(...) aos meios formais e seus atos normatizados, no interior e como manifestação do poder do Estado. A efetiva concretização da cidadania somente será possível se reconhecidos também meios alternativos de produção normativa e conseqüente resolução de conflitos, não estatais, informais, plurais e comunitários”. (CESAR, 2002 *apud* WOLKMER, 2002 p. 9)

A atual época caracterizada pela desumanização, a luta por reconhecimento, garantia e efetivação dos direitos dos cidadãos torna-se uma das condições fundamentais para o exercício de uma verdadeira cidadania no espaço de um Estado democrático de Direito.

Existe uma certa ambivalência que cerca o exercício da cidadania nas diferentes fases da história do país. De um lado, a identificação da cidadania com discurso jurídico – formal vinculado à tradição liberal – individualista e à prática política de concessão e de exclusão das elites; de outro, a percepção mais recente dos avanços, alargamento e concretização da cidadania na convivência crescente com processos descentralizados, participativos e informais.

O autor assegura o caráter imperioso de se buscar uma nova cultura jurídica, pautada pela humanização e pela modificação dos instrumentos de acesso à justiça e de resolução dos conflitos.

Existem várias limitações que impedem um efetivo acesso à justiça dentre elas a morosidade dos procedimentos, a ineficácia das decisões, os elevados custos das ações que acabam afastando a população dos tribunais, privando-a, na maioria das vezes, de seus direitos mais fundamentais, muitos dos quais normatizados nas constituições Federal e Estaduais e nas legislações contidas nos códigos.

Segundo Nalini (2004) a principal razão da falta de acesso à justiça é o crescimento contínuo e angustiante da legião dos excluídos. Afirma-se que um terço dos brasileiros estão situados abaixo da linha da pobreza. A marginalidade sempre está acompanhada da doença, da ignorância e do desalento. Inúmeros brasileiros não conhecem os seus direitos e se acostumaram com a subsistência indigna, à margem da vida, desprovidos de todos os bens, principalmente, da esperança, de projeto e qualquer perspectiva de inclusão. Ao se depararem com a inevitável necessidade de lutar por um prato de comida, um espaço sossegado para dormir, recorrer à Justiça humana parece algo irrealizável, sofisticado e completamente ficcional.

O autor considera que um outro fator frustrante do acesso à Justiça é a necessidade de um profissional que detém o monopólio do conhecimento jurídico. Isto revela que no Brasil, é impossível chegar ao juiz, sem a intermediação do advogado. “Verdade que a Constituição assegurou a todos a assistência jurídica integral e gratuita. E que o Brasil possui cerca de um milhão de advogados, produzidos aos milhares a cada semestre, pelas 828 faculdades de Direito recentemente instaladas”.(NALINI, 2004, p.14). Entretanto, não é por falta de advogado que o excluído não chega ao Judiciário, mas pela dificuldade de acesso ao advogado. As pessoas que já passaram pela burocracia das repartições públicas e depararam com as enormes filas que se formam desde a madrugada para a obtenção de senha, podem avaliar o desconforto de quem necessita defender os seus direitos junto ao Fórum.

A pobreza é um fator que dificulta a comunicação e impede a locomoção do indivíduo até o local onde terá o encontro com o seu advogado. Além de esperar várias horas pelo atendimento, muitas vezes o indivíduo não consegue ser atendido pelo profissional e, nem sempre, o seu inconformismo é compreendido, pois o problema apresentado poderá ser mais eficazmente tratado no âmbito da Assistência Social, ou no Setor de Saúde Pública ou no Departamento de Saúde Mental.

Considera-se que as pessoas simples não se sentem à vontade no ambiente forense. Ele é solene, assustador, totalmente insólito para quem se aflige com aquilo que considera uma injustiça.

Um outro obstáculo é a própria linguagem forense a que as pessoas se dispõem a litigar. O tecnicismo e a sofisticação vernacular do profissional jurídico são ininteligíveis. Além de um idioma incompreensível, existe um rito que se preordena a amedrontar a parte.

Diante do estado de abandono dos excluídos, é emergente que se criem meios alternativos de acesso à justiça para a resolução de conflitos.

A implantação de instâncias informais de solução de controvérsias representa uma forma de desburocratizar a justiça, além de proporcionar ao cidadão comum mais descontração ao entrar em um ambiente diferente do recinto forense, a linguagem mais acessível, maior agilidade no procedimento e, finalmente, a gratuidade e a desnecessidade de fazer-se acompanhar por advogado.

Ao referir-se aos meios alternativos de solução de conflitos (WATANABE²³ *apud* CESAR, 2002, p. 127) ressalta como incumbência do Estado organizar, ao lado dos mecanismos tradicionais e formais já existentes, todos os meios alternativos, não necessariamente no interior do Poder Judiciário podendo também,

²³ WATANABE, Kazuo. Acesso á justiça e a sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coord..). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.p.128 e 135.

ficar a cargo de entidades públicas não pertencentes ao Judiciário (v.g., Ministério Público, Ordem dos Advogados, PROCON, Defensoria Pública, Procuradoria de Assistência Judiciária, Prefeituras Municipais), e até de entidades privadas (v.g., sindicatos, comunidades de bairro, associações civis), estimulando sua criação e controlando-os, pois o perfeito desempenho da Justiça dependerá, doravante, da correta estruturação desses meios alternativos e informais de solução de conflitos de interesses. (GRINOVER²⁴; *apud* CESAR, 2002, p.127)

Em relação aos órgãos de proteção e defesa dos consumidores - PROCONS, importante papel podem exercer através da celebração de acordos, resolvendo litígios relacionados a relações de consumo.

Os movimentos populares e suas organizações representam um exemplo de espaço alternativo de solução de controvérsias. Uma manifestação de que o Estado não detém a exclusividade na produção do direito e distribuição da justiça é a existência das Associações de Moradores das favelas do Rio de Janeiro, aplicando um direito inoficial, funcionando como instâncias de resolução de conflitos entre vizinhos. (MARINONI²⁵, *apud* CESAR, 2002, p.128)

Como alternativas de resolução de conflitos,

os seguintes procedimentos auto-reguláveis que podem emergir e ser aplicados por uma pluralidade de atores sociais, associações comunitárias e demais corpos intermediários, subsistindo espontaneamente com relativa autonomia frente à vontade estatal e independente do Direito Positivo oficial: (...) novas modalidades não institucionais de mediação, conciliação, júzoes arbitrais e júri popular; formas não convencionais, ampliadas e socializadas de juizados especiais de pequenas causas; extensão e fragmentação de comitês ou conselhos populares de justiça; criação de tribunais de bairros, de vizinhança e justiça distrital. (WOLKMER²⁶, *apud* CESAR, 2002, p. 128)

²⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini. A conciliação extra-judicial no quadro participativo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMERCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coord.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. p. 281.

²⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil: o acesso á justiça e os institutos fundamentais do direito processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

²⁶ WOLKMER, Antônio. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.

Vários são os caminhos alternativos a trilhar na efetivação da ordem jurídica justa, seja na instrumentalização de meios de resolução de controvérsias ainda inertes, seja na produção criativa de novos direitos e novos mecanismos de pacificação e harmonização social, transcendendo os limites da administração da justiça estatal e exercitando integralmente a cidadania dos sujeitos individuais, coletivos e comunitários.

7.4 A Informação Jurídica

De acordo com Marques Júnior (1997), antes de identificar e analisar as fontes de informação, é importante refletir sobre o papel das leis na sociedade contemporânea uma vez que as mesmas interferem direta ou indiretamente na vida das pessoas, seja física ou jurídica.

O dia-a-dia das pessoas e das organizações, desde as suas atividades mais simples até as mais complexas, é constantemente afetado e determinado por uma série de regras as quais se justificam pela própria necessidade de limites para o convívio social. Essas regras – as leis – são discutidas, estabelecidas, modificadas ou questionadas através de um sistema de decisões políticas e jurídicas, no qual se pressupõe a participação e respeito aos interesses da coletividade.

A partir do momento em que a unidade móvel de biblioteca disponibiliza o seu espaço para o serviço de informação jurídica, é necessário que a mesma cumpra o seu papel de organizar e disseminar as fontes de informação da área, mesmo que nesse tipo de serviço predomine o atendimento oral. Para tanto, é necessário que o bibliotecário conheça a natureza dessa documentação de forma que, nas suas atividades, consiga identificar, com facilidade, os ramos pertinentes à área bem como as especificidades dos assuntos.

Uma vez constituído o acervo jurídico, na unidade móvel, os estagiários e demais pessoas envolvidas no atendimento, poderão consultar diretamente as fontes legais,

facilitando, inclusive, o trabalho de redação das peças processuais a serem encaminhadas à supervisão da SAJ do Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ e posteriormente à Justiça.

De acordo com Jacintho (1988), o Direito está dividido em dois troncos principais: o Direito Público e o Direito Privado. O Direito Público compreende as relações dos Estados (nações) entre si e as do Estado (nação) com as pessoas ou indivíduo. O Direito Privado compreende as relações jurídicas entre pessoas físicas e pessoas jurídicas. Do tronco principal do Direito Público, destacam-se os seguintes ramos do Direito: o Internacional Público, o Constitucional, o Penal ou Criminal, o Tributário ou Fiscal, o Processual ou Judiciário e o Administrativo. Do tronco principal do Direito Privado, destacam-se os seguintes ramos do Direito: o Internacional Privado, o Civil, o Comercial e o do Trabalho.

Com relação aos tipos específicos de documentos jurídicos, Guimarães (1993) faz uma analogia, citando outros documentos de uma área especializada, como por exemplo, os mapas, as partituras musicais ou as fórmulas de química, em relação ao Direito, que é constituído por textos de lei, pareceres e acórdão de jurisprudência. Marques Júnior, (1997, p. 165-171) citando vários autores define as fontes de informação jurídico-legislativa como sendo agrupadas em três categorias básicas: legislação, jurisprudência e doutrina.

- **Legislação**

É representada pelo conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente. Enquadram-se nesse âmbito, hierarquicamente:

- a. Constituição: “conjunto de normas fundamentais, constantes de documento escrito, solene e inalterável por lei ordinária, reguladoras da própria existência do Estado, de sua estrutura, órgãos e funções, do modo do exercício e limites da soberania,

dos seus fins e interesses fundamentais, das liberdades públicas, direitos e deveres dos cidadãos” (FARHAT, 1996);

- b. Emenda Constitucional: “texto que altera, em geral parcialmente, disposições da Constituição vigente, a fim de torná-la mais viável, ou de incorporar-lhe disposições apropriadas ao desenvolvimento técnico e social da Nação” (ATIENZA, 1979);
- c. Lei Complementar: “ato normativo que visa a dar desdobramento disciplinar a preceito da Constituição que não seja auto-aplicável” (MINAS GERAIS, 1997);
- d. Medida Provisória: “ato normativo expedido exclusivamente pelo Presidente da República, em caso de urgência e relevância, com força de lei, submetido de imediato ao Congresso Nacional, com perda de eficácia, desde a edição, se for convertido em lei no prazo de trinta dias contados de sua publicação” (MINAS GERAIS, 1997);
- e. Lei Ordinária: qualquer “norma jurídica elaborada pelo Poder Legislativo em sua atividade comum e típica”(MINAS GERAIS, 1997);
- f. Lei Delegada: “lei elaborada pelo Chefe do Executivo, por delegação expressa do Poder Legislativo, mediante resolução que especifica o conteúdo e os termos do exercício dessa prerrogativa” (MINAS GERAIS, 1997);
- g. Decreto: “ato legislativo de competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais, previstas de modo explícito ou implícito pela legislação (MINAS GERAIS, 1997).

- **Jurisprudência**

É representada pelo conjunto das decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanada de determinada corte ou instância de julgamento, bem como, por extensão, da documentação relativa ao processo de tomada dessas decisões.

Inclui os seguintes tipos de documentos básicos, cujas definições são apresentadas por SILVA (1987):

- a. Ação: “direito que têm as pessoas (físicas ou jurídicas) de demandar ou pleitear em juízo, perante os tribunais, o que lhes pertence ou o que lhes é devido”;
- b. Sentença: “decisão, resolução ou solução dada por uma autoridade a toda e qualquer questão submetida à sua jurisdição”;
- c. Recurso: “provocação a um novo exame dos autores para emenda ou modificação da primeira sentença [através de encaminhamento da questão] ao próprio juiz, a outro juiz ou ao tribunal..”, podendo assumir, de acordo com a decisão, diferentes formas, tais como: apelação, embargo, agravo, revista, recurso extraordinário etc;
- d. Acórdão: “resolução ou decisão tomada coletivamente pelos tribunais de justiça”.

- Doutrina

É representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialista na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc.

Essa literatura, além de constituir espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais, servindo como embasamento teórico para a própria atuação jurídico-legislativa.

7.5 As Fontes de Informação Jurídica

Marques Júnior (1997) ressalta que para atender ao princípio de publicidade dos atos normativos e jurídicos, os poderes do Estado, em seus diferentes níveis, mantêm publicações oficiais editadas periodicamente, as quais constituem fonte primária de acesso a informações de caráter legal. Essas publicações, por sua vez, apresentam dificuldade de manuseio e de localização de informações, em detrimento do seu volume, da falta de instrumentos específicos para recuperação, da diversidade de atos legais, das condições de legibilidade etc. Para viabilizar o acesso a essas informações, várias fontes secundárias têm surgido sob forma impressa ou eletrônica, voltadas para um ou diversos aspectos da área jurídica, seja por tipo de documento, ou por especialidade do direito.

Dentre as várias fontes secundárias de informação na área jurídico-legislativa, algumas foram apresentadas e analisadas no estudo realizado por Marques Júnior (1997), o qual não teve a pretensão de ser exaustivo, adotando os seguintes critérios de seleção:

- Foram incluídas apenas as fontes de informação correntes, ou seja, com processos permanentes de atualização;
- Foram incluídas apenas as fontes aplicáveis ao Brasil como um todo ou, em alguns casos, ao Estado de Minas Gerais.

1. Legislação: processo legislativo

Para o acompanhamento da tramitação de matérias no Congresso Nacional pode ser usado o banco de dados Matérias em Tramitação - MATE, disponível através de acesso remoto ao Sistema de Informação do Congresso Nacional, mantido pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - SICON/PRODASEN. Essa base

contém informações sobre as diversas ações legislativas sofridas por determinada proposição, revelando seu estágio atual e permitindo consultas por assunto, autoria, etc.

Em nível estadual, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais dispõe também de um banco de dados para controle da tramitação de matérias - MATE-MG, o qual pode ser consultado diretamente pelo Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC, ou remotamente, por meio da opção Produção Legislativa, disponível no sistema Assembléia *On Line*.

2. Normas Jurídicas

A legislação federal brasileira pode ser recuperada através do banco de dados *Normas Jurídicas* - NJUR, também disponível no SICON/PRODASEN. Esse banco contém basicamente dados referenciais sobre todos os atos normativos de hierarquia superior (até o nível de decreto), a partir de 1946, e de algumas normas abrangentes, de hierarquia inferior, além do texto integral de normas (Constituição, CLT, etc), permitindo pesquisas por assunto, data, tipo de normas, etc.

O Estado de Minas Gerais conta com um banco similar para controle da legislação estadual, denominado Normas Jurídicas de Minas Gerais - NJMG, contendo dados referenciais das normas de hierarquia superior promulgadas a partir de 1947. O acesso a esse banco de dados pode ser feito através de contato com o Centro de Atendimento ao Cidadão, mantido pela Assembléia Legislativa do Estado. Uma outra opção de acesso, no plano estadual, é o Banco de Informações *Online* - BI *Online*, embora restrito às áreas de direito tributário, trabalhista e previdenciário.

Quanto aos serviços eletrônicos produzidos comercialmente, destacam-se a Legislação Informatizada Saraiva - LIS, disponível em CD-ROM, atualizada bimestralmente, contendo o texto integral e consolidado de toda a legislação federal. Nessa mesma linha, o Diário Oficial Informatizado - DOI, também disponível em CD-ROM. Outra opção refere-se à

disponibilidade de serviços de acesso à legislação federal via *Internet*, como por exemplo, a *home page* do CD-GRAF que contempla diversas áreas do Direito (comercial, eleitoral, civil, administrativo, trabalhista, tributário etc), além de oferecer textos de normas básicas (Constituição, códigos, etc.).

3. Publicações avulsas

Referem-se às normas que, por sua importância, são editadas na forma de livros, tais como: constituições, códigos, consolidações etc.

4. Índices e ementários

São publicações editadas periodicamente, contendo o texto integral da legislação, acompanhado de índices remissivos. Em nível federal, destacam-se: Lex Federal, disponível também em CD-ROM, e Boletim Legislativo ADCOAS, com cobertura a partir de 1968. Quanto à legislação mineira, destaca o Boletim Solo de Legislação, cujo início sedeu em 1990.

5. *Vade mecum*

Publicação contendo o texto de normas básicas, geralmente voltadas para determinada área jurídica, atualizadas periodicamente por meio de encartes ou fascículos. Ex: Mecum Jurídico Atualizável, publicado pela Editora Síntese.

6. Periódicos especializados

Publicações editadas periodicamente e normalmente ligadas a áreas específicas do Direito, dedicadas integralmente, ou através de seções próprias, à divulgação da legislação referente às suas especialidades, como por exemplo:

- Direito Tributário, IOB – Informações Objetivas
- Direito do Trabalho: Revista LTR – Legislação Trabalhista

- Direito Administrativo: Boletim de Direito Administrativo, o Boletim de Direito Municipal e o Boletim de Licitações e Contratos.

7. Jurisprudência

Grande parte dos órgãos judiciários dispõe de informações contidas nos banco de dados, facilitando o acompanhamento de processos em tramitação e das decisões ou acórdãos emanados dos tribunais brasileiros.

Na esfera federal, a disponibilização dessas informações tem ocorrido por meio de diferentes fontes, entre elas o acesso via *Internet* às *home pages* dos principais tribunais brasileiros, a edição regular de CD-ROMs e de publicações periódicas na forma impressa.

No banco de dados Jurisprudência - JURI, disponível através de consulta remota ao SICON/PRODASEN, encontram-se os dados referenciais com diversos recursos de pesquisa, relativos aos atos jurídicos das cortes federais (Supremo Tribunal Federal – STF, Superior Tribunal de Justiça – STJ, Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Tribunal Superior do Trabalho – TST, Superior Tribunal Militar – TSM e Tribunais Regionais Federal).

Da mesma forma que a legislação, os atos jurisprudenciais dos tribunais federais também se encontram disponíveis através de serviços comerciais publicados na forma impressa, bem como de seções específicas em periódicos técnicos. Alguns serviços comerciais impressos podem ser citados, como, por exemplo, o Boletim de Jurisprudência ADCOAS, da Editora Esplanada, a revista Ciência Jurídica, publicada pela Nova Alvorada Edições, e a LEX – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Regionais Federais, da LEX Editora.

Em nível estadual, além dos periódicos oficiais editados pelos tribunais mineiros, ressalta-se o acesso remoto às informações do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, no qual tornam-se possíveis o acompanhamento de processos e a recuperação da jurisprudência daquele órgão judiciário.

1. Doutrina

A doutrina é composta por publicações técnicas e encontra-se dispersa, tornando-se mais complexa a identificação e recuperação.

O banco de dados BIPE é uma das poucas fontes existentes e com relativa atualização. É também integrante do SICON/PRODASEN, onde se encontram referências de textos técnicos na área de Direito, sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos etc, disponíveis no acervo das bibliotecas que compõem a rede do Sistema de Informação do Congresso Nacional. Uma das opções para a pesquisa retrospectiva seria a Bibliografia Brasileira de Direito, publicada pelo IBICT e interrompida em 1987.

Na opinião de Marques Júnior (1997) existe uma grande disponibilidade de títulos de publicações periódicas, na área do Direito num todo e nos ramos específicos, e torna-se inviável mencioná-los, mas é possível acompanhar as contribuições teóricas e doutrinárias pertinentes.

7.6 A Biblioteca Móvel como Alternativa de Acesso à Informação Previdenciária e Jurídica

Após dois anos bem sucedidos de funcionamento da Biblioteca Móvel, levando e emprestando livros às mais distantes comunidades da periferia, surge a motivação de ampliar o leque de atendimento, disponibilizando serviços de informações úteis capazes de esclarecer,

orientar e encaminhar os cidadãos aos órgãos responsáveis pela resolução de determinados problemas.

Antes de realizar um diagnóstico das reais necessidades de informação das comunidades, a Biblioteca Pública propôs uma parceria com a Agência da Previdência Social e essa Instituição disponibilizou uma assistente social e uma estagiária para acompanharem o itinerário da Biblioteca Móvel nos bairros mais carentes. Inicialmente, foi realizada uma divulgação nas rádios da cidade, informando os dias e horários de atendimento da Previdência nos bairros.

Essa foi a primeira tentativa de estender o serviço da Biblioteca Móvel, visando a esclarecer os direitos e deveres previdenciários. No período de fevereiro a dezembro de 2001, a equipe do Programa de Estabilidade Social acompanhou o itinerário da unidade móvel, realizando 81 visitas nos bairros mais distantes como: Abolição, Ana Pinto de Almeida, Boa Vista, Santo Antônio, Padre Alaor, Tiradentes e Vila Silvéria.

O atendimento à população era realizado individualmente, conforme mostra o ANEXO L, nos pontos de parada sob a proteção de um toldo e algumas mesas colocadas do lado de fora do ônibus-biblioteca.

Durante o período de atendimento da Previdência Social nos bairros, além das informações necessárias à filiação como um ato consciente de proteção ao trabalhador e sua família, foram registrados vários atendimentos referentes às seguintes questões :

- aposentadoria por idade, invalidez e por tempo de contribuição
- auxílio-doença
- salário-maternidade
- salário-família
- auxílio-acidente

- auxílio-reclusão
- pensão por morte

Estima-se que cerca de 640 casos tenham sido estudados e orientados pela equipe. A meta seguinte seria expandir o trabalho à comunidade rural – Distrito de Itaipu e, através de treinamentos com agentes comunitários, formar elementos multiplicadores das informações previdenciárias.

A segunda tentativa de ampliar o atendimento da Biblioteca Móvel aconteceu através do contato direto com a Coordenação do Serviço de Assistência Judiciária do UNIARAXÁ, vislumbrando a possibilidade de firmar um convênio que estabelecesse a atuação de estagiários do Curso de Direito para o atendimento jurídico na unidade móvel.(ANEXO G)

De acordo com o Projeto de Atividade Complementar, ANEXO F, o SAJ-Itinerante cumpre a importante função de prestar assistência judiciária gratuita à comunidade carente, impossibilitada de pagar as despesas processuais e honorários advocatícios, ou seja, aquele cidadão que procura o serviço e que comprove ser carente de recursos financeiros não arca com quaisquer despesas para a propositura de ações.

As ações propostas e/ou orientações abordam vários assuntos como: ações de indenização, pensão alimentícia, cobrança, reconhecimento de paternidade, separação, divórcio, ações criminais (Juizado Especial Criminal), regulamentação de guarda e visitas, alvará judicial, reparação de danos, inventário, retificação de registro civil, indenização por benfeitorias, usucapião, interdição, problemas de vizinhança e outras mais.

Conforme o Balanço Social 2004, o Serviço de Assistência Judiciária Gratuita tem alcançado os objetivos propostos, tendo como resultado o aumento considerável do número de atendimentos à comunidade carente, de ações ajuizadas, como também o aprendizado do aluno-estagiário, pela prática efetiva da advocacia associada à teoria. Quanto ao número de

atendimentos, no primeiro semestre de 2004, o público atingido foi de 370 pessoas e, no 2º semestre de 2004, 303 pessoas.

Diante dos resultados alcançados, a implantação do Serviço de Assistência Judiciária – SAJ- Itinerante, na Biblioteca Móvel, torna-se necessária, considerando a oportunidade de ampliação do atendimento à população da periferia que, na grande maioria, não usufrui dos benefícios pela distância ou pelo próprio desconhecimento do serviço. Além disso, o contato direto do aluno-estagiário com grupos de indivíduos mais necessitados contribui para a formação de profissionais sensibilizados e voltados aos interesses das classes sociais desprovidas de seus direitos de cidadania.

De acordo com as fichas de atendimentos ao cidadão, ANEXO K, no período de 07/06/2001 a 19/07/2001, 10 (dez) estagiários participaram do Projeto (ANEXO I). Nesse período, foram realizados 18 (dezoito) atendimentos, sendo os mesmos relacionados a:

- financiamento da casa própria
- pensão alimentícia ****
- indenização por acidente de trabalho **
- encaminhamento de denúncia ao Juizado de Menores
- locação de imóvel
- separação consensual
- investigação de Paternidade ***
- intimação por falso testemunho nas declarações perante o Juiz
- procedimentos de Registro de instituição sem fins lucrativos
- insalubridade no Trabalho

Obs: onde se lê - ** = dois atendimentos; *** = três atendimentos; **** = quatro atendimentos

No período em que foi estabelecida a parceria entre as instituições, a proposta foi analisada pelos gerentes e coordenadores, sendo considerada viável e condizente com o cumprimento da missão de ambas as instituições. O QUADRO 2 mostra as principais vantagens do trabalho em parceria.

QUADRO 2

Vantagens do trabalho em parceria

Instituição	Biblioteca Pública
Oportunidade de cumprimento da responsabilidade social	Cumprimento da função informacional Oferta à comunidade de serviços essenciais à cidadania além da leitura.
Oferta de infra-estrutura e recursos ao atendimento à comunidade	Ampliação dos laços de parcerias em um trabalho multidisciplinar
Descentralização dos serviços	Criação na comunidade de uma cultura informacional
Agilidade dos processos apresentados	
Divulgação da imagem da instituição	

Embora o serviço tenha tido uma boa repercussão na sociedade, alguns fatores contribuíram para a interrupção dessa atividade, considerando a carência de pessoal na Agência da Previdência Social e a dificuldade de manter, permanentemente, um funcionário fora do local de trabalho. Com relação à assiduidade dos estagiários do Curso de Direito, ANEXO J, por ser uma atividade voluntária, esses acabavam optando por ofertas de estágios remunerados.

A responsabilidade e o compromisso social de uma instituição, como a Biblioteca Pública, tornam-se maiores, quando ocorre a provisão de benefícios e esses não são mantidos,

causando o descrédito e a frustração daqueles que, inúmeras vezes, já foram vítimas de promessas não cumpridas.

Acredita-se que através de um estudo é possível revitalizar essa atividade, de forma planejada e estruturada, demonstrando que a Biblioteca Pública pode ser uma força vital na vida da comunidade, fornecendo informação gratuita e encaminhando os cidadãos às fontes adicionais de informação e auxílio; que a biblioteca pode se adaptar às maneiras não tradicionais para atender às necessidades daqueles que não haviam previamente feito uso dos seus serviços, nem tinham tido qualquer experiência ou conhecimento do papel que a biblioteca pública pode ter na vida diária de uma comunidade, e que pode fornecer informação para suprir as necessidades vitais daqueles grupos que estão em faixas mais baixas de salários e que têm limitada educação. Entretanto, a revitalização desse trabalho dependerá do estabelecimento das metas e objetivos da biblioteca, possibilitando o reconhecimento do seu papel, como uma agência de informação aceita pela comunidade; a credibilidade das pessoas envolvidas no trabalho, o envolvimento da comunidade e o fortalecimento de convênios entre as instituições parceiras.

Com o objetivo de saber da advogada Ana Paula Rosa de Mesquita - supervisora do Serviço de Assistência Judiciária - SAJ do UNIARAXÁ, a sua opinião sobre o trabalho realizado pelos estagiários do Curso de Direito, na Biblioteca Móvel, segue-se um roteiro de perguntas abordando as questões, conforme (ANEXO H).

Quanto à avaliação do trabalho dos estagiários na Biblioteca Móvel a entrevistada ressaltou que foi de muita valia, visto que pôde proporcionar um aumento considerável no atendimento do SAJ e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno-estagiário, que pôde vivenciar a atividade prática com efetivo atendimento da comunidade carente.

Ao ser indagada sobre as vantagens de realizar um trabalho em parceria com a Biblioteca Móvel, a supervisora respondeu que o trabalho traz excelentes vantagens para o SAJ, posto que o meio de transporte utilizado facilita o atendimento à comunidade carente, como também disponibiliza todos os recursos materiais necessários.

Ao ser questionada sobre os fatores que contribuíram para a interrupção do trabalho, a supervisora considerou a falta de incentivo financeiro e a concessão de créditos na carga horária de forma não muito satisfatória ao interesse dos alunos.

Quanto à importância de resgatar esse trabalho, na Biblioteca Móvel, a entrevistada expressou a sua opinião, dizendo que é uma oportunidade de ampliar as ações da SAJ, descentralizando o seu atendimento e facilitando aos grupos mais necessitados o acesso às vias judiciais, além de contribuir para o aprendizado do aluno-estagiário.

Com referência às ações planejadas para revitalizar o SAJ-Itinerante, foram mencionadas as seguintes respostas: a) - ação junto ao Município de Araxá, no sentido de conceder incentivo financeiro aos estagiários; b) ação junto à Instituição – UNIARAXÁ, no sentido de reformular a concessão de créditos na carga horária do aluno matriculado nas disciplinas de Prática Forense; c) – ação junto ao PROCON de Araxá, para o fim de disponibilizar um de seus estagiários para o atendimento no SAJ – Itinerante; d) – adequar os serviços da Biblioteca Móvel à modernização, no sentido de ampliar os recursos informacionais, facilitando o acesso à informação e promovendo a melhoria do serviço de atendimento.

7.7 As Etapas de Revitalização do Serviço de Assistência Judiciária Itinerante

Desde junho de 2005, algumas ações que visam à revitalização do SAJ- Itinerante na Biblioteca Móvel já estão sendo estudadas e implementadas graças ao comprometimento da equipe de profissionais envolvidos nessa proposta, das quais se destacam:

- a) contato pessoal com o Prefeito Municipal para rever a possibilidade de ampliar o número de estagiários remunerados, através do Convênio entre Prefeitura e UNIARAXÁ;
- b) reuniões com membros da Assessoria Jurídica da Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação, SAJ e Biblioteca Central do UIARAXÁ para discutir as propostas de revitalização do trabalho a curto e médio prazos;
- c) apresentação das propostas à Reitora do UNIARAXÁ;
- d) reunião com a Coordenação do PROCON para vincular o serviço prestado pelo Órgão na Biblioteca Móvel;
- e) contato da SAJ com os professores de prática jurídica, visando vincular as atividades da disciplina ao projeto da SAJ-Itinerante;
- f) divulgação do serviço em salas de aulas, através de depoimentos de profissionais experientes na área, bem como de materiais informativos.

Com base na primeira experiência do SAJ-Itinerante e no conhecimento das limitações e potencialidades do trabalho, acredita-se que a partir do primeiro semestre de 2006 o serviço será revitalizado de forma amadurecida, através de um planejamento bem estruturado, garantindo a sua permanência na comunidade.

7.7.1 O PROCON na Biblioteca Móvel

Desde o mês de outubro de 2005, o PROCON vem disponibilizando, duas vezes por semana, estagiários para o atendimento junto à unidade móvel. Essa experiência está sendo cuidadosamente estudada, visando observar a demanda das necessidades de informação da comunidade. A partir do início de 2006, pretende-se iniciar um trabalho de forma estruturada e definitiva, junto ao SAJ-Itinerante.

O PROCON – Órgão Municipal de Proteção em Defesa do Consumidor é uma instituição vinculada à Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, caracterizada, nos termos da legislação, por ser uma entidade com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia técnica e administrativa.

Com o apoio de um grupo de seis estagiários, um assistente administrativo e um advogado, tem dentre os seus objetivos a recepção, análise e encaminhamento de reclamações de forma individual ou coletiva que são apresentadas pela população, bem como orientação aos consumidores sobre seus direitos.

Além do atendimento direto, o PROCON é um órgão fiscalizador que tem como objetivo fazer cumprir as determinações da legislação relativas à defesa do consumidor. O PROCON busca, fundamentalmente, equilibrar e harmonizar as relações de consumo com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população.

A legislação vigente determina como competência dos órgãos de defesa do consumidor:

- I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção de defesa do consumidor,
- II- receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- III- prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;
- IV – informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;
- V – solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;
- VI – representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;
- VII – levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;
- VIII – solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;
- IX – incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais. (BRASIL, 2003, p.40)

O QUADRO 3 faz uma síntese das ações realizadas em 2005, visando a revitalização do serviço prestado pela Biblioteca Móvel em parceria com as instituições, bem como as ações de aperfeiçoamento propostas para o ano de 2006.

QUADRO 3

Ações de revitalização e aperfeiçoamento do serviço itinerante

Ações de Revitalização 2005	Ações de Aperfeiçoamento 2006
Busca de apoio junto às autoridades do Município do Centro Universitário do Planalto de Araxá-UNIARAXÁ	Divulgação no meio acadêmico e na comunidade
Envolvimento dos profissionais das instituições conveniadas	Atuação do profissional da Informação
Integração do PROCON	Criação de sistema de informação na Biblioteca Móvel
Renovação e criação de Convênios	Ampliação de benefícios aos alunos-estagiários: bolsas, auxílio transporte e crédito pelas horas de dedicação no projeto.
	Busca de novas parcerias: SINE-Sistema Nacional de Empregos

8 A NECESSIDADE DO USUÁRIO E O SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Le Coadic faz o seguinte questionamento sobre a necessidade de informação:

O que leva uma pessoa a procurar a informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado. A necessidade de informação pareceria pertencer então à categoria das necessidades humanas básicas. O fato, porém, de a necessidade de informação não ser compartilhada igualmente por todos os seres humanos nos leva a questionar sobre a verdadeira condição:

- a) existe uma necessidade de informação bem-definida, como as necessidades físicas, e que pode ser considerada em si mesma uma necessidade fundamental?
- b) ou a necessidade de informação é uma necessidade derivada que serviria à realização de outros tipos de necessidade? (LE COADIC, 1996, p.40).

Em relação a uma necessidade derivada, o autor comenta que o enfoque tradicional em ciência da informação considera que o usuário chega ao sistema de informação com uma necessidade mais ou menos bem especificada. A função do sistema é fornecer-lhe a informação. Pressupõe-se que os indivíduos têm necessidades de informação da mesma forma que necessitam de um alimento ou abrigo. Sendo assim, a necessidade de informação tem o mesmo grau de importância que uma necessidade física fundamental. Entretanto várias são as pessoas que nunca utilizaram um sistema de informação. Esse fato tende a provar que a necessidade de informação, quando existe, é uma necessidade derivada, exigida para a realização de uma necessidade mais fundamental.

Quanto aos tipos de necessidades de informação, duas classes derivadas de necessidades fundamentais são consideradas: a necessidade de informação em função do conhecimento e a necessidade de informação em função da ação. A primeira é uma necessidade derivada do desejo de saber, de sanar uma dúvida, de se libertar de uma angústia. É encontrada nas bibliotecas, através dos livros, mas não é repartida igualmente.

O outro tipo é a comunicação informal desse conhecimento, a comunicação interpessoal, extremamente determinada pelas estruturas sociais que também são desiguais. A necessidade de informação em função da ação é uma necessidade derivada de necessidades materiais exigidas para a realização de atividades humanas, profissionais e pessoais: comer, dormir, trabalhar, locomover, etc.

Com referência à interação informacional, as questões que o usuário formulará e a interação ocorrerão sob forma de diálogos em que se alternarão perguntas e respostas. A questão constitui uma solicitação que se faz a alguém, que pode ser uma pessoa ou um computador, a fim de ser informado sobre algo. A questão é um indicador das necessidades de informação, sendo assim, uma variável fundamental no setor da informação.

Para Le Coadic o processo de interação informacional

pessoa-pessoa (P-P), a negociação das questões constitui um dos atos mais complexos de comunicação: uma pessoa U (usuário) tenta descrever para outra, D (documentalista – bibliotecário), não algo que conhece, mas que desconhece e que a outra pessoa D necessariamente não conhece. A negociação que se estabelece não é um processo simples, mas antes uma série de interações entre o usuário e o sistema de informação, mediadas ou não por pessoa ou uma máquina. (LE COADIC, 1996, p. 47)

A FIG.(7) ilustra os atendimentos realizados pela SAJ-Itinerante e a Previdência Social na unidade móvel. Na seqüência, o QUADRO 4 mostra as necessidades de informação (questões) dos usuários, durante o atendimento realizado pelos alunos do Curso de Direito no período de junho a julho de 2001. O sistema de informação está representado pela interação interpessoal, cujas respostas às questões, na grande maioria, são encaminhadas às fontes institucionais para resolução dos problemas apresentados. Em seguida, o QUADRO 5 faz uma síntese das principais necessidades de informação: previdenciária, jurídica e ao consumidor.



FIGURA 7 Serviço de Informação Utilitária na Biblioteca Móvel:
a)-Atendimento da SAJ-Itinerante



b)- Atendimento da Previdência Social

QUADRO 4

Atendimentos realizados pelos estagiários do Curso de Direito no período de junho a julho de 2001

Questão	Sistema de Informação / Área Temática	Resposta
O usuário obteve financiamento de um imóvel através da Caixa Econômica Federal, sendo que pagou 5 prestações, porém foi demitido de seu emprego, deixando, pois, de pagar o restante do financiamento. Procurou a Caixa para renegociação da dívida, sem êxito. Portanto, agora está sendo cobrado extra-judicialmente.	Interação pessoa-pessoa Direito das Obrigações Contrato	Encaminhamento à Assistência Judiciária
A usuária tem namorado residente em Araxá, sendo que deixou filho e ex-esposa em Patrocínio(MG). O mesmo paga pensão no importe de R\$205,00, porém atrasou o pagamento durante 3 meses, o que fez com que fosse preso e liberado após o pagamento de uma mensalidade. A cliente deseja obter informações de como rever o valor da pensão, uma vez que o namorado é autônomo, não possui renda fixa e desconhece o serviço gratuito (Defensoria Pública) em Patrocínio, estando até então sem representante.	Interação pessoa-pessoa Direito de família – Revisional de Alimentos	Justiça da Comarca de Patrocínio
O usuário teve acidente de trabalho em 1977, com lesão que o incapacitou para o trabalho. Não recebeu indenização, quer saber se ainda tem algum direito.	Interação pessoa-pessoa Direito do trabalho. Responsabilidade Civil. Direito das Obrigações.	Encaminhamento à Assistência Judiciária
A usuária possui um filho de 12 anos de idade e nunca recebeu pensão alimentícia do pai, que, por sua vez, não reconheceu a sua paternidade. A cliente deseja agora ingressar com ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos contra o pai da criança.	Interação pessoa-pessoa Direito de família.	Encaminhamento à Assistência Judiciária
Pedido de indenização contra Vera Cruz Seguradora por acidente de trabalho (perda da audição) ocorrido na Empresa Arafertil S.A. Processo em andamento na 1ª vara da Comarca de Araxá, conclusos para o juiz desde dezembro de 1999.	Interação pessoa-pessoa Direito do Trabalho	(Obs:) Entrar em contato com seu procurador, Dr. Rosivaldo Luiz Borges para saber sobre o andamento do processo.
Seu filho menor (12 anos) foi denunciado por uma vizinha, ao Juizado de Menores por estar praticando “vandalismo” juntamente com alguns amigos. No entanto as testemunhas (demais vizinhos) alegaram que tal fato é inverídico, pois os meninos apenas brincavam <u>na</u> <u>rua</u> .	Interação pessoa-pessoa Direito penal	Não houve encaminhamento, por não haver provas que justifiquem tais acusações.

QUADRO 5
Síntese das principais necessidades de informação

Informação Previdenciária	Informação Jurídica	Informação ao Consumidor-PROCON
Auxílio doença	Pensão alimentícia	Atendimento às reclamações de consumo
Pensão por morte	Separação conjugal	Intermediação consumidor/fornecedor
Aposentadoria por idade, invalidez e por tempo de contribuição	Investigação de paternidade	Instrução aos consumidores
Salário-maternidade	Indenização por acidente de trabalho	
Salário-família		
Auxílio acidente		

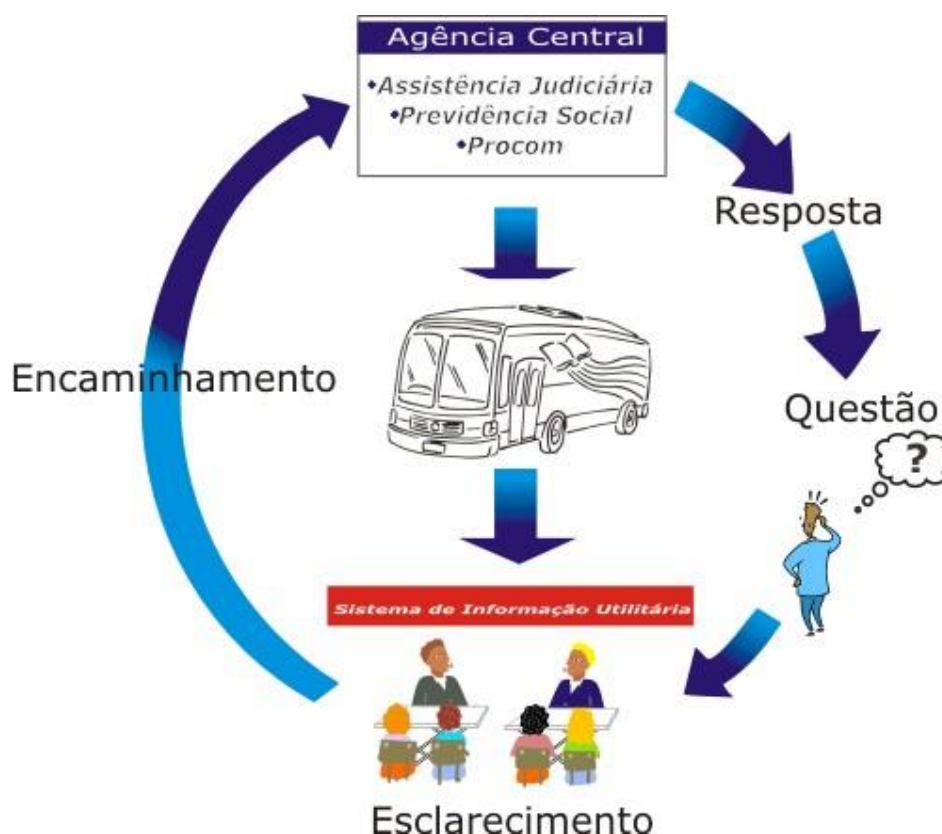


FIGURA 8 – Ciclo do processo de interação informacional

Observa-se, então, que a interação interpessoal (P-P) é uma importante alternativa de disseminação da informação, atuando como mecanismo coadjuvante do sistema de informação.

9 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL “VIRIATO CORREIA” COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO CULTURAL

A Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”, a partir de 1999, inicia um novo percurso na sua história de vida, permitindo sair de um modelo arcaico e seguir rumo à ação cultural.

As sucessivas verbas aprovadas pelo Ministério da Cultura à Biblioteca Pública Municipal de Araxá não é uma realidade que acontece em nível nacional. A concessão de recursos financeiros destinados, no período de 1999 a 2002, independente de ter sido ou não um ato político, o que importa é que, através de um planejamento bibliotecário, a Biblioteca Municipal conseguiu sair das péssimas condições em que se encontrava, tornando-se um espaço vivo, com maior representatividade na comunidade. Uma vez revitalizada, tornou-se referência aos órgãos de classes que passaram a reconhecê-la como modelo em Minas Gerais, não só pela estrutura física, mas principalmente, pelas ações realizadas. A construção de uma imagem positiva na sociedade e a sua credibilidade perante às autoridades locais e instituições muito tem contribuído para o seu crescimento e a ampliação de parcerias.

Os relatórios de avaliação emitidos pela comissão do Ministério da Cultura deveriam ser um instrumento de incentivo ao governo para criação de políticas públicas que contemplem não só a implantação de bibliotecas nos municípios, mas também a revitalização das inúmeras bibliotecas públicas do país que se encontram em estado precário, sem nenhuma condição de oferecer serviços à comunidade.

Percebe-se que alguns municípios contemplados com recursos financeiros, destinados à implantação de bibliotecas públicas, não apresentam resultados satisfatórios devido à falta de planejamento e, principalmente, à ausência de profissionais bibliotecários na condução do trabalho.

A realização do concurso público, específico para a área, foi um ponto crucial na qualidade de atendimento aos usuários. Considera-se que o nível de instrução dos funcionários, principalmente os auxiliares de biblioteca com curso superior em educação e pós-graduação, tem contribuído significativamente para a construção de uma nova

mentalidade de biblioteca pública, somando forças com os profissionais bibliotecários na luta por uma maior interação entre biblioteca-escola.

Durante os cinco anos de funcionamento, a Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” cumpre a sua função de facilitar o acesso ao livro, incentivando o gosto pela leitura às comunidades mais carentes que vivem na periferia. As estatísticas revelaram um crescimento significativo dos índices de leitura nos bairros da cidade, comparado ao índice nacional. Esse dado corrobora os estudos realizados na área de leitura, apontando o acesso como um dos fatores que contribui para a formação de leitores. Nos dois últimos anos, o crescimento do índice de leitura apresentou-se menor em relação aos primeiros anos de funcionamento da Biblioteca Móvel, o que leva a crer que o acervo precisa ser atualizado com novos títulos de livros para despertar maior interesse dos usuários.

A dinamização da leitura, através de contação de história, teatro de fantoches e outras atividades de incentivo à leitura deverá estender às demais escolas de bairros, estabelecendo, no cronograma, um rodízio de visita da Biblioteca Móvel as escolas.

Diante da incumbência do Estado em organizar, ao lado dos mecanismos tradicionais e formais já existentes, meios alternativos de solução de conflitos, não necessariamente no interior do Poder Judiciário, a Biblioteca Móvel abre o seu espaço para o serviço da justiça itinerante, através da parceria com o Serviço de Assistência Judiciária do UNIARAXÁ, PROCON e a Agência da Previdência Social.

A Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” torna-se um importante instrumento de transformação da biblioteca em ação-cultural, no momento em que o seu atendimento não direciona apenas ao público letrado, mas também às pessoas mais carentes que precisam de informações básicas para resolver os problemas do dia-a-dia. Essas informações dificilmente são encontradas em fontes impressas. As fontes orais, muitas vezes, suprem as necessidades

de informação da comunidade quando, na realidade, o que mais precisam é de um contato pessoal que envolva o diálogo, o esclarecimento, a orientação e o encaminhamento.

O serviço de informação judiciária, prestado pelos estagiários do Curso de Direito na Biblioteca Móvel, cristaliza de forma criativa um dos pilares que sustenta a base do ensino moderno, qual seja, a extensão.

O atendimento à comunidade carente, no local onde se encontra, pode ser enriquecida com a proposta de se levar noções de direito e deveres do cidadão aos alunos da rede estadual e municipal, resgatando um pouco da cidadania, tão reclamada pelos excluídos em termos hodiernos.

Além de exercer a função cultural e educacional, a Biblioteca Móvel caminha para o exercício do social, à medida que viabiliza as formas de acesso às informações básicas para a resolução dos problemas do dia-a-dia da população mais carente e, portanto, essenciais ao alcance da cidadania.

Em um programa de cooperação entre instituições, ambas partes são beneficiadas uma vez que comungam os mesmos propósitos, somando esforços para atingir um único objetivo.

A Biblioteca Móvel é um instrumento de grande valia para o enriquecimento das atividades de extensão do UNIARAXÁ, uma vez que oportuniza o contato direto do aluno com a realidade do seu meio, ampliando os conhecimentos teóricos obtidos em sala de aula e desenvolvendo em cada um dos estagiários a necessária capacidade de equacionar problemas e solucionar conflitos, visando, sobretudo, à paz social, objetivo maior do Direito da Justiça.

O período de experiência da justiça itinerante, na Biblioteca Móvel sinalizou resultados positivos como: o interesse, a participação e a assiduidade efetiva dos acadêmicos de Direito. Um outro aspecto positivo, refere-se à facilidade de contato do estagiário com o

escritório central do SAJ, possibilitando a resolução de problemas da comunidade, via telefone.

A Biblioteca Móvel propicia um ambiente favorável ao serviço de justiça itinerante uma vez que já é bastante freqüentada pela comunidade. Em comunidades mais carentes, muitas pessoas têm dificuldade e, inclusive, algum temor em procurar a Justiça. Mesmo quando são autoras de uma ação, mesmo tendo o direito ao seu lado, essas pessoas muito simples têm certo receio de se aproximar de um prédio de fórum, da solenidade típica de um edifício forense, um tribunal.

O itinerário da Biblioteca Móvel, durante os cinco anos de funcionamento, tem mostrado uma constante regularidade nos dias e horários de atendimento à população. Esse é um ponto bastante favorável a qualquer tipo de serviço que se queira prestar à comunidade, pois inspira confiança àqueles que buscam o serviço e aguardam o seu retorno.

O ideal na parceria entre Biblioteca Móvel e Assistência Judiciária Itinerante é a possibilidade de envolvimento de ambas as partes no que se refere ao atendimento aos usuários. Para que a unidade móvel não se restrinja apenas ao empréstimo do veículo, é preciso que se criem alternativas para interagir frente às novas demandas de atendimentos. Para isso, é importante acompanhar e registrar as reais necessidades de informações da comunidade e representá-las, através de catálogos ou bancos de dados. O manual de atendimento é um ótimo instrumento a ser utilizado pelo pessoal da biblioteca, auxiliando a compreensão das questões mais específicas, facilitando, portanto, o diálogo.

A estrutura da unidade móvel e os recursos que ela oferece propiciam criar bases de dados automatizadas para um atendimento mais ágil e eficaz. O treinamento dos funcionários nas novas modalidades de atendimento assegura a continuidade do trabalho e o suprimento de uma eventual falta de estagiários.

A assistência judiciária itinerante no ônibus, além de encaminhar demandas individuais das pessoas mais carentes, esse modelo busca, principalmente, auxiliá-las a reivindicar seus direitos, contribuindo para a criação de uma nova categoria de advogados para atuar pelos mais necessitados, enquanto classe.

Se as unidades móveis disponíveis nas bibliotecas públicas brasileiras efetivassem parcerias com entidades públicas e privadas, certamente cumpririam melhor a sua missão, facilitando às populações da periferia o acesso aos recursos essenciais à cidadania. A criação de espaços “alternativos” para qualquer que seja o serviço prestado à comunidade é apenas uma tentativa de minimizar as limitações econômicas, culturais e psicológicas a que está submetida a grande maioria da população. O contraste social do Brasil, marcado pela desigualdade e a exclusão de tantos brasileiros, mostra que as pessoas precisam de muito mais coisas além do acesso à leitura. Diante dessa percepção, é preciso fortalecer as parcerias existentes e conquistar outras com os órgãos de saúde pública, documentação civil, etc. É uma ação integrada: o carro chefe é a leitura, que segue levando consigo outros serviços essenciais à cidadania (FIG.9). A luta pelo efetivo acesso aos Direitos Humanos extrapola, e muito, o âmbito da leitura. Somente uma ação conjunta e progressiva, pautada pela pluralidade e pela dialética, poderá enfrentar e, quem sabe, vencer os desafios cada vez maiores e mais complexos que se apresentam ao exercício da cidadania na atualidade e no futuro.

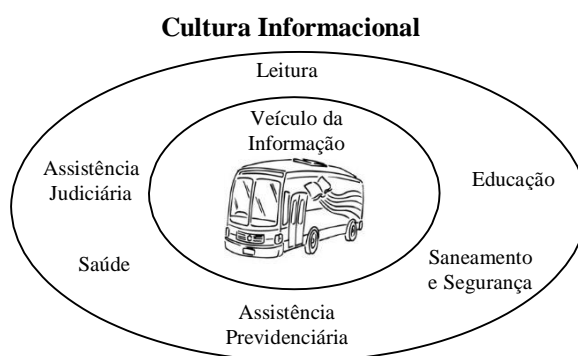


FIGURA 9 – Representação da Cultura Informacional

A Biblioteca Móvel não só amplia o conceito de leitura, mas institui a informação, qualquer que seja a sua natureza, criando na comunidade a cultura informacional.

Costin (2004) mostra que a leitura interpretativa do texto é o alicerce para o cidadão constituir a leitura do mundo. A leitura é o instrumento básico que permite o indivíduo ter acesso às informações vitais, tornando-se mais independente e participante na sociedade. Ao contrário, o não-leitor permanece às margens do universo como um mero receptor de opiniões daqueles que repassam a sua visão de mundo. A ausência de argumentos próprios e de censo crítico da realidade torna o indivíduo passível de manipulação numa sociedade que privilegia apenas os interesses de uma minoria. Desta forma, a leitura torna-se um instrumental utilizado para o indivíduo constituir a sua própria visão de mundo e assim conquistar a autonomia necessária ao verdadeiro exercício da cidadania.

10 CONCLUSÃO

Ao longo da história, a biblioteca pública brasileira mostrou-se uma instituição alheia aos interesses da população, representada, na grande maioria, por analfabetos. Ao invés de firmar-se como um espaço de inclusão, abrindo igualmente suas portas a todos da sociedade, tornou-se um espaço restrito àqueles que dominavam a leitura e a escrita. Somente nos anos 60 a 80, período em que a informação foi considerada um instrumento de dominação e que deveria ser apropriada pelas classes populares, é que se percebe um esforço maior de algumas bibliotecas no sentido de facilitar o uso da informação.

Diante do movimento contestatório sobre o verdadeiro papel das bibliotecas públicas na sociedade, o serviço de informação comunitária surge, mostrando menor interesse na coleção de livros e mais preocupado em humanizá-la. O exercício dessa nova função significa abolir os moldes tradicionais e transformá-la num instrumento de ação cultural.

Como em várias localidades do País, a Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”, por várias décadas, mostrou-se uma instituição elitista, privilegiando a uma minoria que a freqüentava e utilizava os seus serviços. Além do problema do analfabetismo, a sua localização em área central, o baixo poder aquisitivo da população e a inexistência de bibliotecas sucursais e ou comunitárias nos bairros dificultaram, significativamente, o acesso das comunidades mais carentes da periferia. A partir do ano de 2000 é que se conseguiu minimizar o problema, quando foi implantado o serviço de extensão em atendimento aos bairros mais afastados do centro da cidade.

O primeiro passo rumo à ação cultural aconteceu em 2002, quando se estabeleceu um trabalho integrado e de parceria com algumas instituições públicas e privadas, possibilitando dar a palavra ao “não-público” através do diálogo e do esclarecimento dos seus direitos como cidadãos.

A cidadania é um conceito em constante evolução. A história de cada país mostra as diferentes formas de conquista dos direitos civis, políticos e sociais que garantem aos indivíduos participar, integrar e interagir na sociedade.

O direito à educação permite que as pessoas tomem conhecimento e lutem pelos seus direitos. Os valores humanos fundamentais proclamados pela UNESCO - liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos serão alcançados através da capacidade de cidadãos bem informados para exercerem seus direitos democráticos e terem seus papéis ativos na sociedade. Portanto, a participação efetiva do sujeito no seu meio dependerá tanto da educação adequada como do livre e irrestrito acesso à informação e ao conhecimento. A biblioteca é um ambiente de aprendizagem e em função das interações pode ser um espaço de educação formal ou informal. O usuário é um aprendiz uma vez que “aprende a aprender”, enquanto usa a informação.

A Biblioteca Pública Municipal de Araxá proporciona à comunidade o direito à educação continuada, servindo de apoio às escolas do Município que buscam no seu espaço o conhecimento e as diversas formas de se informar.

A dinamização cultural, desenvolvida pela equipe de profissionais bibliotecários, muito contribui para o crescimento pessoal e a melhoria do nível intelectual de seus usuários. As ações visam estimular os usuários a participarem do processo, não como meros espectadores, mas como sujeitos.

O serviço de extensão tem permitido colocar ao alcance das comunidades mais carentes e distantes o acesso aos recursos informacionais e, numa perspectiva de suprir as necessidades de informação do “não-público”, na maioria das vezes não encontradas em fontes convencionais, busca disponibilizar as fontes orais através da palavra e do diálogo, tornando-se um instrumento ação cultural.

Dentre as sucessivas funções exercidas pela biblioteca pública, ao longo dos anos, a função informacional é a que, realmente, contribui para torná-la um centro disseminador da informação, uma vez que passa a oferecer o serviço de informação à comunidade, contribuindo para a formação da cidadania. Diante dessa nova função informacional, a biblioteca dá menor ênfase ao acervo e prioriza o lado humano e social, estabelecendo o contato direto entre as pessoas para suprir as necessidades de informação.

A Biblioteca Pública Municipal de Araxá permaneceu, durante várias décadas, preocupada em apenas preservar o patrimônio cultural. Com o passar dos anos, outras funções foram sendo introduzidas como a educacional, cultural e de lazer. A partir do ano 2000, surgem as primeiras tentativas de se implantar o serviço de informação utilitária em atendimento às necessidades básicas do dia-a-dia do cidadão.

A necessidade de expansão dos serviços da biblioteca pública, a fim de que possa atingir um raio de ação mais amplo, atendendo a um número maior de pessoas e diversificando seus serviços, tem sido uma realidade nos dias atuais. Uma demonstração clara de que está atenta a esse novo papel é a iniciativa de levar seus serviços às comunidades mais longínquas do centro urbano.

O serviço de extensão introduz mudanças no gerenciamento da Biblioteca Pública como um sistema de informação e comunicação, visando atingir públicos maiores específicos, e ampliar a sua ação educativa e comunicológica. É uma alternativa que permite aproximar a biblioteca pública das populações carentes, ampliando a comunicação através do diálogo. Essa prática eleva o nível de consciência do cidadão, esclarece seus direitos e o leva a participar da sociedade.

O acervo cultural disponibilizado pela Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” é um instrumento indispensável à formação de cidadãos críticos e conscientes. O acesso à leitura

amplia o nível de entendimento do indivíduo para alcançar a plenitude dos direitos fundamentais que lhe garante o exercício da cidadania.

O serviço de assistência previdenciária e jurídica itinerante é mais uma alternativa de acesso à informação, possibilitando o contato pessoal do profissional com o usuário no esclarecimento e resolução de problemas.

As experiências de extensão das Bibliotecas Públicas do País mostraram coincidências quanto ao estilo de serviços prestados e aos resultados obtidos em relação às preferências literárias, ao perfil dos usuários e às atividades programadas. Entretanto, esse serviço evolui com novas modalidades de ação, interligando-se com outras instituições, possibilitando que se estabeleça o diálogo de forma participativa e consciente das classes mais necessitadas. Sendo assim, a extensão caminha para a ação cultural a partir do momento em que incorpora os passos fundamentais dessa nova metodologia.

A experiência de extensão da Biblioteca Pública Municipal de Araxá confirma os resultados obtidos em vários estudos e mostra também a necessidade de realizar uma articulação com as entidades públicas e privadas num trabalho cujas ações não seriam unilaterais e sim integradas e pautadas na metodologia dialógica.

A ação cultural na visão de Freire surge do diálogo espontâneo entre os sujeitos, envolvidos com o processo de comunicação e reflexão. A prática do serviço da assistência judiciária e previdenciária, na Biblioteca Móvel, estabelece o diálogo entre o usuário e as pessoas envolvidas no atendimento e a palavra é o instrumento capaz de esclarecer as dúvidas, orientar e encaminhar o indivíduo para a solução de um problema.

Na visão de Flusser a biblioteca ação cultural é aquela que dá a palavra ao “não-público” e se articula em torno da invenção, da formulação e da criação. A Biblioteca Pública Municipal de Araxá tem-se mostrado atenta às necessidades do “não-público” constituído pela grande maioria da população que muitas vezes desconhece a sua existência, permitindo-lhe

não só o direito de verbalizar as idéias e aspirações, como também o de materializá-las para a melhoria da qualidade de vida.

Numa perspectiva de estabelecer uma ação cultural libertadora, a Biblioteca oferece os meios para que o público desenvolva a própria criatividade e descubra as potencialidades de imaginação para inventar o seu código cultural.

De acordo com o pensamento de Milanesi, a biblioteca como centro de informação e convivência, precisa ir além da forma numa perspectiva de transformar. Na prática significa ultrapassar o modelo tradicional e tornar a biblioteca um instrumento de ação cultural capaz de transformar o ser humano em um cidadão consciente, participante e ativo na sociedade onde vive.

Coelho Neto defende que a ação cultural é uma aposta conjunta em que o grupo se descobrirá e descobrirá os seus fins e seus meios. Contrária à tendência de impor uma cultura, a Biblioteca Municipal de Araxá tem procurado instigar a ação cultural, de forma participativa, estimulando a iniciativa e a criatividade para que as pessoas da comunidade descubram aquilo que desejam fazer, tornando-se assim, sujeitos da própria cultura.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de revitalização do serviço de informação jurídica e previdenciária, na unidade móvel, dependerá de alguns fatores que deverão ser considerados, como garantia da permanência do serviço na comunidade.

a) Se no passado o serviço de informação utilitária, prestado pela unidade móvel, dependia, exclusivamente, do deslocamento de pessoal de outras instituições, hoje, com as novas tecnologias de informação, é possível desenvolver um sistema de informação computadorizado para a unidade móvel, como também agregar bases de dados das instituições parceiras.

b) O trabalho de monitoramento, coleta e atualização de dados deverá ficar sob a coordenação de um profissional da informação, vinculado à unidade móvel da Biblioteca Pública, considerando a capacidade técnica desse profissional de coletar, editar e processar informações que podem ser desenvolvidas para o interesse da comunidade.

c) Na fase preliminar de desenvolvimento do sistema proposto, é fundamental que seja realizado um estudo para diagnosticar as reais necessidades de informação da comunidade, conhecer os recursos informacionais da unidade móvel e das entidades parceiras, bem como os programas e as bases de dados disponíveis. É essencial o entrosamento da equipe de profissionais das instituições envolvidas, sobretudo o suporte de informática.

d) Durante um estudo prévio, foi detectada a necessidade de se criar um banco de dados de cadastro de cliente, contendo, inclusive, informações sobre a situação processual, possibilitando melhor acompanhamento do caso. Para facilitar ao profissional da informação a compreensão e a familiarização com os termos da área, sugere-se o

desenvolvimento de banco de dados enciclopédico, contendo as instruções básicas e as perguntas essenciais ao atendimento de situações mais usuais.

e) As fontes de informação disponibilizadas pelas instituições parceiras deverão ser atualizadas, o que contribui para a boa imagem do serviço de informação, bem como a credibilidade perante à comunidade.

f) Pelo fato da unidade móvel estar ligada a uma instituição pública, o serviço de informação à comunidade deve manter uma atitude democrática com relação à difusão da informação, divulgando-a de forma mais objetiva possível.

g) O treinamento do pessoal encarregado de atender à comunidade é um requisito importante, pois deverá ter capacidade adequada, principalmente com relação aos usuários. Os bibliotecários, em sua maioria, não têm experiência em oferecer a informação não registrada, portanto devem acompanhar atentamente as informações orais prestadas pelas pessoas envolvidas nesse tipo de atendimento e examinar a qualidade da informação, com vistas a garantir a qualidade do serviço de informação à comunidade. A partir daí é possível diagnosticar as necessidades de informação da comunidade e selecionar as mais relevantes para formar o acervo do serviço em função do grau de desenvolvimento de cada comunidade.

h) O trabalho do bibliotecário pode ir além de solicitar informação pessoalmente, por correio ou por telefone, revisando cuidadosamente materiais impressos, tais como jornais, obras de referência, diretórios, folhetos, materiais de divulgação, leis, decretos, resoluções, normas institucionais etc. Outra modalidade de atendimento, a de forma indireta, se dá quando o serviço de informação não possui a informação em seu acervo e indica ao usuário outra instituição que atenda aquela necessidade específica, por exemplo no caso de obtenção de informação sobre emissão de documentos.

i) Considerando a importância da atuação dos estagiários no Serviço de Assistência Judiciária Itinerante, na Biblioteca Móvel, e o problema enfrentado pela inconstância dos mesmos, sugere-se o encaminhamento de um projeto à Câmara Municipal, solicitando o acréscimo do número de estagiários remunerados, através do Convênio estabelecido entre Prefeitura Municipal e Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ, em atendimento aos bairros da periferia. Entretanto, outros incentivos poderão ser concedidos pelo UNIARAXÁ no que diz respeito à bolsa de estudo parcial ou integral, como também à concessão de créditos nas disciplinas de práticas jurídicas aos alunos interessados em realizar estágio na unidade móvel.

j) A Biblioteca Móvel dispõe de recursos de comunicação e informacionais que devem ser aproveitados para o desenvolvimento de esforços destinados a utilizar a informática nas atividades. Na medida em que a difusão da informação *on-line* esteja disponível, facilitará o trabalho do órgão coordenador e da comunidade em geral.

k) O uso de tecnologias de informação e comunicação propiciará o desenvolvimento do sistema de informação proposto, possibilitando o compartilhamento das informações entre as instituições parceiras, superando as dificuldades relacionadas ao tempo e espaço.

l) O desenvolvimento de qualquer sistema de informação deve, em primeiro lugar, definir seus objetivos, seu modelo conceitual e suas metodologias de funcionamento.

m) O êxito do serviço de informação à comunidade, prestado pela biblioteca móvel, dependerá da utilização de metodologias adequadas para diagnosticar as necessidades de informação da comunidade. Portanto, faz-se necessário atualizar, periodicamente, o estudo da comunidade, para adequar o serviço ao seu perfil. Os novos dados que se devam incorporar podem ser obtidos por meio de pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Informação pública: conceitos e espaços. In: VALENTIM, Marta. **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 4, p. 71-81.
- _____. **Biblioteca Pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003. 288 p.
- AMORIM, Galeno. Livros para todos. In: PINSKY, Jaime, (Org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 185 – 199.
- ANTUNES, Walda de Andrade; CAVALCANTE, Gildete de Albuquerque; ANTUNES, Márcia Carneiro. **Curso de capacitação para dinamização e uso da biblioteca pública**: manual. 2.ed. São Paulo: Global, 2000. 237 p.
- ARAGÃO, Esmeralda de. **A biblioteca como instrumento de ação cultural**. 1988. 178 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1988.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A Palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. 99 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: 2002** informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: 2002** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.
- ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2002. 109 p.
- BARBOZA, Josefa Pereira. **A biblioteca pública como alternativa de educação não-formal para adultos analfabetos**. 1984. 115 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1984.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971. 541 p.
- BIBLIOTECA do Centro de Lazer SESC/Fábrica da Pompéia: equipamento, funcionamento e público. In: SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 2, São Paulo. **Comunicação**, 1984, 5 f. (mimeografado).
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Código de proteção e defesa do Consumidor**: Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. 43 p.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.853 de 13 de setembro de 1946. Cria o Serviço Social do Comércio – SESC. **Boletim Bibliográfico SESC**: Biblioteca Pública, v.18, n.19, p.151 dez. 1977 / jun. 1978.

_____. Decreto-Lei n. 61.836 de 05 dezembro de 1967. Regulamenta o Decreto-lei nº 9.853 de 13 setembro de 1946 que institui o Serviço Social do Comércio – SESC. In: **Boletim Bibliográfico SESC**: Biblioteca Pública, v.18, n.19, p.151, dez. 1977 / jun.1978.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo 2000**: população residencial em agosto de 2000, segundo os bairros de Araxá. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.160 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. **Serviço de Carross-bibliotecas**: organização e funcionamento. Brasília: INL, 1983. 54p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Discursos**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2004.

BRECKENFELD, Maria Cristina Oliveira; PIMENTEL, Edna Maria Sitônio. Biblioteca popular de Casa Amarela: uma experiência de biblioteca comunitária. **Cadernos Biblioteconomia**, Recife, v.6, p. 9-14, jun. 1983.

BUFFA, Éster. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 94 p. (Coleção questão de nossa época, 19).

BUONCORE, Domingo. **Dicionário de bibliotecologia**: términos relativos a la bibliologia, bibliografia, bibliofilia, biblioteconomia, arquivologia, documentologia, tipofrafia y materiais afines. Santa Fé, Argentina: Libreria y Editorial Castellvi, 1963. 336 p.

CAMARGO, Luiz O. Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 101 p.(Coleção primeiros passos, 172).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CESAR, Alexandre. **Acesso à justiça e à cidadania**. Cuiabá: Ed.UFMT, 2002. 140 p.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383 p.

_____. A biblioteca como modelo de sistema de comunicação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n.1/2, p. 29-32, jan./jun, 1978.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 94 p.(Coleção primeiros passos, 216).

_____. **Usos de cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 124 p.

COMO exercer sua cidadania. São Paulo: Bei Comunicação, 2003. 252 p.

COSTA, Adriana Teixeira da. **Ler (n) a cidade**: políticas de popularização da leitura em São Paulo 1935-1938. 1997. 139 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, Maria Neusa de Moraes (Coord.) *et al.* Biblioteca Pública como Centro de Informação Utilitária: uma experiência no município de Santa Rita-Pb: relatório de pesquisa 1ª etapa. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.2, p.179-95, set. 1984.

_____. **Biblioteca Pública como Centro de Informação Utilitária**: uma experiência no Município de Santa Rita – Pb: relatório nº 2. Mimeografado.

COSTIN, Cláudia. Leitura e cidadania. In: PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 269-271.

DUMAZEDIRE, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2004. 224 p. (Debates; 164).

DUMONT, Lígia Maria Moreira. **Integração comunidade e carro-biblioteca**: a estratégia de uso do audiovisual.1988. 163 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; FRANÇA, Ricardo Orlandi; CASTRO, Edna de. Política e compromisso e prestação de serviços do Programa Carro-Biblioteca: Projeto de implantação do novo carro. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.321-337, jul./dez.1995.

DURO, Yvette Zietlon. Experiências inovadoras da Biblioteca “Lucília Minsen” In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. **Anais...**, João Pessoa, Associação Profissional dos Bibliotecários da Paraíba, 1982. v.1, p. 367-378.

EASTWOOD, C.R. **MóBILE LIBRARIES**: and other public library transport. London: Association of Assistant Librarians, 1967. 272 p.

ESTAÇÃO Memória: a Casa do Poeta. **O Trem da História**, Araxá, v. 10, n.31, p. 4-5, dez. 2000.

FARHAT, Said. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos: Fundação Peirópolis, 1996. 998 p.

FIGUEIREDO, N.M. Biblioteca como sistema de informação. In____. **Textos avançados em referência de informação**. São Paulo: Polis; APB, 1996. p. 101-105.

_____. Serviço de informação para a comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública. In:____. **Textos avançados em referência de informação**. São Paulo: Polis:APB, 1996. p. 107-119.

FLUSSER, Victor. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.11, n.2, p. 230-236, 1982.

____. A biblioteca como instrumento de ação cultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., João Pessoa, 1982. **Anais...** João Pessoa, Associação Profissional dos Bibliotecários da Paraíba, 1982, v.2, p. 167-95.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 149 p.

____. **Conscientização, teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

____. A educação e o processo de mudança social. In: _____. **Educação e mudança**. 20.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.27-41. (Coleção educação e comunicação, 1).

____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

____. **Extensão ou comunicação?** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 93 p. (O mundo hoje, 24).

____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 28.ed. São Paulo: Cortez, 1993. 87 p. (Coleção questão da nossa época, 13).

____. **Pedagogia do oprimido**. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 218 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ. Departamento de Patrimônio Histórico. **Guia histórico e turístico de Araxá**. [1990].46 p.

GATES, Jean Key. **Como usar livros e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972. 258 p.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983. 90 p.

GOMES, Válter. **Contribuição à divulgação de ações de responsabilidade social**: estudo de caso do UNIARAXÁ. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.26, n.1/2, p. 41-54, jan./jun.1993.

JACINTO, Roque. **Direito & Legislação**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988. 256 p.

KENT, Allen; LANCOURT, Harold, (Ed) Bookmobiles. In: **ENCYCLOPÉDIA of Library and information science**. New York: M. Dekker, 1970. v.3, p. 1-57.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.3, p.7-21, set./dez., 2003.

KREMER, Jeannete M. Carro-Biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG: uma análise da demanda de material de leitura. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11.,1984, João Pessoa. **Anais...**: João Pessoa: Associação dos Bibliotecários da Paraíba, 1982.v.1, p. 398-416.

LE COADIC, Ives-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119 p.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. **Das águas passadas à terra do sol**: ensaio sobre a história de Araxá. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999. 104 p.

LIMA, Maria de Andrade Matheos de. Sistema de bibliotecas de Pernambuco. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n.2, p.162-170, 1979.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura**: as idéias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Voz e Terra,1981. 167 p.

LIMA, Rosa Maria de Oliveira Freire. **O uso de carro-biblioteca em Salvador**: avaliação sob o ponto de vista do usuário. 1983. 65 f Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1983.

LINS, Maria Sidney Garcia de Vasconcelos. Levantamento e análise do *status quo* da seção de circulação da Biblioteca Pública do Amazonas. **Revista Biblioteconomia de Brasília, Brasília**, v.7, n.2, p.132-50, 1979.

LOBATO, Paulo Henrique. Pesquisa mostra baixo índice de alfabetização no País. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 9 set. 2005. Caderno Nacional, Seção Educação, p. 12.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.93 p. (Coleção primeiros passos, 62)

MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Biblioteca Pública / Biblioteca Escolar do país em desenvolvimento**: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco. São Paulo: CRB-8/FEUSP, 2000. 80 p.

MAGALHÃES, Fábio. Biblioteca, lazer e cultura.In: SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 2. São Paulo. **Comunicação**, São Paulo, ago.1984.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2002. 97 p.

MARQUES JÚNIOR, Alaor Messias. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.2, n.2, p.163-174, jul./dez. 1997.

MELO, José Marques de. A comunicação na pedagogia de Paulo Freire. **Comunicação e Sociedade**: revista semestral de Estudos de Comunicação, São Paulo, v.3, p.92-113, 1980.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.107 p.

____. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261 p.

____. Política cultural, informação e biblioteca. **Shopping News**, São Paulo, 7 out. 1984.

MINAS GERAIS. Araxá. Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia”. Livro de atas de reunião da Sociedade dos Amigos da Biblioteca. Araxá: Biblioteca Pública Municipal “Viriato Correia, 30 de março de 1957. p.1-19.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Escola do Legislativo. Núcleo de Tradução. **Glossário de termos parlamentares: português-inglês**, 1997.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2.ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983. 37 p.

NALINI, José Renato. Justiça e cidadania. In: PINSKY, Jaime (Org). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. p.11-20.

NEGRÃO, May Brooking. A evolução do departamento de bibliotecas públicas, 1907-1978. **Revista Biblioteconomia Brasília**, Brasília, v.7, n.2, p.186-205, jul./dez.1979.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. **Colonizadores do futuro: cultura, estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938)**. [1998].201f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo [1988].

ONDE o povo está: juizados itinerantes revolucionam a justiça com a estratégia do “atende-se em domicílio”. **Nobres Colegas**, v.2 ,n.2, p. 22-25, [2003]. (edição especial)

PETRELLI, Cristina Melin. O balanço social como ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.33, n.146, maio/jun.2004.

PIMENTEL, Cléa Dubeux Pinto. Biblioteca Pública e Biblioteca Escolar: uma integração necessária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., João Pessoa, 1982. **Anais...**João Pessoa, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, 1982, v. 2, p.1-15.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **História da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003. 591 p

POLKE, Ana Athayde *et al.* A biblioteca, comunidade e informação utilitária: um estudo de como circula a informação utilitária no bairro de Pompéia em Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. **Anais...**, João Pessoa, Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba,1982, v.2, p. 131-159.

PUIG, Josep Maria; TRILLA, Jaume. A animação sócio cultural. In:____. **A pedagogia do ócio**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 153-164.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora. Apresentação. In: UNIARAXÁ. **Balço Social**: 2004. Araxá: Fundação Cultural de Araxá, 2005, p.3.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p.113-129, 2002.

ROGERS, Everestt M. La diffusion de innovaciones: elementos de diffusion. In: FONSECA, Luiz (Org), **Comunicação de inovações no processo de mudanças**. Brasília: Universidade de Brasília / Departamento de Comunicação, 1972, p.52-74.

ROMANELLI, Maria de Lourdes Côrtes *et al.* A transformação da Biblioteca Pública de Minas Gerais no atual Centro de Educação Permanente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982, **Anais...**, João Pessoa, Associação Profissional dos Bibliotecários do Paraná, 1980, v.2, p.442-461.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. Bibliotecas do Serviço Social da Indústria em São Paulo, **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.1, n.4/6, p. 161-162, abr./jun.1973.

SANTOS, Isaura de Oliveira; CARRERA, Maria Rosa Voltas Martinez. As bibliotecas públicas de bairro da cidade de São Paulo e a preservação da memória histórica de suas comunidades. In: SIMPÓSIO SOBRE BIBLIOTECAS E DESENVOLVIMENTO CULTURAL, 2. 1984, São Paulo. **Comunicação...** São Paulo, ago. 1984. (mimeografado.).

SARAIVA, Juracy Assmann; MELLO, Ana Maria Lisboa; VARELLA, Noely Klein. Pressupostos teóricos e metodológicos da articulação entre literatura e alfabetização. In: SARAIVA, Juracy Assmann.(Org.). **Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 81-87.

SILVA, Célia Médiçi Bezerra *et al.* Biblioteca pública: ação comunitária. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11. João Pessoa, 1982. **Anais...**João Pessoa, Associação Profissional dos Bibliotecários da Paraíba, 1982, v.2, p.398-416.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. 2v.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papirus, 1995. 115 p.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. Sistema de Biblioteca Pública do Estado da Bahia: sistema atual. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.1, n. 2, p.174-185, 1973.

SILVA, Lourdes Gregol Fagundes. Projeto de instalação de uma biblioteca comunitária no Centro Cultural de Alegrete. **Boletim Bibliográfico do SESC**. Rio de Janeiro, n.18/19, p. 147-88, dez., 1977/jun., 1978.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura na Brasil**. Rio de Janeiro: Codecri,1983, 215 p.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 1980.

____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p.52-60, maio/ago.2000.

____. Biblioteca pública e informação à comunidade. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

____. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 65-75, jan./jun., 1983.

TARGINO, Maria das Graças. Uma política da dinamização do carro-biblioteca como instrumento de ação cultural no Estado da Paraíba. **Revista Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.11, n. 1, p. 65-75, jan./jun., 1983.

____. Uma análise da demanda de material de leitura do carro-biblioteca da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba. **Revista Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.12, n.1, p. 85-94, jan./jun 1984.

UNIARAXÁ. Centro Universitário do Planalto de Araxá. **Balanco social: 2004** Araxá: Fundação Cultural de Araxá, 2005. 27 p.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Fome de ler: a leitura em movimento como processo de inclusão social. **Transinformação**, Campinas, v.15, n. 3, p. 45-74, set./dez., 2003. (edição especial.)

VIEIRA, Liszt. O que é cidadania. In: _____. **Cidadania e globalização**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 22-27

VILAÇA, Marcos Vinícios. Biblioteca, cultura e sociedade. In: _____. **Cultura e Estado**. Rio de Janeiro: MEC; Secretaria de Cultura, 1985. p. 77-85.

WADA, Madalena Sofia Mitiko. **Democratização da cultura nas bibliotecas infanto-juvenis**, 1985. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

WHEELER, Joseph L.; GOLDHOR, Herbert. **Administracion práctica de Bibliotecas Públicas / Pratical Administration of Public Libraries**.. México: Fondo de Cultura Econômica, 1970. 603 p.

WOLKMER, Antônio Carlos. Apresentação. In: CESAR, Alexandre. **Acesso à justiça e à cidadania**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2002. p. 9.

**ANEXO A - A FORMAÇÃO DO QUADRO EFETIVO DE PESSOAL DA
BIBLIOTECA PÚBLICA DE ARAXÁ**

Cargo/Função	Nível de Formação	Qtde
Bibliotecário	Superior com Especialização em História	01
	Superior com Especialização em Língua Portuguesa	01
	Superior com Especialização e Mestrado em Ciência da Informação	01
Cargo/Função	Nível de Formação	Qtde
Auxiliar de Biblioteca	Superior com Especialização em Educação	06
	Superior em Educação	10
	Superior Incompleto	02
	2º Grau Completo	04
Cargo/Função	Nível de Formação	Qtde
Auxiliar de Apoio a Educação	1º Grau Completo	02
	1º Grau Incompleto	01
Cargo/Função	Nível de Formação	Qtde
Porteiro	Superior Incompleto	01
	1º Grau Completo	01

ANEXO B - ITINERÁRIO DA BIBLIOTECA MÓVEL – AGOSTO 2005

DIA	SETOR	BAIRRO	PONTO	HORÁRIO
01	Oeste	Boa Vista I	Praça N. S. Auxiliadora	11:00 às 14:00
	Oeste	Boa Vista II	Árvore do Óleo	14:00 às 17:00
02	Leste	Padre Alaor	Centro de Convivência	11:00 às 13:00
	Oeste	Vila Silvéria	UNISUL	13:00 às 15:00
	Centro	Stª Luzia	Praça do Franguinho	15:00 às 17:00
03	Norte	Pão de Açúcar	Centro de Convivência	11:00 às 13:30
	Norte	Urciano Lemos	Ginásio Poliesportivo	13:30 às 17:00
04	Oeste	Tiradentes	Centro de Convivência	11:00 às 13:00
	Oeste	Ana Pinto	Centro de Convivência	13:00 às 15:00
	Oeste	Abolição	Centro de Convivência	15:00 às 17:00
05	Oeste	São Domingos	Rua Pernambuco	11:00 às 12:30
	Oeste	Alvorada	Igreja N. S. Aparecida	12:30 às 14:00
	Oeste	São Geraldo	Igreja São Geraldo	14:00 às 17:00
09	Sul	Parque das Flores	Centro de Convivência.	11:00 às 12:30
	Sul	Dona Beja	Associação da Fosfertil	12:30 às 15:00
	Sul	Barreiro	Alto Paulista	15:00 às 17:00
10	Leste	Mangueira II	Praça da Mangueira	11:00 às 14:00
	Leste	Stº Antônio	Igreja Stº Antônio	14:00 às 17:00
11	Norte	São Pedro	Igreja São Pedro	11:00 às 12:00
	Norte	Bela Vista	TV. União	12:00 às 13:00
	Norte	Orozino	Escola Aziz J. Chaer	13:00 às 15:00
	Norte	Santa Rita	Praça da Escola	15:00 às 17:00
12	Leste	Jardim Primavera	Pracinha	11:00 às 14:00
	Centro	Stª Terezinha	Pracinha	14:00 às 17:00
16	Oeste	Boa Vista I	Praça N. S. Auxiliadora	11:00 às 14:00
	Oeste	Boa Vista II	Árvore do Óleo	14:00 às 17:00
17	Leste	Padre Alaor	Centro de Convivência	11:00 às 13:00
	Oeste	Vila Silvéria	UNISUL	13:00 às 15:00
	Centro	Stª Luzia	Praça do Franguinho	15:00 às 17:00
18	Norte	Pão de Açúcar	Centro de Convivência.	11:00 às 14:00
	Norte	Urciano Lemos	Ginásio Poliesportivo	14:00 às 17:00
19	Oeste	Tiradentes	Centro de Convivência	11:00 às 13:00
	Oeste	Ana Pinto	Centro de Convivência	13:00 às 15:00
	Oeste	Abolição	Centro de Convivência	15:00 às 17:00
22	Oeste	São Domingos	Rua Pernambuco	11:00 às 12:30
	Oeste	Alvorada	Igreja N.S. Aparecida	12:30 às 14:00
	Oeste	São Geraldo	Igreja São Geraldo	14:00 às 17:00
23	Sul	Parque das Flores	Rua Rosedas	11:00 às 12:00
	Sul	Dona Beja	Associação da Fosfertil	12:00 às 13:30
	Sul	Barreiro	Alto Paulista	13:30 às 15:00
	Oeste	UNIARAXÁ	Campus UNIARAXÁ	15:00 às 17:00
24	Leste	Mangueira II	Praça da Mangueira	11:00 às 14:00
	Leste	Stº Antônio	Igreja Stº Antônio	14:00 às 17:00
25	Norte	São Pedro	Igreja São Pedro	11:00 às 12:00
	Norte	Bela Vista	TV. União	12:00 às 13:00
	Norte	Orozino	Escola Aziz J. Chaer	13:00 às 15:00
	Norte	Santa Rita	Praça da Escola	15:00 às 17:00
26	Leste	Jardim Primavera	Pracinha	11:00 às 14:00
	Centro	Stª Terezinha	Pracinha	14:00 às 17:00
29	Oeste	Boa Vista I	Praça N.S. Auxiliadora	11:00 às 14:00
	Oeste	Boa Vista II	Árvore do Óleo	14:00 às 17:00

ANEXO C - MAPA DO ITINERÁRIO DO ÔNIBUS NOS BAIROS

ANEXO D - JINGLE DA BIBLIOTECA MÓVEL

Autor: João Batista dos Santos

Embarque na leitura que só faz bem, direito de aprender e lazer também. (bis)

È isso aí, está chegando a informação o prazer da leitura e do conhecimento.
Embarque nesta grande aventura do saber cada vez mais. A Biblioteca Móvel existe
para levar até você um mundo de novos descobrimentos.

Embarque na leitura que só faz bem, direito de aprender e lazer também. (bis)

Biblioteca Móvel, cultura e lazer bem ao seu alcance. Mergulhe nesta emoção. A
Biblioteca Móvel é um serviço de extensão da Biblioteca Pública Municipal “Viriato
Correia”.

ANEXO E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DA BIBLIOTECA MÓVEL, PREFERÊNCIAS E SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

O questionário tem como objetivo traçar o perfil dos usuários, conhecer as referências literárias e avaliar o serviço prestado pela Biblioteca Móvel nos bairros de Araxá.

1. Setor:
2. Bairro:
3. Nº de inscrição:
4. Nome:
5. Sexo: Feminino () ou Masculino ()
6. Idade:
7. Estudante: Não () ou Sim ()
8. Escola:
9. Série:
10. Profissão:
11. Local de Trabalho:
12. Com que frequência você lê?
 - a) Diariamente
 - b) Semanalmente
 - c) Dezenalmente
 - d) Quinzenalmente
 - e) Mensalmente
 - f) Raramente
 - g) Nunca
13. O que você lê?
 - a) Jornais
 - b) Revistas
 - c) Gibis
 - d) Contos de fada (5 aos nove anos) / histórias de animaizinhos
 - e) História de Aventura (9 aos 12 anos)
 - f) História de Aventura e Sentimentos (12 aos 15 anos)
 - g) Leitura de romance popular (Ex.: Júlia, Sabrina, Bianca, etc)
 - h) Leituras diversas (ficção, romances, poesias, contos, crônicas, etc)

- i) Leituras de auto-ajuda
 - j) Leituras de medicina popular
 - k) Leituras de culinária
 - l) Outras
14. Onde você consegue material de leitura?
- a) Emprestado
 - b) Comprado
15. Caso você tenha respondido emprestado, onde você faz esse empréstimo?
- a) Biblioteca escolar
 - b) Biblioteca pública
 - c) Biblioteca móvel
 - d) Amigos ou familiares
 - e) No local de trabalho
 - f) Outros
16. O serviço prestado pela Biblioteca Móvel no seu bairro é:
- a) Desnecessário
 - b) Pouco importante
 - c) Importante
 - d) Muito importante
17. O ponto de parada da Biblioteca Móvel no seu bairro é:
- a) De difícil acesso
 - b) Um pouco difícil de chegar
 - c) De fácil acesso
18. A periodicidade das visitas da Biblioteca Móvel aos bairros (de 10 em 10 dias) é:
- a) Ideal
 - b) Deveria ser semanal
 - c) Deveria ser quinzenal
 - d) Deveria ser mensal
19. O tempo de permanência da Biblioteca Móvel no seu bairro é:
- a) Insuficiente
 - b) Deveria ser mais extenso
 - c) Suficiente
20. Qual o tempo ideal de permanência da Biblioteca Móvel no bairro?
- a) Até 1 hora
 - b) De 2 a 4 horas

- c) De 4 a 8 horas
21. O horário programado de visita da Biblioteca Móvel no bairro é:
- a) Razoável
 - b) Bom
 - c) Deveria ser modificado
22. Quanto à coleção de livros do acervo, você acha que:
- a) Não atende
 - b) Atende razoavelmente
 - c) Atende plenamente
23. Quanto ao número de livros emprestados (1 livro por pessoa de cada vez)
- a) É muito pouco
 - b) É pouco
 - c) É suficiente
24. Quanto ao prazo estabelecido de empréstimo (10 dias) você consegue ler:
- a) Menos de um livro
 - b) Até um livro
 - c) Mais de um livro
 - d) Mais de dois livros
 - e) Mais de três livros
25. O serviço de atendimento é:
- a) Ruim
 - b) Deixa a desejar
 - c) Bom
 - d) Muito bom
26. A escola onde você estuda incentiva o uso da Biblioteca Móvel?
- a) Não
 - b) Às vezes
 - c) Sim
27. Quando a Biblioteca Móvel chega ao seu bairro quem de sua família, além de você, a frequenta?
- a) Pai
 - b) Irmãos
 - c) Mãe
 - d) Ninguém
 - e) Outros: _____

28. A partir do momento em que o serviço da Biblioteca Móvel passou a atender o seu bairro você considera que:
- a) Manteve o mesmo ritmo de leitura que antes
 - b) Passou a ler um pouco mais
 - c) Passou a ler bem mais

ANEXO F - PROJETO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ITINERANTE

FACULDADES INTEGRADAS DO ALTO PARANAÍBA
FACULDADE DE DIREITO DO ALTO PARANAÍBA

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA- NPJ

PROJETO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR:

**“SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ITINERANTE”
- SAJ ITINERANTE -****I - OBJETO:**

Implementação da atividade complementar de Extensão, prevista pelo artigo 4º da Portaria nº 1.886, de 30/12/94, artigo 10, § 2º do Ministério da Educação e pela Resolução 02/1998, artigo 4º, § 2º, da Faculdade de Direito do Alto Paranaíba.

A Portaria Ministerial, ao dispor que *“independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total das atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno”*.

E, a Resolução Interna, ao instituir o estágio de prática jurídica supervisionado, como disciplina obrigatória e integrante do currículo pleno.

II - JUSTIFICATIVA:

O Curso de Direito das Faculdades Integradas do Alto Paranaíba, mantidas pela Fundação Cultural de Araxá, tem a oportunidade de ir além dos padrões mínimos de qualidade exigidos pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do próprio MEC, ao disponibilizar uma Equipe de Acadêmicos, sob Supervisão direta do Núcleo de Prática Jurídica e da Assistência Judiciária, para o atendimento da comunidade carente, impossibilitada de custear despesas processuais e honorários advocatícios, como também, aprimorar o processo pedagógico.

Primeiramente, possibilitando aos alunos, a realização de atividades práticas. Em segundo lugar, inovando, ao concretizar o princípio Constitucional do “acesso à Justiça” a todos os cidadãos, não importando quão distantes eles possam estar desse direito fundamental, corolário da Cidadania.

É relevante o alcance desse Projeto também para a FIAP, pois, através dele, o Serviço de Assistência Judiciária, mantido pela Instituição, estará sendo natural e constantemente divulgado. Seja ao percorrer todos os Bairros periféricos da cidade, seja ao oferecer um atendimento jurídico/social importantíssimo aos menos favorecidos.

FACULDADES INTEGRADAS DO ALTO PARANAÍBA**FACULDADE DE DIREITO DO ALTO PARANAÍBA**

Este projeto, que conta com a parceria da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação, materializa e efetiva de maneira pioneira um dos pilares de sustentação do ensino atual, qual seja a modalidade de **extensão**.

Consiste, pois, referido Projeto, na utilização, pelos alunos, da Unidade de Biblioteca Móvel da FIAP e da Secretaria Municipal de Educação, oportunizando-lhes o exercício da prática forense efetiva, através do atendimento à população, sobre os mais diversos questionamentos, sob a modalidade da Assistência Judiciária Itinerante; aumentando significativamente a atuação do próprio escritório do SAJ existente, como também contribuindo para o melhor e mais eficiente aprendizado do aluno-estagiário. Sem desconsiderar o relevante serviço social a ser prestado.

III - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES:

- Orientação jurídica geral à comunidade carente;
- Contato dos alunos com a realidade social e possibilidade de aplicação efetiva do conteúdo teórico/disciplinar obtido em sala de aula;
- Preparo do aluno ao futuro exercício profissional;
- Encaminhamento ao SAJ dos casos que envolverem maior complexidade e que não puderem ser resolvidos durante o próprio atendimento itinerante.

IV - RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS:

- Passes de ônibus para que os alunos se desloquem até o local do atendimento;
- Material didático de apoio: Códigos Civil e de Processo Civil; Penal e de Processo Penal; Constituição Federal; Código de Defesa e do Consumidor; Estatuto da Criança e do Adolescente; Consolidação das Leis do Trabalho; blocos de papel para anotações; canetas; lápis; borrachas; calculadora.

V - CRONOGRAMA DE ATENDIMENTO:

- O atendimento será realizado de segunda à sexta-feira, nos horários de 13:00 às 17:30;
- Os bairros periféricos a serem atendidos obedecerão o organograma estabelecido pela Biblioteca da FIAP.

VI - RECURSOS HUMANOS:

- Serão selecionados, ao todo, 10 (dez) alunos, com disponibilidade de horário, considerando-se o interesse dos mesmos, como também, seus aproveitamentos teóricos, conforme sugestão dos Professores de Prática Forense;
- Cada dia da semana dois desses alunos farão o atendimento itinerante.

FACULDADES INTEGRADAS DO ALTO PARANAÍBA
FACULDADE DE DIREITO DO ALTO PARANAÍBA

VII - RECURSOS OPERACIONAIS:

- A FIAP, em parceria com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação, já dispõem de uma unidade móvel (ônibus), totalmente planejada e equipada, cuja atual atividade é o serviço de biblioteca móvel, tendo como itinerário os bairros da periferia da cidade, disponibilizando aos seus moradores o acesso à cultura e ao lazer.
- Portanto, esta mesma unidade e estrutura poderá ser direcionada e aproveitada também à implementação do presente Projeto; reduzindo-se, assim, os custos de sua implantação.

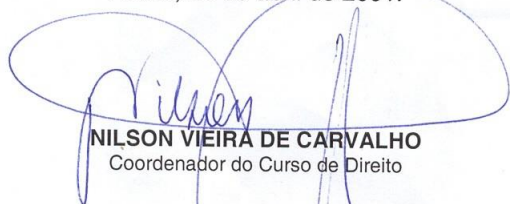
CONCLUSÃO:


Após o exposto, submetemos este Projeto de Serviço de Assistência Judiciária Itinerante à apreciação da Direção Geral das Faculdades Integradas do Alto Paranaíba, para que delibere a respeito.

Salientamos que os benefícios advindos do mesmo serão inúmeros. É mais uma oportunidade para evidenciar a atuação da FIAP, que certamente será, ainda mais vista com simpatia, acolhimento e reconhecimento por parte da comunidade, ao se integrar no campo social, ao demonstrar seu interesse pelos cidadãos, levando-lhes a tão esperada e almejada assistência judiciária.

Sob outro ângulo, ressalta-se o grande benefício para os alunos da FADI, que terão a oportunidade de conciliar a teoria com a prática, porém, dentro de uma orientação, objetiva, racional, ético/social e pedagógica.

Araxá, 26 de abril de 2001.


NILSON VIEIRA DE CARVALHO
Coordenador do Curso de Direito


MARIA HELIODORA DO VALE ROMEIRO COLLAÇO
Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas


ANA PAULA ROSA DE MESQUITA
Supervisora do Serviço de Assistência Judiciária

ANEXO G - CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O UNIARAXÁ



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ E O CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ.

Aos 10 (dez) dias do mês de junho de 2002, às 19:30 horas, com a presença da Secretária Municipal de Educação de Araxá, Prof^ª. Marlene Borges Pereira, autoridades regionais, docentes e discentes do Centro Universitário do Planalto de Araxá, reuniram-se a Reitora do UNIARAXÁ, Prof^ª. Maria Auxiliadora Ribeiro e o Sr. Antônio Leonardo Lemos de Oliveira, Prefeito Municipal de Araxá, para assinatura do Convênio em epígrafe, de acordo com as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS CONVENIENTES

1.1 – Prefeitura Municipal de Araxá – com sede na Rua Presidente Olegário Maciel nº 306, CNPJ nº 18140756/0001-00, representada pelo Prefeito Municipal Antônio Leonardo Lemos de Oliveira.

1.2 - Centro Universitário do Planalto de Araxá, instituição de ensino mantida pela Fundação Cultural de Araxá, com sede nesta cidade, na Av. Amazonas nº 777, CNPJ nº 17806696/0001-40, representado por sua Reitora Prof^ª. Maria Auxiliadora Ribeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SUA IDENTIFICAÇÃO

O presente convênio objetiva definir a articulação interinstitucional e respectivas competências entre a Biblioteca Pública Municipal – órgão da Prefeitura Municipal de Araxá – e o UNIARAXÁ, com vistas à cooperação técnica para gestão da Biblioteca Móvel – “Embarque nas Letras”, contemplando soluções através do desenvolvimento de atividades acadêmicas de ensino e extensão de interesse das partes e comunidades local e regional. Esta biblioteca ambulante é um projeto de extensão da Biblioteca Pública Municipal Viriato Correa, que tem por objetivo levar aos bairros mais distantes do centro da cidade e, excepcionalmente, aos municípios vizinhos, o acesso ao livro e à informação, oportunizando cultura e cidadania.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNCIONAMENTO

A Biblioteca Móvel “Embarque nas Letras” funcionará conforme Estatuto próprio, em rodízio, com cronograma dezenal, perpassando 24 (vinte e quatro) pontos pré-estabelecidos e divulgados. Seu funcionamento dar-se-á em duas vertentes, objetivando despertar e desenvolver o gosto pela leitura e levar informação – ambas geradoras de cidadania. O acervo literário pode ser usufruído no local de instalação e / ou domiciliar, mediante empréstimo a pessoas devidamente cadastradas.

As informações serão geradas pelos estagiários do UNIARAXÁ, instrumentalizados para orientação aos serviços básicos de apoio ao cidadão, como: documentação civil, direitos e

9



deveres, noções de higiene e saúde, normas de mercado e empregabilidade e elaboração de instrumentos escritos dentre outros solicitados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

Aos convenientes, com igual responsabilidade, cabe o investimento em ações que divulguem e ampliem o espaço cultural do projeto “Embarque nas Letras” e, ainda:

- 4.1 – Façam cumprir os objetivos do Projeto “Embarque nas Letras”.
- 4.2 – Revitalizem a proposta de funcionamento, quando a avaliação assim o indicar.
- 4.3 – Mantenham o acervo literário devidamente atualizado.
- 4.4 – Documentem e dêem publicidade às atividades desenvolvidas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

- 5.1 - Disponibilizar o veículo abastecido e adaptado para o atendimento descrito, com o acervo literário e demais equipamentos, necessários ao bom funcionamento.
- 5.2 - Zelar pela manutenção de rotina do veículo.
- 5.3 - Garantir o respectivo condutor, do quadro de servidores municipais.
- 5.4 - Assegurar a iluminação externa do veículo e dos locais de atendimento.
- 5.5 - Preparar monitores / animadores, conforme a programação em pauta.
- 5.6 – Responsabilizar pela guarda do referido bem móvel e sua integridade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO UNIARAXÁ

- 6.1 - Responsabilizar-se pela manutenção especial do veículo.
- 6.2 – Fazer a manutenção dos equipamentos (TV -- vídeo – som – retroprojeter – móveis desmontáveis – computador – ar e iluminação interna).
- 6.2 – Disponibilizar os estagiários dos Cursos de Graduação, devidamente instrumentalizados para atendimento ao disposto na Cláusula Terceira, em número proporcional às atividades em desenvolvimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo prazo de 30 (trinta) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado e / ou prorrogado, mantido o interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO

- 8.1 - O presente convênio poderá ser rescindido, antes do esgotamento do prazo de vigência estipulado ou de sua prorrogação por acordo entre as partes, nos casos de inobservância de quaisquer de suas cláusulas.
- 8.2 – Findo o prazo de vigência deste Convênio, o acervo – constituído por livros, equipamentos e móveis – passará à guarda da Biblioteca Pública Municipal Viriato Correia.
- 8.3 - Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento da parceria e todas as demais



pendências, respeitadas as atividades em curso até a sua conclusão. A parte que decidir pela rescisão do Convênio notificará a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, explicitando os motivos da decisão.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações nas normas ora estabelecidas poderão ocorrer quando formuladas por escrito, após a prévia concordância das partes convenientes, sendo certo que ocorrendo a hipótese, os documentos de encaminhamento passarão a integrar o presente Convênio sob a forma de anexos, produzindo todos os efeitos desejados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Convênio, fica eleito o foro da Cidade de Araxá, quando não puderem ser resolvidas amigavelmente.

E por estarem de acordo, lavrou-se este termo, que vai assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas abaixo.

Araxá, 10 de junho de 2002

Dr. ANTONIO LEONARDO LEMOS OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Araxá

Profª MARIA AUXILIADORA RIBEIRO
Reitora UNIARAXÁ

TESTEMUNHAS:

Profª Marlene Borges Pereira
Secretária Municipal de Educação

Maria Clara Fonseca
Diretora da Biblioteca Municipal

ANEXO H - ENTREVISTA COM A SUPERVISORA DO SAJ- SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- 1)- Como o SAJ –do UNIARAXÁ pode avaliar o trabalho realizado pelos estagiários do Curso de Direito, no período de junho a julho de 2001, na Biblioteca Móvel?
- 2)- Quais as vantagens de realizar um trabalho em parceria com a Biblioteca Móvel?
- 3)- Quais os fatores que contribuíram para a interrupção do trabalho?
- 4)- Para o SAJ, qual a importância de resgatar esse trabalho?
- 5)- Quais as ações planejadas para revitalizar o trabalho?

ANEXO I – ESTAGIÁRIOS NO PROJETO DO SAJ-ITINERANTE

**FUNDAÇÃO
CULTURAL
DE ARAXÁ**
FACULDADES INTEGRADAS DO ALTO PARANAÍBA
Faculdade de Ciências Gerenciais do Alto Paranaíba

Relação de Estagiários

Participação no Projeto “Embarque na Letras” – Biblioteca Móvel

1. Bruno Eduardo Silva
2. Camila Graziela de Faria Pereira
3. Daniel Zago Vilela
4. Dirlan Maria Silva
5. Luciana Rodrigues Teixeira
6. Sara Gonçalves Borges

Araxá(MG), 09 de março de 2.001.


Váler Gomes
Diretor FACIGE

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Faculdade de Direito do Alto Paranaíba – FADI

Av. Amazonas, nº 777 – B. São Geraldo – Araxá/MG– 38180-000 – TEL: (34) 3661-6120

RELAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

**Participação no Projeto “Embarque nas Letras” –
Biblioteca Móvel**

1. Tânia Marli Fonseca Camarota
2. Tiago Pereira
3. José Humberto Rodrigues Rios
4. Edson José Zappulla

Araxá, 09 de março de 2.001.



Ana Paula Rosa de Mesquita
Supervisora da Assistência Judiciária
Faculdade de Direito

ANEXO J – CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS ESTAGIÁRIOS

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – “TTINERANTE”
 Faculdades Integradas do Alto Paranaíba - FIAP
 Faculdade de Direito do Alto Paranaíba – FADI
 Núcleo de Prática Jurídica - NPJ

CONTROLE DE FREQUÊNCIA – JUNHO/2001

DIAS	NOME	BAIRROS	HORÁRIO (inicial e final)	ASSINATURA
Segunda 04/06	Solange Cardoso Lehmann			
	Michelle Afonso de Rezende			
	Graziela Luiza Silva	Joa. Prudente de Mendonça, São Geraldo	12:00 às 18:00hs	Graziela Luiza Silva
Terça 05/06	Margareth de Azevedo Souza	Am. Pinta Mem. São Geraldo	1 00 às 18:00 hs	Thais FPG Guimarães
	Thais Facury Pereira Guimarães			
	Neuza Maria da Silva			
	Daniel Vale Aguiar	Parque das Flores, Baurivice	12:00 às 18:00hs	
Quarta 06/06	Lauro Leonardo Pereira			
	Daniel Rosa			
Quinta 07/06	Evelice Aparecida Jonas Miranda			
	Cláudia Angela F. S. de Araújo	Sto Onônio	12:00 - às 18:00 hs.	
	Mara Elaine da Silveira			
Sexta 08/06	Tallys Andrey Nunes Rodrigues	BOA VISTA 1	12h. às 18h	
	Tarcisio Caetano Leal	" "	12h. às 18h	
Sexta 09/06	José Eduardo Riêra Dias	" "	12h. às 18h	
	Robson Merola de Campos	Stalungia	8h às 10h	
	Maria Aparecida Rios Mogo	Stalungia		
Sexta tarde 08/06	Elisa Borges Viana da Costa Baião			
	Paulo Roberto Camargos			
	José Maria da Cruz Neto	ALVODOR DA FERRAZ	12h - 18h	
	Ítalo Bruno de Ávila	FERRAZ	10hs - 18hs	
	Bruno Lombardi de Andrade	" "	" "	

ANEXO K – FICHA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SAJ-ITINERANTE

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - ITINERANTE

Fundação Cultural de Araxá
 Faculdades Integradas do Alto Paranaíba - FIAP
 Faculdade de Direito do Alto Paranaíba - FADI
 Núcleo de Prática Jurídica

FICHA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Estagiários:

Tarcísio Caetano Leal.
 Talhys Andrey Nunes Rodrigues
 José Eduardo Riera Dias

Araxá, 71612001

Nome, qualificação e endereço:

Denio Oliveira, desempregado, 22 anos, casado,
 rua 41, nr 245, Boa Vista 1

HISTÓRICO:

Financiou sua casa pela Caixa, pagou
 5 meses, ficou desempregado e deixou de
 pagar por completo de 7 meses; agora
 está sendo cobrado extra judicialmente.
 Procurou a Caixa para renegociação da dívida,
 sem êxito.
 O que fazer?

ENCAMINHAMENTO:

Assistência judiciária FADI
 dia 11-6-2001 às 13h-30min

Observações:

ANEXO L - FICHA DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - PREVIDÊNCIA SOCIAL



ANO: 2002 - PROGRAMA: Previdência nos Bairros - PARCELIAS: Biblioteca Pública Municipal e Programa de Saúde da Família (PSF)

CONTROLE DE SERVIÇOS EXTERNOS

NOME DO EXECUTANTE: VANESSA CORRÊA DE FÁRIA SIAPE 0532614 ESTAGIÁRIAS (DIREITO): ANDREIA FIGUEIREDO CAMPOLINA E ANA FLÁVIA ALVES CARGO OU FUNÇÃO: ESTAGIÁRIAS

DATA	NATUREZA DO TRABALHO EXECUTADO	PESSOA, EMPRESA OU INSTITUIÇÃO VISITADA	ENDEREÇO	DURAÇÃO DO AFASTAMENTO	DESPESA DE TRANSPORTE
05.02.2002	PROG. ESTABILIDADE SOCIAL -	BAIRRO SÃO ANTONIO	IGREJA LOCAL (PÇA SÃO ANTONIO)	3 HORAS	
06.02.2002	"	BAIRRO TIJADENTES	CENTRO COMUNITÁRIO	3H	
06.02.2002	"	BAIRRO BOA VISTA	PÇA NOSSA SENHORA AUXILIADORA	3H	
08.02.2002	"	BAIRRO VILA SILVÉRIA	UNI-SUL	3H	
14.02.2002	"	BAIRRO ADOLFO	CENTRO COMUNITÁRIO	3H	

OBS.: DIAS 05, 06, 08, 14 foram realizadas 145 visitas nos bairros, visando restabelecimento de contatos e orações represetativas da comunidade e parcerias.

VISITA DIA 05.02 - CONTATO COM PAROQUIANO SÃO ANTONIO, C/ PRESIDENTE DA ASSOC. DE BAIRRO (ASSIST. SOCIAL E AS 02 ESTAGIARIAS)

" " 06.02 - " " EQUIPE PSF B. TIJADENTES (ASSIST. SOCIAL E ESTAGIÁRIA ANDREIA)

" " 06.02 - " " B. BOA VISTA (ASSIST. SOCIAL E ESTAGIÁRIA ANA FLÁVIA)

" " 08.02 - " " COORDENADORA UNI-SUL E IGREJA LOCAL (ASSIST. SOCIAL E ESTAGIÁRIA ANA FLÁVIA)

" " 14.02 - " " EQUIPE PSF B. ADOLFO (ASSIST. SOCIAL)

SSP - 138 Vanessa Corrêa de Faria
Assistente Social-0532614